

SUELMA ROSA DOS SANTOS

Estudo comparado acerca da atuação do Brasil e da Índia na Organização Mundial de Comércio de Seattle a Cancún

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Carlos Roberto Pio da Costa Filho

**BRASILIA
2006**

Estudo comparado acerca da atuação do Brasil e da Índia na Organização Mundial de Comércio de Seattle a Cancún

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais - área de concentração: Política Internacional e Comparada.

A Banca Examinadora considerou a dissertação :

Formaram parte da Banca :

Professor Dr. Carlos Roberto Pio da Costa Filho
(orientador)

Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida

Professora Dra. Maria Helena de Castro Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília pelos ensinamentos transmitidos durante os cursos de graduação e mestrado.

Agradeço ao professor Carlos Roberto Pio da Costa Filho o apoio e as críticas.

Agradeço à minha família e aos meus amigos pelo carinho e por acreditar nas minhas potencialidades.

Por fim, agradeço aos colegas do programa de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais pelo companheirismo e pelas críticas e pelos comentários a respeito deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa enfocou a atuação do Brasil e da Índia na Organização Mundial de Comércio durante as Reuniões Ministeriais de Seattle, Doha e Cancún, entre os anos de 1999 e 2003. Analisa as restrições a que estão submetidos e observa as estratégias de negociação dos dois países, buscando inferir sob quais condições os países alcançam resultados favoráveis aos seus interesses e influencia a Rodada de Negociação.

Palavras-chave: negociação comercial, Brasil, Índia, OMC, Rodada Doha.

ABSTRACT

This research focuses on Brazil and India behavior at the World Trade Organization during de Ministerial Conferences at Seattle, Doha and Cancun, between 1999 and 2003. It analysis the constrains over both countries and observes the negotiation strategies in answer to them, trying to infer about under which conditions the two countries reach outcomes in theirs favors and are able to influence the Round negations.

Key-Words: trade negotiations, Brazil, India, WTO, Doha Round.

LISTA DE SIGLAS

ACP	África Caribe e Pacífico
AMS	Medida Global de Apoio
AMS	<i>Aggregate Measure of Support</i>
BJP	<i>Bharatiya Janata Party</i>
CAP	<i>Common Agricultural Policy</i> ¹
CDB	Convenção de Diversidade Biológica
CII	<i>Confederation of Indian Industry</i>
CNC	Comitê de Negociações Comerciais
DMK	<i>Dravida Munnetra Kazhagam</i> ²
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FICCI	<i>Federation of Indian Chambers of Commerce</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATS	<i>General Agreement on Trade in Services</i>
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
GICI	Grupo Interministerial de Trabalho sobre Comércio Internacional de Mercadorias e de Serviço
IED	Investimento Estrangeiro Direto
LDC	<i>Least Developed Countries</i>
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCI	<i>Ministry of Commerce and Industry</i>
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MRTP	<i>Monopolistic and Restrictive Trade Practice</i> ³

¹ Política Agrícola Comum (PAC)

² Partido político indiano

³ Práticas Monopolísticas e de Restrição ao Comércio

OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIC	Organização Internacional do Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PEI	Política Externa Indiana
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SAARC	<i>South Asian Association for Regional Cooperation</i> ⁴
SGP	Sistema Geral de Preferências
TPA	<i>Trade Promotion Act</i>
TRIMs	<i>Trade Related Aspects of Investment Measures</i>
TRIPs	<i>Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights</i>
UE	União Européia
UNCTAD	<i>United Nation Conference on Trade and Development</i>

⁴ ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PARTE I – MARCO TEÓRICO	16
1. COOPERAÇÃO E NEGOCIAÇÃO NA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	17
1.1. Cooperação Internacional	19
1.1.1 Realismo	19
1.1.2. Institucionalismo Liberal	23
1.2. Negociações Internacionais	26
1.2.1. Multilateralismo e Regimes Internacionais.....	26
1.2.2. Negociações Multilaterais	31
1.3. Metodologia de análise	41
PARTE II - O BRASIL E A INDIA NA OMC	43
2. BRASIL E INDIA	44
2.1. Brasil: economia e histórico no Sistema Multilateral de Comércio .	46
2.2. Índia: economia e histórico no Sistema Multilateral de Comércio ..	52
3. REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC EM SEATTLE	61
3.1. Contexto da III Reunião Ministerial	61
3.2. Posição do Brasil no processo de negociação.....	70
3.3. Posição da Índia no processo de negociação.....	74
3.4. A reunião e seus resultados.....	78
3.5. Comparação entre os dois casos.....	81

4. REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC EM DOHA	84
4.1. Contexto da VI Reunião Ministerial.....	84
4.2. Posição do Brasil no processo de negociação.....	92
4.3. Posição da Índia no processo de negociação.....	94
4.4. A reunião e seus resultados.....	100
4.5. Comparação entre os dois casos.....	103
5. REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC EM CANCUN	107
5.1. Contexto da V Reunião Ministerial.....	107
5.2. Posição do Brasil no processo de negociação.....	113
5.3. Posição da Índia no processo de negociação.....	115
5.4. A reunião e seus resultados.....	118
5.5. Comparação entre os dois casos.....	122
PARTE III – CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
6. CONCLUSÕES.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
ANEXO A	145
Tabela 1. Proposições brasileiras para a III Reunião Ministerial da OMC.....	145
Tabela 2. Proposições brasileiras para a IV Reunião Ministerial da OMC.....	146
Tabela 3. Proposições brasileiras para a V Reunião Ministerial da OMC.....	151
ANEXO B	160
Tabela 1. Proposições indianas para a III Reunião Ministerial da OMC.....	160
Tabela 2. Proposições brasileiras para a IV Reunião Ministerial da OMC.....	162
Tabela 3. Proposições brasileiras para a V Reunião Ministerial da OMC.....	165

INTRODUÇÃO

O presente trabalho compara atuação do Brasil e da Índia no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Para tanto, busca apresentar as restrições à atuação dos governos brasileiro e indiano para avançar seus respectivos interesses econômicos no âmbito do sistema multilateral de comércio, identificar as estratégias de negociação escolhidas, levantar as condições em que cada um dos países executa suas estratégias e observar os resultados alcançados. O período de análise circunscreve três reuniões Ministeriais da OMC: Seattle, Doha e Cancún, entre 1999 e 2003.

No tocante aos casos estudados, Brasil e Índia, por um lado, apresentam significativas diferenças como Estados e sociedades. Por outro, apresentam semelhanças essenciais que tornaram possível e desejável a comparação. A seleção dos casos levou em consideração quatro critérios: (1) países em desenvolvimento de grande porte; (2) longo histórico de participação em negociações comerciais multilaterais; (3) semelhanças em seus processos históricos de industrialização que gerou economias complexas, porém pouco competitivas e (4) posicionamento como potências.

O estudo assume o pressuposto de que tanto o Brasil quanto a Índia são países emergentes capazes de interferir nos processos negociadores do sistema multilateral de comércio, ainda que submetidos a constrangimentos do sistema internacional. Ademais, os

dois atores comportam-se racionalmente em negociações multilaterais de comércio, ainda que disponham de informações limitadas e a institucionalização⁵ da OMC aumentou a influência da organização nas negociações.

Tentou-se responder a pergunta: *sob quais condições Brasil e Índia conseguem influir nas negociações multilaterais de comércio?*

Durante a investigação foram consideradas: a influência de cada um dos países na Rodada de Negociação⁶, as restrições a que os países estão submetidos e as estratégias escolhidas. A hipótese de trabalho considerou as condições em que Brasil e Índia atingem resultados em seu favor: *Brasil e Índia estão submetidos a semelhantes restrições do sistema internacional, porém conseguem influenciar, efetivamente, as negociações de comércio no âmbito multilateral, quando se aliam a outras potências emergentes na constituição de coalizões.*

O objetivo da pesquisa foi de *estudar a atuação do Brasil e da Índia, com enfoque nas restrições a que estão submetidos, nas estratégias de negociação, buscando inferir sob quais condições esses países alcançam resultados favoráveis aos seus interesses e influenciam nas negociações da Organização Mundial de Comércio, entre 1999 e 2003.*

⁵ Segundo Ruggie (1998, p.2), a institucionalização no nível internacional ocorre: entre Estados e no sistema de Estados. O último assume várias formas de institucionalização, entre elas a formação de organização internacional.

⁶ Curso de ação escolhido por cada um dos países.

Para a descrição dos casos, foram consultadas fontes primárias e secundárias, a saber: documentos do banco de dados virtual da Organização Mundial de Comércio, documentos dos Ministérios das Relações Exteriores e Indústria e Comércio dos dois países disponíveis nos sítios de internet, discursos dos ministros dos dois países durante cada uma das Reuniões Ministeriais e revistas virtuais elaboradas pelos dois governos (“Carta de Genebra”, elaborado pela delegação brasileira em Genebra, e “India and the WTO”, escrita pelo “Ministry of Commerce and Industry” da Índia), além de pesquisas, estudos, publicações e periódicos acadêmicos que tratem da atuação do Brasil e/ou da Índia na Organização Multilateral de Comércio.

A relevância do estudo decorre da atualidade do tema no contexto de aumento da participação dos países emergentes na arena multilateral comércio. Em especial, a formação de coalizões entre países em desenvolvimento na Rodada de Negociação de Doha.

Lançada em 1986, na Reunião Ministerial do GATT de *Punta Del Este*, e concluída em 1994, em Marrakesh, a Rodada Uruguai resultou na fundação da OMC. Até essa Rodada, havia uma participação relativamente discreta dos países em desenvolvimento no sistema multilateral. Não havia motivação ou incentivos para tal participação. Em 1968, o Acordo Geral foi modificado inserindo-se as recomendações da UNCTAD na regra do Tratamento Especial e

Diferenciado, parte IV⁷, considerado um ganho derivado da negociação do sistema de blocos do G-77.

Destacam-se nas negociações multilaterais, o Brasil e a Índia. Ambos são signatários do Acordo Geral, desde a sua elaboração, uma época em que os países em desenvolvimento tinham poucos incentivos para participar das negociações da arquitetura do sistema de comércio mundial. A adesão ao sistema multilateral de comércio teve crescimento contínuo, chegando a 128 membros, em 1995, 147, em 2003, e 150, em 2006, sendo que a maioria são de países em desenvolvimento.

A OMC retoma os princípios do GATT de reciprocidade, não discriminação, transparência, justiça e imparcialidade. Com a melhoria na infra-estrutura (transporte e comunicações), é fortalecido o sistema global de comércio para o aumento da intensidade das atividades comerciais, afirma Held⁸

Em 1999, realizou-se a III Reunião Ministerial, em Seattle, em meio a uma onda de protesto contra as negociações, encerrando-se sem avanços, sem conseguir lançar a nova Rodada de Negociação, e suscitando questionamentos acerca da efetividade da OMC. Vários fatores auxiliam a compreender o fracasso da Reunião, por exemplo, a inabilidade do Poder Executivo dos Estados Unidos obter o mandato negociador do Poder Legislativo, “*fast track*”, o que criou

⁷ THORSTENSEN, Vera. *OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001 (p. 35).

⁸ HELD, David [et. Al.]. David [et. Al.]. **Global Transformation**. Stanford: Stanford Press, 1999. (p. 175)

ambiente de insegurança acerca da capacidade de ratificação de qualquer acordo a se alcançado durante a reunião⁹; Além desse motivo, as dificuldades ligadas aos procedimentos e à metodologia da preparação das negociações, a rigidez de posição negociadora dos principais atores e uma ambiente político desfavorável¹⁰.

Segundo Renato Baumann¹¹, para a Rodada Doha, apesar da interação comercial entre a América Latina e Ásia ser limitada, existiam temas de interesse comum entre os países que permitiria a elaboração de uma agenda positiva para as negociações multilaterais.

Em Doha, em 2001, 09 a 13 de novembro, as concessões dos países membros da OCDE e pressões dos países em desenvolvimento colocaram as questões de desenvolvimento no núcleo das discussões da Agenda¹². O G-77 e o grupo ACP – África, Caribe e Pacífico – buscaram, durante a preparação da reunião, harmonizar os interesses¹³, conseguindo sustentar posição única.

Em Cancún, setembro de 2003, a reunião terminou sem documento algum firmado. A coordenação de interesses dos países em desenvolvimento de maneira inovadora possibilitou a formação de

⁹ CARVALHO, M. I. V. . Institutions and preferences: US,EU and Brazil in the Agriculture Negotiation of the Doha Round. In: Annual Meeting of the international Studies Association, 2005, Honolulu. ISA Conference Paper Archive 2005 Honolulu, 2005

¹⁰ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. O fracasso de Seattle o futuro das negociações multilaterais. In: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Comércio exterior em perspectiva. Ano 9, vol. 2, nov. 1999. p. 1. Disponível em: <http://www.negociacoesinternacionais.cni.org.br/negocia/fp-negi.htm?URL=/negocia.nsf/web_negocia_html?openform>. Acessado em 21/03/2005.

¹¹ BAUMMAN, Renato. “Interesses comuns da Ásia e da América Latina na arquitetura global”. In: BENECKE, Dieter, NASCIMENTO, Renata, FENDT, Roberto (org.). *Brasil: na arquitetura comercial global*. Rio de Janeiro – Konrad Adenauer, 2003.

¹² WORLD TRADE ORGANIZATION. The Road to Doha and beyond – a road map for successfully concluding the Doha Development Agenda. Geneva: Press Release, 2002.

¹³ PAGE, Sheila. *Developing Countries in GATT/WTO Negotiations*. London: Overseas Development Institute Press, 2002. (p. 32)

coalizões. A criação do G-20 representa um marco ao apresentar uma ameaça de veto unificada e plausível ao avanço das negociações oriunda da posição defendida pelos países em desenvolvimento.

Sobre os estudos de caso, cabe ressaltar que a participação da Índia, no sistema multilateral de comércio, é tradicionalmente de defesa de uma inserção internacional autônoma que freqüentemente sugere o direito a políticas protecionistas. Com tendências defensivas, busca a liberdade de usar políticas restritivas ao comércio por meio de tratamento diferenciado e especial para os países em desenvolvimento¹⁴. O Brasil, por seu turno, sofreu mudanças na sua estrutura econômica em decorrência das reformas liberais pelas quais passou nos últimos 15 anos. Assim, passou de um discurso protecionista para uma posição liberalizante nos setores mais dinâmicos da economia e protecionista nos menos competitivos.

A comparação conduzida nesta dissertação, além de trazer contribuição para o estudo acerca de negociações multilaterais de comércio, também aporta conhecimento ao estudo do papel das potências emergentes na governança global, tendo em vista a atitude de liderança exercida por Brasil e Índia na formação de coalizões durante a Roda de Negociação de Doha.

A dissertação foi estruturada em duas partes: o marco teórico e a descrição dos estudos de caso a respeito da atuação do Brasil e da Índia na OMC. Na primeira parte, que inclui o capítulo 1, apresenta-se

¹⁴ MATTOO, Aaditya e SUBRAMANIAN, Arvind. India and Multilateral System after Seattles: toward a proactive role. New Delhi: World Bank Press, 2000.

o modelo teórico utilizado e a metodologia de análise. Remeteu-se aos estudiosos das Relações Internacionais que trabalham com as teorias de Negociação Multilateral e Regime Internacional, consideraram-se as visões neorrealistas e institucionalistas liberais.

Na segunda, constituída de quatro capítulos, descrevem-se os dois casos, Brasil e Índia, na OMC. Destina-se um capítulo para considerações gerais em relação à participação dos dois países no sistema multilateral de comércio. Em seguida, dividem-se as Reuniões Ministeriais em capítulos diferentes, de forma a ressaltar a fase de preparação, o processo de negociação e os resultados alcançados em cada uma. A separação entre partes e capítulos justifica-se porque, se por um lado, cada Reunião Ministerial representa um processo completo de preparação, negociação e formalização de acordo (as vezes consubstanciado na Declaração Final), por outro, as três reuniões revelam o processo de preparação, negociação e implementação do acordo de lançamento de uma nova rodada no âmbito do sistema multilateral de comércio. À medida que são descritas as Reuniões, compara-se a atuação do Brasil e da Índia no período estudado: as estratégias selecionadas, as coalizões e as táticas de barganha.

Na conclusão, os resultados da pesquisa são retomados, aprofundando-se as inferências sobre em quais condições os dois países são capazes de interferir nos resultados de negociações multilaterais de comércio.

PARTE I – MARCO TEÓRICO

A parte I apresenta o marco teórico do campo de estudo das Relações Internacionais de que se apropria a presente dissertação com vistas à análise comparada dos estudos de caso a respeito do Brasil e da Índia na Organização Mundial do Comércio (OMC). O primeiro capítulo, único desta parte, “Cooperação e Negociação na Teoria das Relações Internacionais”, discute os conceitos pertinentes às áreas do referido campo em que se enquadra a pesquisa. Em particular, ao final do capítulo, na seção metodologia de análise, são expostos o modelo e os parâmetros utilizados.

1. COOPERAÇÃO E NEGOCIAÇÃO NA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presente trabalho enquadra-se em duas áreas dos estudos das relações internacionais: a cooperação e a negociação internacional. Os estudos a respeito dos temas ocorrem, principalmente, no âmbito de duas escolas das Relações Internacionais: o neorrealismo e o institucionalismo liberal.

Os referidos paradigmas nortearam o terceiro¹⁵ debate das Relações Internacionais, em que os principais pontos¹⁶ de divergência são:

- quanto a natureza e os efeitos da anarquia internacional: os neorrealistas acreditam que as questões de segurança são a principal força motriz das ações do Estado;
- quanto a cooperação internacional: os neorrealistas, ao considerar a hierarquia de poder entre as unidades do sistema, acreditam que a cooperação internacional seja possível, mas não provável, enquanto os institucionalistas liberais aceitam a possibilidade de cooperação;

¹⁵ O primeiro ocorreu entre realismo e idealismo e o terceiro entre o racionalismo e o construtivismo. Segundo Antônio Jorge Ramalho no livro "Relações Internacionais – teorias e agendas", p. 59.

- quanto os ganhos resultantes da cooperação internacional: para os neorrealistas, há apenas ganhos relativos e, para os institucionalistas liberais, é possível ganhos absolutos;
- quanto os problemas centrais: os neorrealistas preocupam-se com a segurança e os institucionalistas liberais, com a economia política internacional;
- quanto a capacidade, intenções e percepção: os neorrealistas concentram-se em capacidades e os institucionalistas liberais, nas intenções e nas percepções;
- quanto o papel das instituições internacionais: os neorrealistas duvidam da capacidade tais instituições e os institucionalistas liberais acreditam que minimizam o problema da anarquia.

¹⁶ BALDWIN, David. "Neorealism and Neoliberalism: the contemporary debate". New York: Columbia University Press. (1993)

1.1. Cooperação Internacional

1.1.1 Realismo

Para o realismo, o sistema internacional é anárquico e os principais agentes são os Estados Nacionais, a distribuição de recursos e as relações de poder entre os Estados definem a estrutura do sistema e, por consequência, condicionam as interações no cenário internacional¹⁷. Os neorealistas, por sua vez, salientam que é importante compreender a natureza do sistema, o modo pelo qual condiciona o comportamento dos atores e a forma como as principais unidades que o compõem interagem¹⁸.

Nessa escola, segundo Mearsheimer¹⁹, os agentes analisam a cooperação em termo dos ganhos relativos e dos efeitos sobre a redistribuição de poder, logo acontece, apenas, quando não existem objetivos relevantes em jogo.

Há diversos discursos teóricos, no âmbito do paradigma em tela, que tratam das questões de cooperação internacional no tema de Comércio Internacional. A partir dos estudos da Economia Política

¹⁷ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. *Relações Internacionais - terias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002. p.270.

³ A natureza do sistema e sua influência nos atores são estudados por Kenneth Waltz em "Theory of international Politics".

¹⁹ MEARSHEIMER, J. "The false premise of international institutions". In: *International Security*, n. 19, vol. 3:5-49. 1995.

Internacional (EPI)²⁰, o que outrora era compreendido com base na dimensão político-estratégico, agora são explicadas pelo prisma político-econômico²¹. Nessa subárea, destaca-se a teoria da estabilidade hegemônica.

A economia política internacional para Keohane define-se como uma área substantiva de interação entre a economia e política com foco na busca pela riqueza e pelo poder²², sendo capaz de informar mais sobre a motivação dos atores no sistema internacional que a ideologia ou o discurso. Gilpin extrapola ao considerar objeto da Economia Política Internacional não apenas a interação entre o Estado e o mercado, na busca pela riqueza e poder, mas também o Estado e seus processos políticos que afetam produção e distribuição de riquezas e, em especial, as decisões e interesses políticos que influenciam as atividades econômicas e a distribuição dos seus custos e benefícios²³.

A teoria da estabilidade hegemônica fundamenta-se no argumento de Charles Kindleberger, de caráter liberal. A teoria sugere que o problema de haver agente que se beneficia sem arcar com os custos demanda a existência de um poder hegemônico, cuja função é prover bens públicos no âmbito internacional²⁴.

²⁰ A definição de Economia Política Internacional, ainda que variada, converge na identificação do que são seus objetos de estudos as relações: estado-mercado e doméstico-internacional, por vezes, apresentado na forma de um contínuo, outras, de antagonismo.

²¹ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. Op. Cit. 2002.

²² KEOHANE, Robert. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984, pp. 21 - 22.

²³ GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 26.

²⁴ KINDLEBERGER, Charles. **The world in depression**. Berkeley: University of California Press, 1973.

Os neorrealistas, na teoria da estabilidade hegemônica, usam como argumento central o fato de que a ordem comercial liberal internacional dependia da existência de um Estado poderoso que fornecesse bens públicos internacionais, o hegemônico. Para Stephen Krasner, os Estados seguiam seus interesses no sistema, mas a ordem econômica aberta servia aos interesses do líder, o hegemônico, assim como nos pressupostos realistas²⁵. Para Gilpin²⁶, o ator hegemônico prove estabilidade ao bom funcionamento da ordem internacional, haja vista que o sistema anárquico passa a funcionar como se fosse uma hierarquia.

Susan Strange elaborou, no contexto dessa teoria, a idéia de poder estrutural: que confere poder de decisão a respeito de como fazer, ou seja, de como formar estruturas dentro das quais os Estados se relacionam. O poder relativo dos Estados será menor se a decisão sobre as estruturas é construída por um/poucos Estados²⁷. As mudanças estruturais ocorridas pela força do poder estrutural do ator hegemônico, foram além dos impactos nas finanças e produção internacional, afetaram a política, em especial, as relações norte-sul. O terceiro mundo, que a partir da década de 60 reivindicava uma nova ordem internacional no âmbito da UNCTAD, deixa de atuar coesamente em oposição aos países desenvolvidos, passando a competir entre si. As mudanças estruturais (*structural change*) alteraram a percepção dos tomadores decisão de países em desenvolvimento a respeito da natureza do sistema

²⁵ KRASNER, Stephen. *State power and structure of international trade*. World Politics n.º 28, 1976, pp – 317-346.

²⁶ GILPIN, Robert. Op. Cit. 2002.

internacional e das oportunidades que o sistema oferece para o seu desenvolvimento. Outro resultado dessas mudanças foi a intensificação da competição entre Estados pelo mercado internacional, levando-os a negociar com as empresas a implantação de unidades fabris, para ter meio para criar mais riqueza no seu território em vez de exercer poder sobre outro território.

Spero e Hart²⁸ observam, na década de 1990, uma mudança no poder relativo dos três principais atores do regime de comércio internacional. Os Estados Unidos reemergem como potência econômica, o Japão enriquece seu papel no cenário econômico mundial e a Europa em contínua expansão e aprofundamento da integração emerge com importante ator para fazer frente aos norte-americanos.

Na teoria da estabilidade hegemônica, as percepções de assimetria de poder e de distribuição dos benefícios alcançados com a cooperação definem os resultados organização do sistema internacional, demandando a existência de um poder hegemônico que lhe dê sustentação.

Em resumo, o neorealismo enfatiza o impacto do poder na decisão dos resultados de negociações multilaterais, informando que há maior chance de os interesses dos Estados fortes prevalecerem nesse tipo de negociações, porque as unidades soberanas com mais recursos de poder podem utilizá-los para coagir as mais fracas. Dessa forma, os resultados das negociações internacionais tendem a

²⁷ STRANGE, Susan. **States and markets: an introduction to international political economy**. Londres: Piter. 1988, pp 16 – 25.

representar as preferências dos atores mais poderosos, refletindo apenas processos sistêmicos mais amplos e o poder estrutural na Política Internacional.

No que tange às proposições do realismo, estudos de negociação internacional, opção metodológica do presente trabalho, observam ser possível às partes mais fracas superar os impedimentos estruturais e as assimetrias de poder para atingir resultados favoráveis em barganhas internacionais. William Zartman²⁹ propõe que partes fracas podem usar táticas e estratégias de negociação para alcançar seus objetivos. Para o autor, negociações formais com regras e procedimentos estáveis, baseados em processo decisório por maioria ou por consenso, tendem a fortalecer os menos poderosos. Ademais, é factível que os menores escolham táticas de persuasão, por exemplo, assumindo comportamento irresponsável ou erradico, recusando-se a fazer concessões, solicitando benefícios muito elevados, não razoáveis, durante negociações, até que se convençam de que as partes fortes estão dispostas a fazer concessões.

1.1.2. Institucionalismo Liberal

O institucionalismo liberal focaliza o estudo da capacidade das instituições internacionais de criar restrições à ação dos agentes

²⁸ SPERO, John et HART, Jeffrey. *The Politics of International Economic Relations*. Sixth Edition. Belmont: Wadsworth; Thomson Learning, 2003. p. 104 - 105

incentivando a cooperação, com vista à correção das falhas de mercado e à redução dos problemas de ação coletiva. Nesses estudos, evidenciam-se atores não-estatais e a não unicidade do Estado.

Nessa escola, a cooperação – definida³⁰ por ação separada de indivíduos ou organizações, que não estão em harmonia, chegarem à conformidade por meio de um processo de coordenação política – serve de instrumento para alcanças a estrutura de objetivos definidas a partir da percepção do ambiente. A existência de instituições internacionais incentiva a cooperação e atribui maior previsibilidade ao sistema, pois facilita o acesso à informação e reduz os custos transacionais. Nesse contexto, o comportamento dos Estados seria orientado por normas e regras criadas por essas instituições, as quais tentam aumentar o custo de um comportamento egoístico, maximizador e unilateral que enfraqueça os interesses coletivos³¹.

A exemplo do realismo, diferentes discursos teóricos compõem a agenda de pesquisa do institucionalismo liberal, que tratam das questões de cooperação internacional no Comércio Internacional. No contexto da Economia Política Internacional³², pode-se destacar: a teoria da interdependência e a teoria de regimes internacionais.

²⁹ ZARMAN, William. "Negotiating from asymmetry: the north-south stalemate", In: *Negotiation Journal* 1, n. 2 (1985), pp 121-138.

³⁰ KEOHANE, Robert. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press. 1984. P.51

³¹ KEOHANE, Robert. *International Institutions and State power: essays in international relations theory*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1989.

³² A definição de Economia Política Internacional, ainda que variada, converge na identificação do que são seus objetos de estudos as relações: estado-mercado e doméstico-internacional, por vezes, apresentado na forma de um contínuo, outras, de antagonismo.

A teoria da interdependência identifica uma mudança no relacionamento entre os Estados, o aprofundamento das relações entre os países industrializados observável a partir dos fluxos de comércio, investimento e laços monetários³³. Keohane e Nye propunham que os atores estão interligados de forma que se algo acontece com pelo menos um ator, em uma situação, afeta todos os outros atores. Para os institucionalistas liberais, alto grau de interdependência conduz à cooperação entre os Estados, pois criava uma nova da esfera política por meio de novas fontes de poder organizadas em redes de dependências mútuas assimétricas. Os neorrealista, em especial Keneth Waltz, argumentam que o aumento da interdependência causa conflitos e instabilidade.

A teoria de Regimes Internacionais integra a agenda da EPI sob três enfoques: estruturalista institucionalista liberal, neorrealista e a tradição grociana³⁴. A definição mais tradicional informa que Regimes são princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais convergem as expectativas dos atores em um dado tema³⁵. Outra definição afirma que regimes derivam de acordos voluntários entre unidades soberanas, ou seja, de mesmo status jurídico, defendido por Keohane e Stein³⁶. Outra, ilustrada por Susan Strange³⁷, tratada na seção anterior a respeito do neorrealismo, argumenta ser

³³ CRANE, George et AMAWI, Abla [ed.]. *The theoretical evolution of international political economy: a reder*. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 14.

³⁴ KRASNER. *Stephen. Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variables*, pp. 5-10. In: KRASNER. Stephen [ed.]. **International Regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1995, pp 01-21.

³⁵ *Idem*, p 01.

³⁶ *Ibidem*, p. 7.

Regime um conceito perigoso, porque retira a atenção sobre os interesses e as relações de poder, as principais causas do comportamento dos atores no sistema internacional. Finalmente, uma última orientação acredita ser os regimes um padrão de interação e um tipo de comportamento no sistema internacional³⁸. A cooperação e a coordenação de políticas, assim, são possíveis e desejáveis. Cabe ressaltar que neste ponto, não se aprofundará a análise da Teoria de Regimes, posto que será objeto da próxima seção.

1.2. Negociações Internacionais

1.2.1. Multilateralismo e Regimes Internacionais

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, as negociações internacionais multilaterais exercem papel preponderante nas Relações Internacionais. Multilateralismo, entendido como “uma forma institucional que se relaciona à coordenação de três ou mais Estados em princípios de conduta generalizados³⁹”, distingue-se de outras formas de agrupamentos de três ou mais Estados por causa das

³⁷ STRANGE, Susan. *Cave hic dragones: a critique of regime analyses*, p. 337. In: KRASNER, Stephen [ed.]. **International Regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1995, pp 337-368.

³⁸ KRASNER, Stephen. Op. Cit., 1995. p. 10.

³⁹ RUGGIE, John. “Multilateralism: the anatomy of an institution”. In: *International Organization*, vol. 46, n. 3 (summer, 1992), pp. 561-598 (p. 568)

propriedades de: indivisibilidade, princípios de conduta generalizados e reciprocidade difusa⁴⁰.

O multilateralismo, dado o grande número de interesses atores, papéis, temas e hierarquias envolvidos, é um processo decisório complexo. Os custos de transação – todos que um processo de troca incorre, a exemplo da aquisição de informação, barganha – aumentam, proporcionalmente, com o aumento de partes envolvidas. Olson⁴¹ sugere que a provisão de bens coletivos é inversamente proporcional ao tamanho do grupo, uma vez que incrementa os custos organizacionais. Dessa forma, poderia haver tensão entre as normas generalizadas do multilateralismo e a necessidade de informação e decisão de curso de ação para chegar a um acordo⁴². São os regimes ou a criação de organizações internacionais, por meio da institucionalização de regras, normas, procedimentos e processo de tomada de decisão, que reduzem os custos transacionais.

Existem três graus de institucionalização do Sistema de Estados: (a) exclusivamente no nível cognitivo, as comunidades epistêmicas, (b) os regimes e (c) a formação de organizações internacionais⁴³, forma mais concreta de institucionalização.

Regimes reconhecem haver necessidades comuns de estabelecer relações cooperativas, com base na reciprocidade, em

⁴⁰ CAPORASO. James. "International relations theory and multilateralism: the search for foundations". In.: *International Organization*, vol. 46, n. 3, Summer 1992. pp 600 -631 (p. 601)

⁴¹ OLSON, Mancur. "The logic of Collective Action". New York: Schocken, 1968.

⁴² MARTIN. Lisa. "Interests, power, and multilateralism". In: *International Organization*, vol. 46, n. 4, Autumm, 1992. pp 765 – 792. (p.

área definida, com vistas a regular padrões de comportamentos dos Estados, atribuindo, assim, previsibilidade ao comportamento dos atores. Os regimes variam ao longo do tempo e entre temas de quatro formas: força, forma organizacional, escopo e modo de alocação.

As pesquisas nessa área concentram-se em entender o modo pelo qual regimes são criados, mantidos e transformados ou abandonados ao longo do tempo.

Em grande parte, os estudos sob a perspectiva dessa teoria têm focalizado o papel das falhas estruturais ou de mercado e dos interesses compartilhados para explicar a origem da cooperação⁴⁴. Em outros estudos na teoria de regimes, os resultados são alcançados, em uma negociação, basicamente, por causa das pré-condições existentes, contudo a capacidade dos regimes de influenciar o comportamento dos atores é controversa. Há três orientações básicas a esse respeito: (a) os estruturalista convencionais, para quem o conceito de regime não possui utilidade; (b) estruturalista modificados, os quais reconhecem que regimes podem se formar e causar impacto, porém apenas em condições restritas e (c) seguidores da tradição grociana, para quem regimes são inerentes ao sistema político, existe em todas as áreas das relações internacionais e podem influenciar comportamentos⁴⁵.

⁴³ RUGGIE, John. Constructing the world polity – essays on international institutionalization. London: Routledge. 1998. (p. 55)

⁴⁴ HAMPSON, Fen Osler et HART, Michael. Multilateral Negotiations: lessons from arms control, trade, and the environment. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999. p. 8.

⁴⁵ KRASNER Op. Cit. p.6

Alguns teóricos das relações internacionais adeptos de uma visão neorrealista, estruturalista, a exemplo de Suzan Strange, argumentam que o conceito de regime ofusca os interesses e as relações de poder que influenciam o comportamento no sistema internacional⁴⁶, conforme mencionado anteriormente. Na orientação estruturalista, os atores racionais possuem comportamento auto-centrado e atuam em um sistema definido por interesses, poder e interações, onde normas, princípios e regras são insignificantes. Outros neorrealistas, buscaram ligar o conceito de regime à análise da estruturação do sistema. Assumiram, dessa forma, que a criação e a manutenção de regimes dependem do ator hegemônico. Quando o hegemônico entrar em colapso ou for substituído, há mudanças de regime.

Analistas do sistema internacional que partem de uma visão realista convencional acreditam os regimes decorrem de acordo voluntários entre Estados soberanos, juridicamente iguais e dedicados à auto-preservação, são capazes de gerar resultados em situações particulares em poucos temas. Em geral, os regimes não poderiam provocar impactos relevantes em jogos de soma zero⁴⁷.

Sob perspectiva da tradição grociana, os regimes permeiam todos os sistemas políticos. Percebidos como um padrão de interação humana, ocorrem em todas as áreas das relações internacionais,

⁴⁶ STRANGE, Suzan. "Cave! Hic gradones: a critique of regimes analysis". In: KRASNER, Stephen. *International Regimes*. 8 edição. Ithaca: Cornell University Press. 1995. pp. 337-354.

⁴⁷ KEOHANE, Robert. "The demand for international regimes." In: KRASNER, Stephen. *International Regimes*. 8 edição. Ithaca: Cornell University Press. 1995. pp. 141-171.

inclusive naquelas que tradicionalmente são dadas como anárquicas⁴⁸.

Além das três orientações mencionadas, há três outras abordagens⁴⁹. A primeira, pela Teoria dos Jogos, possui capacidade analítica mais forte quando empregada para explicar em quais condições regimes podem emergir na forma de uma instância do comportamento cooperativo. A segunda, funcionalista, informa que algumas funções generalizadas são subaproveitadas por causa da anarquia e das falhas de mercado, os regimes, então, serviriam para reduzir os custos transacionais. Por fim, a terceira, cognitiva, acredita não ser possível explicar a cooperação sem fazer referência à ideologia, os valores e as crenças dos atores, além do conhecimento disponível aos agentes a respeito de como podem alcançar determinados objetivos⁵⁰.

As diferentes perspectivas analíticas, em sua maioria, consideram os regimes e, de forma mais ampla, as instituições internacionais fenômenos importantes, porém divergem na percepção da eficácia na determinação do comportamento dos membros e na conduta coletiva resultantes dos processos interativos no nível internacional. Segundo Oran Young, uma instituição é efetiva “na medida em que seu funcionamento obriga os atores a se conduzir de

⁴⁸ YOUNG, Oran. “Regime dynamics: the rise and fall of international regimes”. In: KRASNER, Stephen (org.). *International Regimes*. 8 edição. Ithaca: Cornell University Press. 1995. pp. 93-113.

⁴⁹ HAGGARD, Stephen et SIMMONS, Beth. “Theories of International Regime”. In: LIPSON, Charles et COHEN, Benjamin (ed.). *Theory and structure in International Political Economy – an International Organization reader*. Cambridge, Massachusetts and Londo: The MIT Press. 2nd Print. 2000. pp 179 – 205. (p. 192)

modo diferente daquele como se comportaria caso ela não existisse”⁵¹. As fontes dessa efetividade são: a transparência, ou seja, a facilidade de monitorar ou verificar o desempenho; a resistência dos mecanismos de opção social empregados; o rigor das regras reconhecidas que governam as mudanças das normas substantivas; a capacidade dos membros de implementar as normas; as assimetrias agudas na distribuição de poder entre os participantes; o nível de interdependências dos participantes; a ordem intelectual que a gerou.

A Teoria de Regimes lança importante luz sobre as negociações multilaterais, contudo não é suficiente para compreender os resultados alcançados no âmbito das negociações multilaterais de comércio. Outra abordagem que, em complementação, auxiliam o presente estudo é a análise de negociação internacional focadas na estrutura, no processo de negociação e nos processos de tomada decisões, que será tratada a seguir.

1.2.2. Negociações Multilaterais

Nas décadas de 60 e 70, desenvolveram-se as teorias sobre processo decisório e negociação. Em suas origens, os estudos centravam-se na interação entre Estados e na atividade diplomática

⁵⁰ YOUNG, Oran. International Regimes: Problems of concept formation. In: World Politics. Vol. 32, April, 1980.

⁵¹ YOUNG, Oran. “A eficácia das instituições internacionais: alguns casos difíceis e algumas variáveis críticas”. In.: ROSENAU, James et CZEMPIEL, Ernst-Otto (org.). Governança sem governo – ordem e transformação na política mundial. Brasília: Editora UnB. 2000. (p. 221).

com abordagem histórica. Nesses estudos, o resultado da negociação é atribuído à prática diplomática e aos atributos do negociador. A negociação internacional dependeria de aprendizado e prática efetiva, em segundo plano, do aprendizado institucional. Sob essa visão, favorecia-se o registro de fatos e dados do processo de negociação no ponto de vista tático e estratégico, a avaliação do desempenho dos indivíduos envolvidos, buscando orientar (normatizar) a prática da negociação e da tomada de decisão⁵².

A partir dos anos 70, a teoria dos jogos e a teoria behaviorista estão no centro da agenda de pesquisa a respeito de negociação. Na teoria dos jogos, objetivos, regras, dinâmica de barganha, personalidade e talento negociador, no nível internacional, e questões domésticas, são os objetos de estudo. Por sua vez, o behaviorismo enfatizava a interação entre as partes, a valorização das percepções e a consideração dos processos cognitivos⁵³.

Na década de 1980, os principais eixos de pesquisa acerca da análise da negociação podem ser resumidos em quatro grandes linhas, segundo Christopher Dupon⁵⁴: (a) estudos a respeito das condições em que os negociadores percebem as possibilidades de ganhos conjuntos; (b) análises baseada no sistema de decisão; (c) estudos que focalizavam os aspectos culturais e (d) dimensões organizacional. Por sua vez, William Zartman⁵⁵ identifica cinco

⁵² ZARTMAN, William e BERMAN, M. *The practical negotiator*. Yale:Yale University Press, 1982. p. 2

⁵³ RUBIN, Jeffrey e BROWN, B. *The social psychology of bargaining and negotiation*. Orlando: Academic Press, 1975. p. 218.

⁵⁴ DUPON, Christopher. *La négociation: conduite, théorie, applications*. Paris: Editions Dalloz, 1994. pp 150-153.

⁵⁵ Zartman. Op. cit.

abordagens: (a) estrutural, que consideram os componentes de poder; (b) estratégica, que enfatizavam as dinâmicas da interação entre os agentes; (c) de processo, que destacava a posição das partes na negociação; (d) comportamental, que salienta o comportamento dos atores e (e) integrada, que integram diferentes aspectos.

Negociação multilateral possui aspectos peculiares que a diferencia da bilateral, pois envolve grande número de partes e temas; apresenta crescente participação de ampla gama de atores não estatais, incluindo comunidades epistêmicas, organizações não governamentais e grupos de interesses; normalmente realiza-se no âmbito de uma organização internacional; cada ator exerce múltiplos papéis; há variação no nível do comprometimento com a negociação e certos resultados, freqüentemente, relacionado às lideranças nacionais e às mudanças nas prioridades ao longo do tempo⁵⁶. Os resultados da negociação multilateral é mais criação de regras que redistribuição de bens tangíveis. Outra característica é a possibilidade de formação de coalizões, razão porque as negociações multilaterais não são competição pura, mas, uma espécie de oligopólio⁵⁷. Assim, enquanto na cooperação bilateral a situação da negociação já está definida, duas partes competem pelo melhor resultado; na multilateral, ainda, é preciso simplificar a complexidade, identificando os interesses das partes e os temas.

⁵⁶ HAMPSON, Op. cit. p. 4.

⁵⁷ ZARMAN. William. "Two Company and more's a crowd. The complexities of Multilateral Negotiation" In.: ZARMAN. William [Org.]. International multilateral: approaches to the management of complexity. Jossey Bass-Publishers, São Francisco. 2004. p. 4-6.

Zartman⁵⁸ acredita que, por causa da diferença existente entre negociação bilateral e multilateral, os seguintes modelos de análise são mais apropriados para a última:

- **Análise da decisão** (*Decision Analysis*) é baseada em uma série de considerações sobre os resultados desejados por cada ator, seguido de comparações entre eles, o que cria um retrato da distribuição de posições em um dado tema de forma que os resultados sejam evidenciados;
- **Análise da estratégia** (*Strategic Analysis*), a partir da teoria dos jogos, observa a estrutura de valores que as partes conferem a diferentes resultados (produtos das interações sociais), com base nas coalizões;
- **Análise organizacional** (*Organizational Analysis*) explica os resultados por meio do comportamento das partes, deduzindo-os com base nas posições internas à organização ou na necessidade que as partes tenham de encontrarem uma forma de atuarem dentro das restrições organizacionais (decorrentes das regras formais ou das normas sociais de uma organização);
- **Análise de pequenos grupos** (*Small group analysis*) pode revelar a dinâmica do acordo alcançado em barganhas multilaterais, lidando com um reduzido número de atores, por focalizar a interação dentro dos grupos ou entre eles;

⁵⁸ Idem. P. 7.

- **Análise de poder e coalizões** (*Power-coalition analysis*)

concentra o estudo na forma pela qual as partes formam coalizões para manipulação de informações e superação de conflitos. Os resultados e os custos marginais são usados para induzir ou dissuadir os atores de participar de uma coalizão.

- **Análise de liderança** (*Leadership analysis*) focaliza o

agente e avalia as táticas e as estratégias usadas para atingir a decisão consensual.

Hampson⁵⁹ agrupa os estudos de negociação multilateral em três métodos de análise: (a) análise estrutural, cujas explicações derivam da distribuição de poder no sistema; (b) análise decisória, que se baseia nos modelos de processo decisório e (c) análise do processo negociador, que destaca o contexto das negociações e como ele afeta as escolhas dos atores e a tomada de decisão.

As **abordagens estruturais**, que enfatizam o papel do poder nas relações de barganha, tratam de problemas de barganha internacional em termos de recursos de poder e capacidades das partes. Os estudos nessa área iniciaram pressupondo que os resultados dependiam da distribuição de poder entre as partes e passaram a analisar as táticas de barganha.

As **análises decisórias** (do processo de tomada de decisão com ênfase nos aspectos substantivos) tratam as barganhas como preferências entre partes com interesses competitivos. Assumem que todos os atores são maximizadores de utilidade e que os custos da

negociação podem ser qualificados e submetidos à análise formal, de maneira que identifica o melhor curso de ação e o melhor resultado para cada parte em uma relação de barganha. Busca-se chamar atenção para as circunstâncias nas quais as alternativas são selecionadas pelo tomador de decisão.

A **análise do processo** distingue-se da anterior, por focalizar os aspectos procedimentais da negociação. Busca entender o processo empregado para se chegar à decisão, observando-o nas fases: diferentes situações de pressão, influências cognitivas, aspectos da personalidade e fatores interacionais. Pode-se enfatizar o ambiente intranegociação ou fatores e influências externos.

A negociação passa por três fases⁶⁰: a pré-negociação, a negociação e o acordo ou a implementação do acordo. Na primeira, as partes identificam o problema, buscam opções de solução e comprometem-se em negociar. Na fase seguinte, ocorre debate a respeito da agenda, definem-se os temas, há concessão de barganhas, definem-se os detalhes do acordo. Na última, há o compromisso mútuo com o acordo, a acomodação e a implementação.

As teorias de negociação internacional ajudam a interpretar o processo de negociação e a explicar os resultados. No modelo de estrutura, processos e resultado de negociação proposto por Singh e Gilchrist⁶¹, a estrutura da negociação, momento em que são

⁵⁹ HAMPSON, Op. cit. p. 8.

⁶⁰ HAMPSON, Osler et HART, Michael. Op. Cit. 1999. pp 25-28.

⁶¹ SINGH, J.P. et GILCHRIST, Sarah. "Visible Negotiation: Globalism, Domestic Politics and Culture" In: 43rd Annual ISA Convention, "Dissolving Boundaries: the nexus between comparative politics and international Relations", 2002, New Orleans, Louisiana.

determinados os interesses e os objetivos do ator, inclui as coalizões domésticas e as condições de mercado no conjunto de variáveis de análise. Tipicamente, as variáveis para determinar a posição negociadora⁶² das partes seriam apenas os temas e os atores. O estudo do processo de negociação envolve análise das estratégias e das táticas utilizadas pelas partes. Por fim, o resultado pode ser: ganhos mútuos, ganhos e perdas, perdas mútuas e o não alcance de acordo.

A fase de planejamento da negociação⁶³, ou conforme Hampson, a fase de pré-negociação, é importante, pois permite determinar os próprios interesses; hierarquizar os objetivos; identificar os interesses das partes envolvidas; escolher a ordem em que cada tema será negociado; criar cenários com as melhores opções de solução, incluindo alternativas de reunir os temas; selecionar a opção que melhor atende os objetivos estipulados, com vistas a obter o sucesso desejado.

No processo de negociação⁶⁴, os atores podem optar por diferentes táticas, a saber: de comunicação, onde se envia mensagens com o propósito de influenciar o comportamento de outros; de posição negociadora firme, deixando para fazer pequenas concessões ao longo do percurso; em negociação com muitas partes e interesses envolvidos, unir-se a outros com interesses comuns ou

⁶² Best alternative to a negotiated agreement (BATNA)

⁶³ LEWICKI, Roy J, SAUNDERS, David M. et MINTON, John W. *Negotiation, 3rd Edition*. San Francisco: Irwin McGraw-Hill, 1999.

⁶⁴ FICHER, Roger. "Negotiating Power: Getting and Using Influence," pp. 127-140 in *Negotiation Theory and Practice*, eds. J. William Breslin and Jeffrey Z. Rubin. Cambridge: Program on Negotiation Books, 1991, p. 128.

com interesses não conflituosos; buscar influenciar as decisões, criando boas soluções que contemple, em parte, os objetivos do oponente.

Existem diferentes classificações de estratégias de negociação, a maior parte da literatura enfatiza dois tipos: integrativa ou cooperativa (baseada no interesse), e distributiva ou competitiva (baseada na posição das partes). A tipologia, proposta por Roger Fisher e William Ury⁶⁵, divide as estratégias em: estratégia *hard*, extremamente competitiva; estratégia *soft*, de natureza integrativa, e “*principle negotiation*”, algo intermediário entre as anteriores. A classificação de Morton Deutsch⁶⁶ separa as estratégias competitivas das cooperativas. Para esse autor, a definição por um ou outro comportamento depende da natureza da disputa e dos objetivos dos atores. Ademais, a interação será moldada de acordo com a forma de interdependência que existe entre as partes: a positiva, as chances de um lado atingir seus objetivos aumenta as chances do outro (conduz ao modelo cooperativo), e a negativa, o sucesso de um diminui as chances do outro (ao competitivo).

Entre os pesquisadores, há consenso de que as estratégias integrativas, ou cooperativas, e distributivas, ou competitivas, não são mutuamente excludentes, podendo ocorrer, simultaneamente, em uma negociação. De fato, ocorre o predomínio de uma forma. O processo

⁶⁵ FISHER, Roger, et URY, William, *Getting to Yes: Negotiating Agreement Without Giving In*, 2nd edition, New York: Ed. Bruce Patton, 1991.

⁶⁶ DEUTSCH, Morton. "Cooperation and Competition," in *The Handbook of Conflict Resolution: Theory and Practice*, DEUTSCH, Morton et COLEMAN, Peter (ed.). San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 2000, p22.

de negociação⁶⁷ é, simultaneamente, fazer concessões e busca de alternativas viáveis, especialmente em agendas complexas, com questões distributivas e integrativas.

A estratégia integrativa envolve concessões e alternativas de resultados que permitam ganhos mútuos (*win-win situation*). As chances de chegar a essa modalidade crescem se a negociação abranger vários temas, pois os atores tornam-se mais flexíveis à possibilidade de fazer *trade-offs*. Há maior flexibilidade para procurar soluções cooperativas, e os envolvidos não são necessariamente competidores. Quando há predomínio de integrativa, o risco de retrocessos diminuem, e a possibilidade de assegurar os resultados da negociação aumentam.

Para Christopher Dupon⁶⁸, as estratégias integrativas caracterizam-se pelo respeito aos objetivos do opositor e pela atenção ao histórico de relacionamento entre as partes, que salvaguarda a relação de atritos na negociação. Mais além, seguem princípios de solidariedade, confiança, reciprocidade e credibilidade. A estratégia distributiva interpreta o contexto com um jogo de soma zero, no qual para um lado ganhar o outro, necessariamente, perde. A solução depende da capacidade de fazer a outra parte ceder, revelando-se as assimetrias entre elas.

Quando há preponderância da distributiva, os recursos táticos fundamentais são o segredo, a dissimulação dos interesses reais e a

⁶⁷ VAZ, Alcides. Cooperação, integração e processo negociador – a construção do MERCOSUL. Brasília: IBRI, 2002. p. 50

disposição inicial de não fazer concessões⁶⁹. O aspecto principal é a informação, de maneira que o poder de barganha depende da clareza de objetivos, alternativas e o conhecimento do oponente.

Dada a complexidade da estrutura de negociação multilateral, as partes encontram uma série de obstáculos⁷⁰ à formalização de acordos. O número de partes e temas, com heterogeneidade de interesses e percepções, envolvidos é inversamente proporcional à possibilidade de que cada parte tenha seus objetivos contemplados no acordo. O poder de barganha entre os atores é assimétrico, de modo que quanto mais atores poderosos tiverem objetivos conflituosos, maior a dificuldade de chegar a um acordo e menores as probabilidades de os fracos conseguirem alcançar seus objetivos (se estes divergirem dos interesses das partes fortes).

Em resposta às referidas complexidades, os atores responder constituindo coalizões, definidas⁷¹ por a união de poder ou recursos de duas ou mais partes com vistas a obter melhores chances de alcançar os resultados esperados, posto que podem compensar as assimetrias estruturais se os custos de ser membro forem menores que os de permanecer sozinho. As condições de sucesso da coalizão informam que: as barganhas devem permitir ganhos marginais para os membros e os objetivos do grupo devem contemplar algo de cada participante. Assim, as coalizões devem incluir interesses e

⁶⁸ DUPON, Christopher. *La négociation: conduite, théorie, applications*. Paris: Editions Dalloz, 1994. p. 50

⁶⁹ VAZ, Alcides. Op. Cit. 2002. p. 50

⁷⁰ HAMPSON, Osler et HART, Michael. Op. Cit. 1999, pp 28-32.

⁷¹ RIBIN, Jeffrey Z. et BRAUN, Bert. *The Social Psychology of Bargaining and negotiation*. New York: Academic, 1975. p. 64

compromissos compartilhados conforme determinados valores e crenças.

Por fim, as negociações multilaterais, ao distinguir-se das bilaterais, desenvolveram um corpo teórico específico, tratado nesta seção, que serve de base para a análise dos dois casos selecionados. Em seguida, será descrito como utilizou-se as teorias mencionadas para conduzir a pesquisa.

1.3. Metodologia de análise

O estudo utiliza uma abordagem integrada de estudos de negociação multilateral, considerando aspectos das várias abordagens propostas por Zartman e Hampson. Da análise estrutural, consideram-se os componentes de poder e as assimetrias existentes no sistema internacional, para identificar as restrições às quais os países estão submetidos. Da análise do processo, considera-se das fases de pré-negociação e negociação da Rodada Doha dentro das três Reuniões Ministeriais escolhidas: Seattle, Doha, e Cancun. Ademais, é considerada a teoria de regimes nos aspectos que tangem a regras, princípios, normas e procedimentos decisórios da Organização Mundial de Comércio.

A unidade de análise escolhida é o Estado, considerando-o como ator unitário. Assim, não são consideradas as condições

domésticas, que influenciem a definição de interesses no processo de negociação. O ponto de partida são os objetivos já expressos pela posição assumida pelo corpo negociador dos dois países.

Para análise das restrições a que os países estão submetidos, foi utilizado três aspectos: (a) os princípios, as normas, as regras e os procedimentos de tomada de decisão das negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio; (b) as crenças/ideologias que orientam a formulação de política externa e (c) a distribuição de poder econômico no sistema internacional.

Para identificar a estratégia negociadora observa-se também a formação de coalizões e as táticas de negociação integrativas ou distributivas que orientam esses grupamentos de países. A partir das estratégias, foi possível identificar em quais condições os dois países conseguem influenciar os resultados das negociações nas três Reuniões Ministeriais referentes à Rodada de Negociação de Doha.

PARTE II - O BRASIL E A INDIA NA OMC

Esta parte do trabalho apresenta os estudos de caso a respeito da atuação do Brasil e da Índia na Organização Mundial de Comércio (OMC), no período entre a Reunião Ministerial de Seattle, novembro de 1999, e a Reunião Ministerial de Cancún, setembro de 2003. O objetivo é dar visibilidade ao curso de ação e às estratégias selecionadas pelos países frente às restrições impostas pelas regras da organização, pelas crenças norteadoras da política externa e pela assimetria de poder econômico no sistema internacional.

Para tanto, encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro, conduz-se uma breve introdução a respeito da participação do Brasil e da Índia no Sistema Multilateral de Comércio. Os três capítulos seguintes tratam, especificamente, das Reuniões Ministeriais, O capítulo 2 da Reunião em Seattle, o capítulo 3 da Reunião em Doha e o capítulo 4 da Reunião em Cancún.

Cada Reunião Ministerial – separadas em capítulos – é analisada de acordo com a mesma estrutura, a saber: o contexto da reunião, o posicionamento do Brasil, o posicionamento da Índia e os resultados alcançados. Ao final de cada capítulo, são apresentadas conclusões parciais, que são retomadas no capítulo final.

2. BRASIL E INDIA

Há diferenças marcantes entre os dois países em estudo. A Índia, segundo país mais populoso, com cerca de 1,08 milhão de habitantes em 2003⁷², é a maior democracia do mundo com 3,28 milhões de quilômetros quadrados. De cultura milenar, o país é composto de grande diversidade étnica. As principais línguas são o hindu e o inglês, existe também 17 outras línguas oficiais, além de dialetos locais. Convivem várias religiões: o hinduísmo, islamismo, cristianismo, jainismo, silknismo, budismo e inúmeras seitas.

O Brasil, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e uma população de cerca de 180 milhões, é mais uniforme culturalmente. Ainda que apresente particularidades regionais, estas são pouco significativas quando comparadas às diferenças indianas. Independente desde o século XIX, o país tem maioria cristã, outras religiões e seitas praticamente insignificante no total da população. Possui uma língua oficial: o português.

No período de 1992 a 1999, a Índia cresceu em média 6,1% em relação ao PIB enquanto o Brasil apenas 2,7%. Entre 2000-2005, a média do primeiro país foi de 6,2% e do segundo 2,5%⁷³.

Em termos da participação nos fluxos mundiais de comércio, em 2003, o Brasil exportou US\$ 73,1 bilhões em mercadorias respondendo

⁷²United Nation. Human Development Report. 2004.

⁷³Fundo Monetário Internacional. *World Economic Outlook Database*. Abril/ 2006.

por 1% do fluxo mundial, localizando-se na 25ª posição no ranking mundial de países exportadores da Organização Mundial de Comércio (OMC). A Índia contribuiu com 0,75% dos fluxos globais de comércio. Entre 1993 e 2005, a Índia aumentou sua participação no comércio mundial de 0.58% para 0.78%.

Durante a década de 1990, a partir das reformas econômicas, a Índia vivenciou altas taxas de crescimento econômico, sem, contudo, obter equivalente sucesso da redução das desigualdades e na solução de problemas recorrentes: analfabetismo, mortalidade infantil, acesso a saneamento básico⁷⁴. O Brasil, por sua vez, com o programa de modernização das estruturas econômicas operado desde o início da década de noventa, tem atingido baixas taxas de crescimento econômico com simultânea estabilidade macroeconômica. À semelhança da Índia, continua a enfrentar sérios problemas de distribuição de renda e acesso a serviços públicos de qualidade, ainda que tenha aumentado as taxas de alfabetização e reduzido a mortalidade infantil.

Essas mudanças na estrutura econômica dos dois países causaram reflexos nos fluxos comerciais. As importações indianas passaram de US\$ 24 bilhões para US\$ 71 bilhões no período de 1993 a 2003. O Brasil, no mesmo espaço de tempo, cresceu de US\$ 25,2 bilhões para 48,3 bilhões⁷⁵.

A seguir, será apresentada uma breve apresentação de cada um dos países com a finalidade de dar uma visão histórica dos

⁷⁴ SPERO, John et HART, Jeffrey. *The Politics of International Economic Relations*. Sixth Edition. Belmont: Wadsworth; Thomson Learning, 2003. p. 172

⁷⁵ Fundo Monetário Internacional. *World Economic Outlook Database*. Abril/ 2006.

modelos econômicos adotados, da identidade de suas políticas externas e da atuação no Sistema Multilateral de Comércio. O capítulo está dividido em duas partes: (1) Brasil: economia e histórico no Sistema Multilateral de Comércio e (2) Índia: economia e histórico no Sistema Multilateral de Comércio.

2.1. Brasil: economia e histórico no Sistema Multilateral de Comércio

O Brasil sempre participou de negociações do sistema econômico internacional, em especial no século XX. A atuação, contudo, compreendida sob a ótica da estrutura de poder do sistema e das capacidades relativas do país, teve uma natureza dicotômica⁷⁶.

Por um lado, esteve presente nas negociações que levaram à construção da ordem econômica internacional do Pós-II Guerra, constituída com base em três pilares: o Fundo Monetário Internacional (FMI), criado para impedir as práticas de depreciação competitiva causadoras da instabilidade do entre guerra; o Banco Mundial, fundado para incentivar políticas de crescimento de longo prazo, e a Organização Internacional do Comércio (OIC), que não logrou sucesso⁷⁷. De igual forma, participou desde o princípio do GATT, em 1948. Por outro, tinha pouco poder de decisão e pequenas possibilidades de influenciar, efetivamente, os resultados.

⁷⁶ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998. p. 275

Após a Segunda Guerra Mundial, com base no modelo de substituição de importação, o Brasil instalou indústrias de base sob a tutela do Estado⁷⁸. Até então, o país principalmente de economia agrícola exportadora. Na fase de transição da economia agrícola para industrial, nasce um modelo de desenvolvimento centrado no Estado e de economia fechada, que vigorou por quase 50 anos, que coincide com o período das negociações mencionadas. Essa estrutura econômica não criou recursos de poder econômico suficiente que justificasse uma capacidade efetiva de influenciar as decisões a respeito da construção da ordem econômica de Bretton Woods.

Observar apenas assimetria de poder entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento é insuficiente para explicar a atuação do Brasil nos eventos citados. Deve-se considerar a complexidade das hierarquias existentes no sistema internacional, em que se pode considerar uma espécie de gradação de dotação de capacidades entre os países. No contexto da Conferência de Bretton Woods, o conflito de proposições acerca do modelo a ser adotado concentrava-se nos Estados Unidos, com White, e na Inglaterra, com Keynes, as duas potências. A presença do Brasil, contudo, considerando que haviam apenas 23 países convidados, per se, já demonstra que o país “sempre teve manteve uma interação complexa, sutil e matizada com o sistema econômico internacional, [...] (diferente do que) deixaria supor sua limitada capacidade de intervenção”⁷⁹.

⁷⁷ GONÇALVES, Reinaldo et al. “A nova economia internacional – uma perspectiva brasileira”. Rio de Janeiro: Campus. 1998. p. 56

⁷⁸ SOUZA, Nali. Desenvolvimento Econômico. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999. (pp 380-381)

⁷⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Op. Cit. 1998. p. 275.

A atuação da delegação brasileira em Bretton Woods ocorreu em plano secundário. Participou como espectador nos comitês de maior relevo, segundo Roberto Campos, “debaixo das cinco comissões operavam cinco comitês, cabendo ao ministro da Fazenda do Brasil, Arthur de Souza Costa, a presidência do Comitê 3 da Comissão Primeira, relativa ao Fundo Monetário”⁸⁰. Além disso, acrescenta Campos⁸¹, as propostas substantivas, futuro embrião de debates posteriores no âmbito das rodadas do GATT, lançadas pelo Brasil não encontravam ressonância. O Brasil defendia o combate à volatilidade dos preços dos produtos de base.

Mudanças na economia interna, de 1967 a 1973, levam ao período de grandes taxas de crescimento econômico que pareciam indicar que o Brasil entraria na classe dos países desenvolvidos. Em seguida, entretanto, notou-se que o crescimento não era sustentável, pois gerou inflação e dívida externa potencializadas até a crise dos anos oitenta.⁸²

Na década de 1980, recessão e inflação⁸³, combinadas com retração da liquidez internacional, decorrente do segundo choque do petróleo de 1979, e aumento das taxas de juros de bancos e instituições de financiamento no mundo, levaram à crise da dívida dos países em desenvolvimento e aprofundaram os problemas econômicos no Brasil.

Nesse ambiente, inicia-se a Rodada Uruguai, em 1986, na qual o Brasil defendeu ativamente seus interesses. Esse comportamento mais

⁸⁰ CAMPOS, Roberto. A lanterna na popa. 2 vols. São Paulo: Ed. Topbooks, 2004. p. 66.

⁸¹ Idem, p. 69.

⁸² LAGO, Luiz Aranha. A retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967 – 1973. In: ABREU, Marcelo [Org.]. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889 – 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp 233 – 294.

propositivo nas rodadas de liberalização do comércio, inicia-se na Rodada de Tóquio.⁸⁴ Nas negociações da Rodada Uruguai, o Brasil ainda falou em nome da maioria dos países, aliando-se à Índia, por exemplo, na oposição à inclusão do tema serviços, pois “temiam o desequilíbrio das vantagens e concessões em favor dos países desenvolvidos”⁸⁵ não obtendo sucesso.

A atuação do Brasil na Rodada Uruguai coaduna-se com a identidade internacional do país proposta Celso Lafer⁸⁶. Segundo o autor, o Brasil, historicamente, exerce papel de mediador, tentando articular consenso entre países fortes e fracos. Com limitações de meio para o exercício de poder no cenário internacional, organiza sua presença em termos de confiança e coerência de ação, com base no *soft power*⁸⁷, que é sua identidade internacional.

Desde o fim da Rodada Uruguai, a economia brasileira passou por mudanças. O governo passa a adotar maior número de medidas de liberalização comercial⁸⁸ com algumas políticas voltadas para o mercado, por exemplo, a privatização de algumas empresas. Em cinco anos, as importações passaram de 25 bilhões de dólares, em 1993, para 57 bilhões, em 1998. De igual forma, o investimento direto no país aumentou

⁸³ BAER, Werner. Werner. *Economia Brasileira*. 2º ed. São Paulo: Nobel, 2002p. 163.

⁸⁴ ABREU, Marcelo Paiva. “O Brasil na Rodada do Uruguai do GATT: 1982 – 1993”. In: FONSECA, Gelson. *Temas de Política Externa Brasileira II*, volume 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994. (p.332)

⁸⁵ ALMEIDA, Paulo. *Relações Internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1998. (p. 136)

⁸⁶ LAFER, Celso. “A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro”. São Paulo: Perspectiva, 2001. P.76

⁸⁷ Keohane, Robert and Joseph Nye. “Power, Interdependence and the Information Age” from *Conflict After the Cold War*. In:

⁸⁸ GONÇALES, Reinaldo et al. Op. Cit. 1998. P. 105

de 700 milhões de dólares, em 1993, para 26 bilhões, em 1998⁸⁹. Essas mudanças, segundo Maria Izabel Carvalho⁹⁰, tornaram os atores domésticos mais sensíveis aos temas internacionais.

Nos anos de 1995 a 2002, o país foi governado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). No campo econômico, a atenção do primeiro governo estava voltada para a estabilização macroeconômica; do segundo, para o câmbio flutuante, a redução do déficit de conta corrente, o ajuste fiscal e as reformas estruturais.

Em 2002, o Brasil alcança a marca de 12º economia mundial, segundo “Economic Research”, *Global Briefing da Globalinvest* emitido em março de 2003. E nos fluxos mundiais de comércio, dados do relatório do Banco Mundial, o Brasil, em 2003, exportou US\$ 73,1 bilhões.

A política externa multilateral do Governo FHC, segundo Amado Cervo⁹¹, manteve forte presença multilateral, conforme a tradição do Itamaraty. Para Paulo Roberto de Almeida⁹², as negociações multilaterais caracterizavam-se pelo ativismo moderado e pelo diálogo sem efetiva coordenação com países do Sul. Almeida reforça que predominava a percepção de que o papel de liderança do Brasil no âmbito internacional deveria decorrer das capacidades econômicas, além disso, deveria circunscrever-se à região.

⁸⁹ Dados obtidos no site do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior <www.mdic.gov.br>.

⁹⁰ CARVALHO, Maria Izabel V. Estruturas domésticas e grupos de interesse: a formação da posição brasileira para Seattle. In: Contexto Internacional, vol. 25, n. 2, julho/dezembro, 2003. Pp. 363 – 401. (p.365)

⁹¹ CERVO, Amado. “Relações internacionais do Brasil: um balanço da Era Cardoso”. In: Revista Brasileira de Política Internacional. Ano 45, n. 1, 2002. pp. 5 – 35. (p. 10).

⁹² ALMEIDA, Paulo Roberto. “Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. In: Revista Brasileira de Política Internacional, ano 47, n. 1, 2004. pp 162-184. p. 167.

Em 2003, sobe ao poder o Partido dos trabalhadores, de esquerda. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantém, em certo grau, a política macroeconômica anterior, observando a estabilidade e enfatiza as políticas sociais com vistas à distribuição de renda.

Na política externa⁹³, o presidente Lula buscou enfatizar o exercício de liderança por acreditar que tornar o país um líder internacional dependeria do ativismo diplomático e da formação de alianças estratégicas. Dessa forma, no multilateralismo, o governo buscou formar alianças com potências médias, países emergentes, ressaltando a soberania econômica nacional.

É no contexto dessas duas orientações de política externa, FHC, entre 1999 e 2002, e Lula, em 2003, que se realiza a atuação do Brasil na Organização Mundial de Comércio analisada nesta dissertação.

⁹³ Idem. pp. 167-168.

2.2. Índia: economia e histórico no Sistema Multilateral de Comércio

Da mesma forma que o Brasil, a Índia, desde a sua independência em 15 de agosto de 1947, tem participado de fóruns multilaterais. Foi membro fundador do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT), em uma época na que os países em desenvolvimento tinham poucos incentivos a participar da arquitetura do sistema multilateral de comércio.

A política externa indiana (PEI), desde o movimento de libertação, organizou-se em torno dos princípios de solução pacífica de controvérsias, igualdade entre os Estados, independência de posicionamento (como expresso no movimento dos não-alinhados), oposição ao colonialismo e ao imperialismo e defesa da conduta equânime das relações internacionais⁹⁴. Outro aspecto importante da PEI é o conceito de círculos concêntricos que considera fatores locais, históricos e culturais para identificar os países estratégicos nas relações bilaterais.

Após o Movimento de Desobediência Civil liderado por Gandhi, iniciado em 1930 e concluído com a independência, o ambiente interno não favorecia a instalação de uma economia aberta. Havia um clima de forte nacionalismo decorrente do movimento e a vontade de construir um país autônomo e moderno, uma vez que o setor industrial era incipiente e era objetivo do governo estabelecer uma indústria nacional.

⁹⁴ GANCULY, Sumit. "India's Foreign Policy Grows up". *World Policy Journal*. N. 4, 2003/04, p. 41-47.

O Primeiro Ministro Jawaharlal Nehru, que governou o país de 1949 a 1964, traçou a estratégia de crescimento econômico indiano. O Ministro não concordava com o livre mercado, pois, para ele, o livre comércio em países em desenvolvimento resultaria em déficit comercial. Assim, implementou o modelo de industrialização baseada na substituição de importações, que implicava “proteção comercial generalizada, restrições às exportações, controle de preço, subsídios e incentivos fiscais para estimular o investimento produtivo em determinados setores econômicos”⁹⁵.

Nesse contexto, o governo indiano concentrou no Estado o processo de industrialização, priorizando a formação de empresas estatais nos setores da indústria básica e pesada. Incentivou o comércio exterior e os investimentos estrangeiros com as antigas nações socialistas⁹⁶ e o desenvolvimento de energia nuclear.

Durante os primeiros anos após a revolução silenciosa, a política externa indiana caracterizava-se por uma orientação idealista e, progressivamente, assume a forma realista⁹⁷. A marca da política externa de Nehru, nessa fase, foi o não alinhamento e a oposição ao colonialismo. A partir de 1955, a Índia assumiu o papel de liderança do Movimento dos Países Não Alinhados, que surge na Conferência de Bandung, exercendo-o até o fim da Ordem Mundial da Guerra Fria. O Movimento objetivava o neutralismo contra as ingerências das duas potências mundiais, focalizando os esforços nas questões de desenvolvimento. A

⁹⁵ PIO, Carlos. *Relações Internacionais: economia política e globalização*. Brasília: IBRI, 2002. p 142

⁹⁶ KHILNANI, Sunil. *The idea of Índia*. 3rd edition. London: Penguin Books, 2003. p. 42.

dimensão intelectual do não-alinhamento indiano expressa-se no Ministro Nehru, discípulo de Gandhi, derivado do movimento de libertação nacional com inspiração socialista e do desejo de não se subjugar a nenhum outro país como ocorreu durante a dominação britânica⁹⁸.

Com o tempo, a política econômica indiana tomou formas planificadas. O primeiro plano econômico quinquenal, de 1951 a 1956, tinha o objetivo de constituir uma sociedade nos moldes socialistas, o que levou às dificuldades de captação de investimentos externos⁹⁹. Na lógica do não alinhamento, a Índia aproveitava pragmaticamente o cenário bipolar.

No contexto da Guerra Fria, por um lado, os Estados Unidos preocupados com os avanços socialistas na Ásia, a exemplo da Revolução na China, em 1949, e do conflito na Coreia, em 1950, buscava, por meio das instituições de Bretton Woods, incentivar o fortalecimento do sistema capitalista¹⁰⁰. Por este conjunto de oportunidades, a Índia aproveitou-se do apoio do Banco Mundial para obter financiamento externo durante o primeiro plano quinquenal. Por outro, a União Soviética, a partir da morte de Starling, em 1953, passa a apoiar o programa de assistência técnica das Nações Unidas e a engajar-se em relações comerciais com os países do Sul. Outra vez a Índia beneficia-se, convertendo-se em parceiro comercial, já que havia certa orientação socialista na lógica de planejamento econômico do governo.

⁹⁷ CHAULIA, Sreeram. "BJP, India's Foreign Policy and the Realist Alternative to the Nehruvia Tradition". In.: *International Politics*, vol. 39, June 2002, pp. 215 – 234.

⁹⁸ RANA, A. P. "The Intellectual Dimensions of India's Nonalignment". In.: *The Journal of Asian Studies*, Vol. 28, No. 2. (Feb., 1969), pp. 299-312.

⁹⁹ SOUZA, Nali. *Op. Cit.* 1999. p. 367.

¹⁰⁰ SPERO, John et HART, Jeffrey. *Op.Cit.* p. 194.

O segundo plano quinquenal, de 1956 a 1961, priorizou o desenvolvimento da indústria de aço, máquinas e equipamentos, cimento, produtos químicos. Ademais, investiu na agricultura irrigada e no setor de transportes¹⁰¹. Reforça-se a atuação do setor público na organização da dinâmica produtiva, com forte regulamentação sobre investimentos e atividades industriais. Por exemplo, em 1956, o governo nacionaliza o sistema de seguros.

Em 1963, na Assembléia Geral das Nações Unidas, os países em desenvolvimento organizaram-se no G-77. Publicaram uma Declaração Conjunta que dava ênfase à necessidade de reforma do comércio internacional de forma a promover o desenvolvimento e a diversificação das economias desses países. Assim, em 1964, criou-se a *United Nation Conference on Trade and Development (UNCTAD)*¹⁰².

No campo das relações econômicas internacionais, a Índia participou das Reuniões da UNCTAD com discurso reivindicatório na tentativa de estabelecer uma nova ordem econômica mundial mais justa em favor dos países em desenvolvimento. O governo indiano focalizou esforços na UNCTAD, em detrimento do GATT, para tratar dos assuntos do sistema multilateral de comércio, manifestando suas reservas sobre o livre mercado.

Em 1968, o Acordo Geral foi modificado inserindo-se as recomendações da UNCTAD na regra do Tratamento Especial e

¹⁰¹ SOUZA, Nali. Op. Cit. 1999. p. 367.

¹⁰² SPERO, John et HART, Jeffrey. Op. Cit. P. 239.

Diferenciado, parte IV¹⁰³, considerado ganho derivado da negociação do sistema de blocos do G-77. O Sistema Geral de Preferências (SGP) é formalizado para que os países desenvolvidos concedessem preferências tarifárias aos em desenvolvimento. Em parte, essa vitória pode ser atribuída ao papel de liderança exercido pela Índia frente aos demais países em desenvolvimento nos diferentes grupos em que atuava – movimento dos não-alinhados, UNCTAD e G-77 –, bem como ao papel do Brasil.

No governo de Indira Gandhi, de 1966 a 1977, a dependência do país em relação aos bens importados e de capital estrangeiro foi reduzido ao mínimo, principalmente, em razão da guerra entre Índia e Paquistão de 1965 e das sanções dos países ocidentais sobre a Índia. Os investimentos estrangeiros estavam submetidos às condições estabelecidas pelo governo e restritos a bens de capital. Minas privadas, o sistema bancário e as refinarias de petróleo foram nacionalizados. Foram impostos limites para produção e os investimentos das empresas estrangeiras por meio da regulamentação do capital monopólio. Um exemplo, a lei sobre as *Monopolistic and Restrictive Trade Practice* (MRTP), de 1968. As barreiras tarifárias e as taxas e impostos nacionais chegaram a níveis altos, enquanto as importações de bens de consumo de grande quantidade praticamente não existiam¹⁰⁴.

¹⁰³ THORSTENSEN, Vera. *OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001 (p. 35).

¹⁰⁴ BHATTACHARYA, B.B. “Índia: uma percepção da globalização”. In: FENDT, Roberto et al. [Org]. *Brasil na arquitetura comercial global*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2003. pp. 315-325. (p. 318)

No final da década de 60 e início dos anos 70, quando o comércio mundial expandia e outros países, a exemplo do Brasil, recebiam grandes volumes de investimentos estrangeiros, a Índia, pelo excesso de regulamentação, não se beneficiou dos fluxos de capitais. A aversão ao capital estrangeiro e a grande proteção não permitiam a concorrência, elevavam os custos de produção internos e tornaram a indústria doméstica pouco competitiva.

Na década de 1970, o país engajou-se nas negociações de liberalização do comércio – a Rodada de Tóquio, de 1973 a 1979, – atuando de forma propositiva “com propostas inovadoras, tendo em vista reformar o comércio internacional e convertê-lo em alavanca do desenvolvimento”¹⁰⁵. Ao final da rodada, que contou com a participação de 70 países em desenvolvimento, adota-se a decisão para tratamento especial dos países em desenvolvimento, outra concessão em benefícios desses países¹⁰⁶.

As duas crises do petróleo (1973 e 1979) e o desempenho agrícola precário em 1979 desestabilizaram a economia reduzindo as taxas de crescimento do PIB. A Índia recorreu ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional no âmbito do Programa de Ajuste Estrutural (SAP), pois os próprios países socialistas estavam passando por problemas econômicos e não poderiam auxiliar naquele momento¹⁰⁷.

No princípio da década de 80, a Índia iniciou um processo tímido de desregulamentação, aceitando investimentos estrangeiros diretos

¹⁰⁵ CERVO, Amado, BUENO, Clodocaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992. (p. 363)

¹⁰⁶ THORSTENSEN, Vera. *Op. Cit.*, 2001 (p. 257).

¹⁰⁷ BHATTACHARYA. B.B. *Op. Cit* 2003. (p. 320)

(IED) seletivos, tanto para bens de capital quanto de consumo, a fim de melhorar o investimento interno e aliviar o balanço de pagamentos. O objetivo era melhorar a tecnologia e a produtividade da indústria nacional por meio da concorrência. A abertura ao IED aumentou o consumo de bens duráveis e levou as indústrias doméstica e internacional a voltarem a produção para o mercado interno.

Na metade dos anos 80, o Primeiro Ministro Rajiv Gandhi lançou um programa de reformas estruturais que durou de 1985 a 1987. Nessa primeira tentativa, segundo Rob Jenkins¹⁰⁸, o governo indiano falhou em permanecer comprometido com as reformas porque sofreu forte oposição dos grupos de interesses domésticos.

A partir de 1991, o governo indiano reiniciou a reestruturação da economia após décadas de planejamento e forte intervenção estatal sob a gestão do Primeiro Ministro Narasimha Rao, do Partido do Congresso, e o Ministro das Finanças Manmohan Singh. O sucesso dessa nova tentativa é atribuído a três aspectos: no campo dos incentivos políticos, as elites governantes estavam mais propensas a participar da reestruturação econômica de forma a potencializar os ganhos no processo de liberalização; no campo das instituições políticas, as elites governantes cooptaram os grupos de interesses poderosos em favor da reforma; e no campo da habilidade política, as elites governantes foram hábeis em desestruturar a oposição restante¹⁰⁹.

No período de 1991 a 1996, o governo do Partido do Congresso, posicionado no centro do espectro político, iniciou o processo de

¹⁰⁸ JENKINS, Rob. *Democratic Politics and Economic Reform in India*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999. p. 28 e 29.

liberalização, mesmo os governos de esquerda, que apoiaram o governo de coalizão, entre 1996 a 1998, deram seguimento à inserção internacional. De igual forma, o Bharatiya Janata Party (BJP), partido que se manifestava oposto à liberalização, modificou sua posição ao sumir o poder em 1998 dando seguimento às reformas¹¹⁰.

É no contexto desse processo de mudanças internas que se pode compreender a atuação da Índia na Rodada de Negociações do Uruguai. O posicionamento dos negociadores indianos era de sistemática obstrução à inclusão de novos temas na agenda e a estratégia seguia a orientação de política externa tradicional: formação de blocos com países em desenvolvimento contra o avanço dos interesses dos países desenvolvidos. A reestruturação dos setores produtivos e o engajamento no comércio internacional ainda apresentavam resultados tímidos sem repercussão na posição nas negociações do GATT.

No final da década de 1990, a liberalização promovida pelas reformas econômicas havia transformado as estruturas produtivas nacionais com a expansão dos setores de tecnologia e de *outsourcing*. Permitiu, ainda, a estabilidade macroeconômica, o que tornou o país mais atraente a investimentos.

Com essas mudanças, um novo posicionamento negociador foi demandado pelos grupos econômicos domésticos mais dinâmicos. Esses setores começaram a fazer pressão por meio da *Confederation of Indian Industry (CII)* para a adoção de uma posição negociadora liberalizante no tema de acesso a mercados de serviço. Os setores tradicionais

¹⁰⁹ JENKINS, Rob. Op. Cit. 1999, pp. 5 e 6.

fortemente organizados, a exemplo do têxtil, contudo, mantiveram-se na defesa do protecionismo comercial.

Por fim, a participação da Índia no sistema multilateral de comércio é, tradicionalmente, de defesa de sua autonomia para a formulação de políticas protecionistas que favoreçam o desenvolvimento do país, mesmo depois das reformas estruturais. Com tendências defensivas, busca a liberdade de usar políticas restritivas ao comércio por meio de tratamento diferenciado e especial para os países em desenvolvimento¹¹¹.

¹¹⁰ BHATTACHARYA. B.B. Op. Cit 2003. (pp. 318-321)

¹¹¹ MATTOO, Aaditya e SUBRAMANIAN, Arvind. *India and Multilateral System after Seattles: toward a proactive role*. New Delhi: World Bank Press, 2000.

3. REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC EM SEATTLE

No capítulo anterior, foi possível caracterizar os modelos econômicos, a identidade das políticas externas e o histórico no Sistema Multilateral de Comércio de Brasil e Índia. Com essas informações, tentou-se traçar as linhas gerais do comportamento desses países no GATT e na OMC.

Este capítulo busca, à luz do que foi apresentado no capítulo 2 e com base no modelo teórico proposto no capítulo 1, analisar atuação dos dois casos em estudo durante a III Reunião Ministerial da Organização Mundial de Comércio, em Seattle.

3.1. Contexto da III Reunião Ministerial

O Acordo assinado 15 de abril de 1994, em Marrakesh, no Marrocos, por 124 países, continha os resultados das negociações da Rodada Uruguai. Além dos cortes tarifários, das reduções de subsídios agrícolas, da eliminação de cota no período de 10 anos, das novas regras nos temas de serviço, propriedade intelectual e investimentos relacionados ao comércio, tratava da criação Organização Mundial de Comércio¹¹². Em 1º de janeiro de 1995, quando a OMC inicia suas atividades, havia um consenso tácito de que não seria mais necessário a

realização de novas rodadas de negociação para a liberalização do comércio, pois a Organização seria capaz, por suas regras, de promover o livre comércio.

Na obstante o consenso tácito citado, o Acordo de Marrakesh previa a negociação dos temas inconclusos da Rodada Uruguai em uma nova fase de negociações. Nesse contexto, em 1997, a Comissão Européia passou a defender a necessidade de uma rodada ampla, com a inclusão de novos itens: investimento e política de concorrência. Na Reunião Ministerial de Genebra, em 1998, preparou-se o processo de organização de uma nova rodada de negociações de comércio multilateral a ser lançada em Seattle. A expectativa de lançamento de uma nova rodada motivou uma série de atividades com a finalidade de formar consensos em torno do conteúdo da agenda negociação.

Celso Amorim, embaixador chefe da delegação permanente do Brasil em Genebra, de 1991 a 1993 e de 1999 a 2001, e Ministro das Relações Exteriores do Brasil, desde 2003, afirma que logo no primeiro momento, o Brasil aderiu à idéia de uma nova rodada sob a condição de que os custos e os benefícios dos temas fossem balanceados¹¹³. A Índia, entretanto, com o apoio de outros países em desenvolvimento, a exemplo de Paquistão e Egito, além de outros países africanos, centro-americanos e asiáticos, não estava de acordo com a realização da nova rodada. Esses países desejavam que primeiro fossem implementadas as decisões da rodada anterior e possuíam restrições à inclusão dos temas da

¹¹² SPERO, John et HART, Jeffrey. *The Politics of International Economic Relations*. Sixth Edition. Belmont: Wadsworth; Thomson Learning, 2003. p.100.

Reunião Ministerial de Cingapura, de dezembro de 1996, investimentos, política de concorrência, transparência nas compras governamentais e facilitação do comércio, assim como questões ambientais e padrões trabalhistas¹¹⁴.

Desde que se estabeleceu consenso a respeito do lançamento de uma nova rodada, houve atrasos na sua organização. Os conflitos decorrentes da seleção do Diretor-Geral, na passagem da gestão de Renato Ruggiero para Mike Moore, retardaram a preparação e a concordância no tocante à agenda e ao processo da nova rodada.

Os trabalhos da fase preparatória para a III Reunião Ministerial iniciaram imediatamente após a Reunião Ministerial de Genebra. O Conselho Geral coordenou os esforços. Vera Thorstensen¹¹⁵ divide esta etapa em três partes: (a) identificação temas que os membros desejassem incluir, entre segundo semestre de 1998 e início de 1999, (b) elaboração de propostas detalhadas sobre cada tema para serem levadas a Seattle, que ocorreu no primeiro semestre de 1999, e (c) negociação do texto de recomendações do Conselho de Ministro, de agosto a novembro de 1999.

Nessa fase preparatória, não havia consenso entre os principais atores das relações econômicas internacionais. Estados Unidos (EUA), União Européia (EU) e Japão não concordavam a respeito da inclusão de

¹¹³ AMORIM, Celso. A OMC pós-Seattle. In: Política Externa. Vol. 8, n. 4, mar-abr-mai 2000. pp. 100-115 (p. 101)

¹¹⁴ ad COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 1, nº. 2, February 1999. Nova Deli. p. 5. Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html>>. Acessado em 16 out. 2006.

¹¹⁵ THORSTENSEN, Vera. OMC: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001. p 407.

novos temas, por exemplo, a relação entre meio ambiente e comércio gera oposições entre eles. O quadrilátero Estados Unidos, União Européia, Japão e Canadá concordava apenas na necessidade de uma rodada curta e na inclusão do setor de serviços. O Grupo de Cairns¹¹⁶, coalizão de países desenvolvidos e em desenvolvimento liderados pela Austrália criada na Rodada Uruguai, da qual Brasil faz parte, defendia a liberalização do comércio agrícola¹¹⁷.

Os Estados Unidos priorizavam tarifas industriais, facilitação de negócios, comércio eletrônico e reformas institucionais na OMC, ou seja, maior transparência. Sugeriam a metodologia de liberalização setorial. Posicionavam-se, também, a favor da liberalização no setor de agricultura, incluindo biotecnologia, mesmo sofrendo pressões protecionistas domésticas. Os grupos de interesse agrícolas protecionistas norte-americanos, em 2002, conseguiram aprovar a *Farm Security and Rural Investment Act*, que concede apoio governamental na forma de subsídios. Por fim, o Congresso norte-americano não concedeu o *Trade Promotion Act* (TPA) aos negociadores do Executivo, o que diminuiu a credibilidade a respeito da possibilidade de ratificação da Rodada naquele país.¹¹⁸

¹¹⁶ MERCOSUL, Chile, Bolívia, Austrália, Canadá, Colômbia, África do Sul, Costa Rica, Guatemala, Tailândia, Filipinas, Indonésia, Malásia e Nova Zelândia. (Estados Unidos)

¹¹⁷ CNI. "O difícil processo de preparação da Rodada do Milênio". In: Confederação Nacional da Indústria. Comércio Exterior em perspectiva. Ano 8, n. 8, mai, 1999. p. 9.

¹¹⁸ CARVALHO, Maria Izabel. Institutions and preferences: US, EU and Brazil in the Agriculture Negotiation of Doha Round. In: Annual Meeting of the International Studies Association, Honolulu, Hawaii, March 1-1, 2005.

A União Européia¹¹⁹ defendia uma agenda ampla e inovadora privilegiando o acesso a mercados de bens não-agrícolas, serviços, compras governamentais, *Trade Related Intellectual Property Rights* (TRIPS), investimentos, política de competição, a relação comércio e meio ambiente. A posição europeia de uma rodada abrangente tentava conciliar interesses divergentes dos países membros e incluir preocupações de grupos de interesses não empresarial, haja posto que quanto maior o número de temas maior a possibilidade de obter ganhos que compensassem eventual liberalização do setor agrícola.

A União Européia encontrava muitas forças domésticas em favor do protecionismo no setor agrícola, a Política Agrícola Comum - PAC (*Common Agricultural Policy - CAP*) concede vantagens aos agricultores europeus, com base em fortes subsídios¹²⁰. Em consequência dessa estrutura protecionista, a UE permaneceu contrária à liberalização agrícola e justificou seu posicionamento por meio de formulações conceituais de caráter socioambientais que restringiam as possibilidades de abertura do comércio no setor em tela. Uma das definições propostas foi a “multifuncionalidade¹²¹” que se relaciona à função da agricultura na proteção ambiental, na conservação do estilo de vida no campo e na segurança da qualidade de vida dos animais.

¹¹⁹ CNI. “A União Européia frente à Rodada do Milênio”. In: Confederação Nacional da Indústria. Comércio Exterior em perspectiva. Ano 8, n. 11, ago, 1999. p. 8. Disponível em: http://www.negociacoesinternacionais.cni.org.br/negocia/fp-negi.htm?URL=/negocia.nsf/web_negocia_html?openform>. Acessado em 21/03/2005.

¹²⁰ COSTA, Carla. “Economia e Política da Construção Européia: os desafios do processo de integração”. Lisboa: Editora Terramar. 2004. p. 196-199.

¹²¹ ANDERSON, Kym. Agriculture’s multifunctionality and the WTO. In: Apresentado em OECD Workshop on Emerging Trade Issues in Agriculture, Paris, 26-27 October 1998. Disponível em: <http://www.cedla.uva.nl/pdf/Agriculture's%20Multifunctionality%20and%20the%20WTO,%20Kym%20Anderson.pdf>>. Acessado em 26.06.2006.

Ainda que não se deva atribuir demasiada relevância, cabe ressaltar que havia um ambiente de hostilidade aos efeitos perversos da globalização, personificados na OMC. Diferentes organizações da sociedade civil, ao redor do mundo, uniram-se contra o lançamento de uma nova rodada, ou, pelo menos, demandava a inclusão de padrões trabalhistas e ambientais na agenda. Ondas de protestos ocorreram antes e durante a Reunião em Seattle.

Conforme citado, o Brasil apoiou a iniciativa de lançamento de uma nova rodada. De acordo com o posicionamento do Itamaraty, a rodada seria importante para corrigir as distorções do comércio internacional decorrentes da não conclusão das negociações na Rodada Uruguai, em especial no tema de subsídios agrícolas. O objetivo, no discurso do Ministério das Relações Exteriores (MRE), era a plena integração dos países em desenvolvimento ao sistema multilateral de comércio, “compartilhando direitos e benefícios, compromissos e obrigações”¹²².

As delegações permanentes em Genebra brasileira¹²³ e indiana¹²⁴ participavam das reuniões preparatórias do Conselho Geral, formais e informais, das reuniões dos demais conselhos e dos grupos que se constituía para negociar os diferentes temas. Destaca-se que os dois países não defendiam interesses comuns, conforme exposto, o Brasil engajava-se na nova rodada buscando equilibrar concessões e benefícios, enquanto a Índia permanecia reticente.

¹²² Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, durante a III Sessão da Conferência Ministerial da OMC, em Seattle, 30/11/1999.

¹²³ AMORIM, Celso. Op. Cit. 2000. p. 110.

¹²⁴ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 1, nº. 6, Julho 1999. Nova Deli. p. 12 Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html>>. Acessado em 16 out. 2006.

O principal tema da agenda negociadora do Brasil era o comércio agrícola, o motivo de tal ênfase era a competitividade do país no comércio de *commodities*. A globalização e as medidas de liberalização do comércio causaram impactos positivos no aumento da competitividade da empresa agrícola brasileira. O setor agropecuário sofreu pressões após a liberalização e, ao mesmo tempo, recebeu incentivos que levaram ao aumento da competitividade. Os agricultores que, com a abertura do mercado brasileiro no governo de Fernando Collor de Melo e o lançamento do Plano Real com o Presidente Itamar Franco, reorganizaram a produção segundo as regras de mercado e incorporaram tecnologia desenvolvida, principalmente, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) tornaram-se competidores globais¹²⁵.

Maria Izabel Carvalho¹²⁶, em artigo a respeito das estruturas domésticas e grupos de interesse na formação da posição negociadora do Brasil em Seattle, demonstra que a abertura econômica tornou a sociedade brasileira mais sensível às questões internacionais, o que levou à organização do setor privado na articulação de preferências em assuntos internacionais. O setor agrícola buscou representar seus interesses por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e diretamente pelo canal criado pelo agente burocrático negociador, o MRE, para auscultar o setor empresarial e a sociedade civil.

¹²⁵ RODRIGUES, Roberto. "Terra, gente e tecnologia impulsionam crescimento do agronegócio brasileiro". In: REVISTA USP. São Paulo: USP, n.64, p. 50-57, dezembro/fevereiro, 2004-2005. p. 52

¹²⁶ CARVALHO, Maria Izabel V. Estruturas domésticas e grupos de interesse: a formação da posição brasileira para Seattle. In: Contexto Internacional, vol. 25, n. 2, julho/dezembro, 2003. Pp. 363 – 401. (pp. 390-3).

Segundo a autora, as representações dos interesses empresariais chegaram à posição negociadora por meio de atores burocráticos de maneira pouco estruturada. Este fato ocorreu porque o canal formal criado para este fim, Grupo Interministerial de Trabalho sobre Comércio Internacional Mercadorias e de Serviço (GICI), não logrou viabilizar a participação efetiva da sociedade civil e tão pouco era percebido como efetivo pelo setor empresarial, que fazia parte. Assim, as estruturas domésticas permitiram que os empresários influenciassem a posição brasileira, servindo de respaldo para a posição defendida pelas agências burocráticas.

A posição indiana na negociação multilateral de comércio é tradicionalmente comandada pela delegação permanente na Suíça, essencialmente composta por membros do *Ministry of Commerce and Industry* (MCI). O Ministério, em parceria com a delegação permanente, define o posicionamento do país mediante consulta dos setores econômicos. As preferências dos setores econômicos representados por organizações como *Federation of Indian Chambers of Commerce* (FICCI), *Confederation of Indian Industry* (CII) e associações de setores específicos são restritas. O Ministério faz a seleção de quais atores domésticos devem participar das reuniões de consulta e em quais temas, o que gera impacto limitado na definição do posicionamento indiano na OMC, afirmam Andrew Hurrell e Amrita Narlikar¹²⁷. É necessário por em

¹²⁷ HURRELL, Andrew et NARLIKAR, Amrita. "The New Politics of Confrontation: Developing Countries at Cancun and Beyond". accepted for publication, Global Society, Summer 2006. p. 14. Disponível em <<<http://www.law.nyu.edu/kingsburyb/fall05/globalization/Hurrell%20&%20Narlikar,%20Brazil,%20India,%20Global%20South%20Aug%202005%20s.pdf>>>. Acessado em 26 de outubro de 2006.

evidência que as mudanças ocorridas nas estruturas econômicas indianas em resultado das reformas dos anos de 1990, tratadas no capítulo anterior, não refletiram, efetivamente, maior interesse e participação dos setores econômicos¹²⁸.

A Índia, durante a preparação da nova rodada, continuava seguindo os princípios norteadores de sua ação externa abordados no capítulo 2. Reconhecia a importância do Sistema Multilateral de Comércio e participava ativamente das reuniões, contudo, aliada a outros países em desenvolvimento, seguia reivindicando tratamento especial. Destacava que os padrões a serem acordados deveriam levar em consideração as especificidades dos países em desenvolvimento – porque nenhuma regra a ser criada poderia ter aplicação universal e irrestrita – e propunha etapas, primeiro para a implementação do Acordo de Marrakesh, depois para a abertura de uma nova rodada.¹²⁹

Durante a preparação¹³⁰, os países membros da OMC terminaram por concordar que a rodada deveria ser ampla, no propósito de tornar possível o equilíbrio de pontos positivos e negativos dos interesses de cada um. A negociação deveria ser no formato acordo único (*single undertaking*), o que garantiria o balanço entre os diversos temas, conforme a justificativa para uma agenda ampla. Finalmente, a rodada não deveria estender-se demasiadamente.

O quadro antes de Seattle reflete, em grande medida, o mandato acordado na II Reunião Ministerial, de 1998, que estabelecia o processo

¹²⁸ Idem. p. 16

¹²⁹ Discurso do Ministro Ramakrishna Hegde, do *Ministry of Commerce and Industry*, na II Reunião Ministerial da OMC, em Genebra, de 18 a 20 de maio de 1998.

de preparação para o lançamento de uma nova rodada em Seattle e propunha recomendações a respeito do programa de trabalho futuro da OMC.

Ao final da etapa preparatória, os principais atores chegaram na reunião sem consenso em relação à agenda e ao texto de Declaração Final. Observava-se a inflexibilidade dos atores a respeito das propostas apresentadas.

3.2. Posição do Brasil no processo de negociação

Em Seattle, a delegação brasileira¹³¹ estava convencida de que uma nova rodada contribuiria para fortalecer o sistema multilateral de comércio, poderia tornar mais relevante as negociações em agricultura e permitiria mudanças nas regras e disciplinas da organização que conflitavam com os interesses nacionais, a saber, o acordo *anti-dumping* e sobre subsídios e medidas compensatórias e alterações no acordo sobre medidas de investimentos relacionadas ao comércio *Trade Related Investment Measures (TRIMs)*¹³².

¹³⁰ THORSTENSEN, Vera. Op. Cit. 2001, p. 409

¹³¹ AMORIM, Celso. Op. Cit. 2000. p. 111.

¹³² CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. "A participação brasileira na reunião de Seattle". In: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Comércio Exterior em Perspectiva. Ano 9, n. 2, nov. 1999. Disponível em: <http://www.negociacoesinternacionais.cni.org.br/negocia/fp-negi.htm?URL=/negocia.nsf/web_negocia_html?openform>. Acessado em 21/03/2005.

A proposta brasileira¹³³ tentava equiparar o tratamento do tema agrícola àquele dado aos bens industriais, tendo em vista um mercado concorrencial e mais livre. Buscava reduzir os picos tarifários e a escalada tarifária por meio de fórmula adequada que evitasse a diferença existente entre os produtos pouco processados e os de produtos maior valor agregado; eliminar as quotas tarifárias e a permanência das taxas de importação vigentes durante o último período em que havia cotas; eliminar a cláusula de salvaguarda especial para a agricultura; incorporar à agricultura as regras de subsídios às exportações; definir critérios para disciplinar as operações de crédito agrícola, assim como existe para os bens industriais; reduzir os apoios internos ao setor na caixa amarela, nos níveis empregados aos produtos industriais, em 5% para os países desenvolvidos e 10% para os países em desenvolvimento; avaliar se as políticas de caixa verde não distorcem o mercado, porém preservá-las; criar compromisso de reduzir as políticas de caixa azul, incluindo-as no cálculo da Medida Global de Ajuda (AMS).

De fato, a prioridade era a agricultura, porém isso não impediu que a delegação brasileira defendesse uma rodada com agenda ampla. Em setembro de 1999, o Brasil apresentou à secretaria da OMC propostas acerca do Acordo *Anti-dumping*, dos Subsídios e Medidas Compensatórias e do Acordo TRIMS. Ademais, sugeriu metodologia para as negociações no setor de serviços.

No tocante às medidas *anti-dumping*, a proposta brasileira solicitava mudanças nos critérios de imposição e cobrança de sobretaxas,

¹³³ Proposta brasileira apresentada ao secretariado da OMC em setembro de 1999.

na metodologia de cálculo – de forma a torná-la mais transparente – e nos procedimentos de revisão, bem como definição da margem de *dumping* e da cláusula sobre “*cumulation*”. Nos artigos relativos às exceções em favor dos países em desenvolvimento, o Brasil requeria alterações que facilitassem a operacionalização do tratamento especial. Por fim, requeria modificações no sistema de solução de controvérsias de modo a possibilitar a contestação de qualquer parte do Acordo que trata de *anti-dumping*.

Em subsídios e medidas compensatórias, reivindicava a inclusão de ressalvas no acordo em vigor no que dizia respeito à implementação de políticas com o objetivo de desenvolvimento regional, pesquisa tecnológica, diversificação da produção e implantação de métodos de produção mais limpos e de alta tecnologia nos países em desenvolvimento. Além disso, pedia a revisão da redação da lista de subsídios para que fosse possível a concessão de financiamentos às exportações nos países em desenvolvimento, de forma que a tornar compatíveis as condições internas àquelas vigentes no mercado internacional ou em países desenvolvidos.

No que tange ao TRIM, pleiteava dispositivos que consentissem a implementação de políticas de desenvolvimento social, regional, econômico e tecnológico nos países em desenvolvimento.

No tema serviços¹³⁴, destacava a importância de negociar salvaguardas emergenciais, subsídios, compras governamentais e regulamentos nacionais de serviços. Sempre sob o princípio do *single*

undertaking, recomendava dividir a negociação em duas fases: na primeira, completar a regulamentação do GATS e, depois, iniciar nova rodada de liberalização. Para o Brasil, deveria ser considerado o que já existia no GATS, de maneira que a liberalização respeitasse os objetivos de política doméstica e reconhecesse as especificidades dos países em desenvolvimento. Ademais, demandava créditos para as liberalizações autônomas efetuada pelos países, segundo os parâmetros já definidos na Rodada Uruguai.

A tabela 1 do anexo A apresenta a lista de proposições submetidas pelo Brasil ao Conselho Geral da OMC às vésperas da Reunião de Seattle. Nota-se que nesse momento, os negociadores brasileiros optaram, especialmente, pela tática de proposições próprias ou em grupo, principalmente com os países do MERCOSUL. Além dessas proposições, o país participou do grupo de Cairns, nos assuntos relacionados à agricultura, sem, contudo, ter exercido papel de liderança na sua formação, posto que era um grupo já organizado desde a Rodada Uruguai e liderado pela Austrália.

Por fim, cabe ressaltar que a atuação observada coaduna-se com as caracterizações feitas por Paulo Roberto de Almeida, citadas no capítulo 2, a respeito do multilateralismo brasileiro na OMC durante o governo Cardoso.

¹³⁴ *Communication from Brazil. WT/GC/W/333, 23 September 1999*

3.3. Posição da Índia no processo de negociação

A Índia, em Seattle, obstaculizava o lançamento de uma rodada abrangente, priorizava a implementação dos acordos de Marrakesh o exame dos seus impactos sobre os países menos desenvolvidos. Ademais, rejeitava a vinculação entre trabalho e comércio (cláusula social). O Ministro Shri Murasoli Maran do Ministério do Comércio e da Indústria (*Ministry of Commerce and Industry*) liderou a delegação com a presença de representantes de outros ministérios, de membros do Poder Legislativo e das organizações setoriais.¹³⁵

No discurso de abertura da Reunião, o Ministro Maran¹³⁶ delineou os principais interesses indianos no evento. Primeiro, manifestou a crença de que os acordos da Rodada Uruguai não foram igualmente benéficos para todos os países membros, uma vez que havia assimetrias e iniquidades nos temas *anti-dumping*, subsídios, propriedade intelectual e TRIMs. Segundo, renovou o compromisso com um sistema multilateral fortalecido, baseado em regras não discriminatórias, que promova a justiça e a equidade e haja preocupação com a erradicação da pobreza. Terceiro, suscitou a importância de estudar o papel que o comércio eletrônico e a tecnologia de informação podem desempenhar no

¹³⁵ Artigo "India & the WTO" da delegação indiana na III Reunião Ministerial da OMC. Disponível em <<http://www.indianembassy.org/policy/WTO/overview.html>>. Acessado em 24/10/2006.

¹³⁶ Discurso do Ministro Shri Murasoli Maran do *Ministry of Commerce and Industry* na III reunião Ministerial da OMC, 30 de novembro de 1999. In: MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 1, nº. 11/12, Novembro e dezembro de 1999. Nova Deli. p. 4 Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html>>. Acessado em 16 out. 2006.

desenvolvimento dos países. Quarto, manifestou o desejo de eliminação dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos e a criação de regras flexíveis, que permitam às economias de base agrária apoiar seus produtores e garantir segurança alimentar e emprego rural. Quinto, não concordou com a multilateralização das questões relacionadas a investimentos. Sexto, renovou o compromisso da Índia com a proteção ambiental, mas colocou em relevo que não concordava com o tratamento do tema ambiental na OMC, reservando-os para os fóruns específicos. Oitavo, recordou que a Índia havia ratificado as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por isso acreditava ser melhor manter o tema de padrões trabalhistas naquele organismo. Finalmente, indicou que os interesses da sociedade civil deveriam ser levados à OMC por meio dos Estados, restringindo a atuação desses grupos de pressão ao ambiente doméstico.

No que concerne a implementação dos acordos, a delegação indiana estava disposta a aceitar o texto proposto pelo Presidente do grupo de trabalho que sugeria o exame e a formulação de recomendações, no prazo de um ano, incluindo os subsídios e *anti-dumping*¹³⁷.

Em torno da questão da implementação, Índia, Cuba, Egito, Indonésia, Malásia, Paquistão, Tanzânia, Uganda, República Dominicana, Honduras e Zimbábue, coordenaram posições em favor da

¹³⁷ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. "Seattle Ministerial: an outline". In: MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 1, nº. 11/12, Novembro e dezembro de 1999. Nova Deli. p. 8. Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html>>. Acessado em 16 out. 2006.

condição de primeiro iniciar a implementação para depois negociar uma nova rodada. A coalizão conhecida como *Like Minded Group* (LMG) já havia atuado durante a Rodada Uruguai, mas tornou-se, efetivamente, operativa em Seattle¹³⁸.

Em relação à agricultura, a principal preocupação indiana centrava-se no aspecto da segurança alimentar. A delegação buscava, principalmente, incluir menção especial à necessidade de tratamento diferenciado dos países em desenvolvimento.

Em serviços, não houve negociações substantivas. A Índia, com apoio de outros países em desenvolvimento, pressionavam por uma menção explícita de respeito aos objetivos de política doméstica de desenvolvimento. Demandava, ademais, que o nível de desenvolvimento deveria ser considerado, de forma que fossem respeitadas as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, conforme previa o artigo XIX, do *General Agreement on Trade in Service* (GATS)¹³⁹.

A respeito de investimentos e política de concorrência, a Índia, em parceria com Malásia, Hong Kong, China e Paquistão, propôs a permanência da fase de estudos iniciados após a Reunião em Cingapura. A delegação pretendia a continuação do processo educativo nos referidos temas, porque acreditava serem assuntos complexos que mereciam análises mais profundas. Em verdade, a Índia ainda não estava de acordo com a criação de regras multilaterais para esses pontos.

¹³⁸ NARLIKAR, Amrita et ODEL, John. "The strict distributive strategy for bargaining coalition: the Like Minded Group in the World Trade Organization. In: Conference on Developing Countries and the Trade Negotiation Process, UNCTAD, Geneva, 6-7 November 2003. p. 6-7.

¹³⁹ Idem. p. 10.

Em acesso a mercados para bens não agrícolas, a Índia destacava a importância de dar prioridade à implementação dos temas já negociados na Rodada Uruguai. Além disso, qualquer acordo nesse tema dependia do avanço das negociações nos demais.

A transparência nas compras governamentais deveria continuar em estudo até a quarta Reunião Ministerial. Os indianos éramos únicos opositores em aprofundar os trabalhos nessa área, com a posição de que para o avanço era necessário que o grupo chegasse a consenso nos elementos do acordo de transparência.

Nas questões ambientais, muitos países em desenvolvimento, em parceria com a Índia, eram contrários à inclusão na agenda da Rodada, deixando-o para ser abordado apenas nos fóruns destinados às convenções ambientais.

A respeito de propriedade intelectual, enquanto havia países desejosos de estabelecer, no âmbito multilateral, um sistema de notificação e de registro de indicação geografia para vinhos e destilados (*spirits*), a Índia pretendia ligar essas regras a um número maior de produtos. Ademais, apoiou a proposta de países em desenvolvimento de fazer recomendações para a próxima reunião ministerial acerca da proteção de conhecimentos tradicionais e culturais ao abrigo do Acordo TRIPs, reformando o artigo 7.1.1 para incluir formas de vida e variedades vegetais, convergindo as regras do Acordo de Marrakesh com a Convenção de Diversidade Biológica (CDB).

Nos aspetos de compras eletrônicas e facilitação do comércio, a Índia participou de um grupo que propôs a formalização de um grupo de trabalho para transferência tecnológica. Ademais, opôs-se a criação de um grupo de trabalho para Biotecnologia.

Por fim, no que tange a transparência do funcionamento da OMC, a Índia e um grupo de países em desenvolvimento opuseram-se a criação de canais de consulta à sociedade civil. Os países alegavam que a sociedade civil deveria ser representada pelos seus governos, restringindo a influência dessas instituições apenas às pressões no âmbito doméstico dos países membros.

3.4. A reunião e seus resultados

Em novembro, os encontros entre os representantes de Estados ocorriam simultaneamente a uma série de passeatas contrárias aos efeitos perversos da globalização. Manifestantes obstruíam o acesso à Reunião no intuito de impedir o lançamento de uma nova rodada. Aconteciam choques entre pessoas vinculadas a organizações não governamentais e a polícia. Isso influenciou a formação de uma atmosfera pouco favorável à conciliação.

Os países chegaram a Seattle sem convergência de posições, o que produziu impasse¹⁴⁰ em torno da agenda de uma nova rodada, e sem acordo substantivo em relação aos temas. Havia divergências a respeito do lançamento da rodada, da agenda, dos aspectos substantivos dos temas.

As duas principais forças econômicas não se esforçaram na aproximação de seus interesses. A União Européia, que sugeriu a rodada, permaneceu inflexível no tema agrícola, o que dificultava a barganha (*trade off*) nos temas de seu interesse. Os Estados Unidos não exerceram, efetivamente, papel de liderança na promoção de um acordo. A discussão a respeito da liberalização do comércio tornou-se, internamente, tema político. O Poder Executivo não tinha obtido o mandato negociador do Congresso, conhecido por *Fast Track*¹⁴¹, o que diminuía a credibilidade de adesão à qualquer resultado em Seattle. O governo norte americano, por um lado, sofria pressões políticas decorrente do ciclo eleitoral contra a liberalização e, por outro, em agricultura, dos setores protecionistas domésticos¹⁴².

Alguns países em desenvolvimento, entre eles Índia, Paquistão e Egito, manifestavam ceticismo e até oposição à nova rodada. Dessa forma, em Seattle, tentaram impedir e não se empenharam em busca do consenso, deixando claro que um acordo de acesso a mercados de bens não agrícolas dependeria do avanço dos outros temas. Antes, os países em desenvolvimento desejavam delimitar o escopo de uma nova rodada e

¹⁴⁰ AMORIM, Celso. Op. Cit. 2000, p. 111.

¹⁴¹ *Trade Promotion Act* (TPA)

¹⁴² CARVALHO, Maria Izabel. Op. Cit, 2005.

fortalecer a discussão de execução dos Acordos da Rodada Uruguai de forma a recuperar o tratamento diferencial e mais favorável.

Outro aspecto ressaltado por Amorim¹⁴³, foi a falta de transparência no modelo de negociação baseado em reuniões de pequenos grupos, que deixavam de fora a maioria dos membros da organização. Conhecidas por *green room*, em referência às paredes da sala de reuniões da sede da OMC, somente poucos países mais influentes eram convidados, incluindo Brasil e Índia. Por causa dessa estrutura, os países em desenvolvimento protestavam contra o modelo de negociação.

Os resultados alcançados, na sede da OMC, durante a preparação não foram suficientes para elaborar a minuta de acordo e, em Seattle, não houve tempo hábil para construir consenso. Nenhum grupo de trabalho logrou apresentar minuta para incluir no texto final que representasse concordância dos membros.

Ao final, o resultado foi a suspensão dos trabalhos e a retomada das negociações em Genebra. O presidente da reunião (*chairman*), na declaração, informou que uma nova reunião seria convocada quando as tratativas da nova rodada estivessem mais adiantadas. A minuta indicava os caminhos que seriam percorridos até Doha: adota-se o princípio *single undertaking* e definem-se os temas agricultura, serviços, acesso a mercado de produtos não agrícolas, disciplinas comerciais, transparências em compras governamentais e facilitação de comércio.

¹⁴³ AMORIM, Celso. Op. Cit. 2000. p. 112

O malogro de Seattle pode ser resumido a três razões: (a) rigidez na posição dos dois principais atores, Estados Unidos e União Européia, que impossibilitou consenso a respeito da agenda da nova rodada; (b) dificuldades relacionadas ao processo e à metodologia de negociação e (c) o ambiente político desfavorável. Desse modo, pode-se atribuir aos países em desenvolvimento apenas certa influência nos resultados da reunião.

3.5. Comparação entre os dois casos.

A III Reunião Ministerial não logrou lançar uma nova rodada de negociações conforme observado na seção acima. O papel de Brasil e Índia nessa fase, ainda que possa ser atribuir algum relevo, não foi definitivo para o resultado.

As tabelas 1, dos anexos A e B, listam as proposições de Brasil e Índia, respectivamente. Percebe-se a partir de sua análise que os dois países apresentaram grande número de proposições individuais. O Brasil também submeteu propostas com os países do MERCOSUL e o Grupo de *Cairns*. A Índia, com seus vizinhos asiáticos e com os países menos desenvolvidos da América Central e África, na coalizão LMG.

A política externa brasileira apresentava um discurso de que a integração regional sulamericana serviria para aumentar o poder de barganha do país nos fóruns multilaterais. Dessa maneira, as proposições

com o MERCOSUL eram estratégias dos negociadores brasileiros. No tema agrícola, nos aspectos possíveis, apresentou propostas com o grupo de *Cairns* em favor da liberalização.

O governo indiano também assinalava, conforme tratado no capítulo 2, que a política externa indiana reivindicava melhores condições de desenvolvimento autônomo para os países menos favorecidos do sistema internacional. Andrew Hurrell indica que é percepção daquele governo e dos países em desenvolvimento aliados que a Índia era a “voz dos menos favorecidos na OMC”¹⁴⁴. Nota-se que, durante Seattle, foi esse o comportamento assumido. Proposições conjuntas com países menos desenvolvidos, em geral, que se opunham aos avanços das negociações.

Ambos os países participaram ativamente das negociações seguindo suas longas tradições em negociações multilaterais, apresentadas no capítulo 2. Há, contudo, uma sutil mudança no comportamento negociador brasileiro, certa propensão à liberalização do comércio, com maior ou menor grau em cada assunto. A posição da delegação brasileira começa a refletir as complexidades dos interesses domésticos. Para os temas de interesse dos setores competitivos da economia, pró-liberalização, para o acesso a mercado de bens não agrícola, o condicionante do avanço dos temas mais importante para o país e para os novos temas, cautela justificada pelo desconhecimento dos efeitos.

¹⁴⁴ HURRELL, Andrew et NARLIKAR, Amrita. Op. Cit. 2006. p. 14.

A Índia continuava com o discurso reivindicatório em favor do tratamento especial e diferenciado dos países em desenvolvimento, em posicionamento protecionista. As propostas submetidas em grande medida buscavam bloquear aquelas dos países desenvolvidos, em especial, Estados Unidos e União Européia, e impedir avanços no processo de negociação.

Em resumo, nessa Reunião não é possível atribuir aos dois países a responsabilidade do bloqueio da rodada, ainda que tenham contribuído na medida em que tentavam representar seus interesses que em muitos temas, como descrito anteriormente, eram contrários aos interesses principais atores, Estados Unidos e União Européia.

4. REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC EM DOHA

O capítulo três versou a respeito da Reunião Ministerial de Seattle, à semelhança daquele, o presente capítulo examina a IV Reunião Ministerial, ocorrida em Doha, Catar, de 09 a 13 de novembro.

4.1. Contexto da VI Reunião Ministerial

A partir de 2000, foram retomadas as negociações do mandato da Rodada Uruguai nos setores de agricultura e serviço e a implementação dos acordos existentes. Era importante restaurar a confiança no sistema multilateral de comércio após o impasse de Seattle. No primeiro momento, não se sabia se as negociações para o lançamento de uma nova rodada seriam re-estabelecidas.

Para o lançamento de uma nova rodada, sucederam-se uma série de reuniões formais e informais em Genebra, criaram-se Sessões Especiais na OMC para tratar dos diferentes temas e os 25 países mais influentes participaram de reuniões de *green room*. Houve também mini reuniões ministeriais entre Seattle e Doha, uma no México e a outra em Cingapura.

O Conselho Geral coordenou a estruturação de um conjunto de medidas com a finalidade de restaurar a confiança, a saber: maior acesso

a mercados para os países menos desenvolvidos, capacitação técnica desses países em política comercial, participação efetiva dos membros da organização por meio de mecanismos mais transparentes e maior diálogo com a sociedade civil. A OMC tentava solucionar parte dos problemas que geraram o impasse em Seattle. A outra parte, dependia da flexibilidade dos países membros em fazer concessões para alcançar seus objetivos¹⁴⁵.

A respeito dos interesses dos membros, as posições acerca de da nova rodada ainda estava divididas. Entre aqueles que eram a favor de uma nova rodada, havia três posições: (a) uma agenda ampla com novos temas; (b) uma agenda restrita a agricultura, serviços, liberalização de bens industriais e regras de comércio e (c) uma agenda restrita, com liberalização da agricultura, cautela no setor de serviços e sem meio ambiente e padrões trabalhistas. Contra a nova rodada, tinha aqueles que acreditavam que era necessário primeiro executar os acordos já formalizados.

A União Européia continuou defendendo o lançamento de uma rodada ampla, incluindo os novos temas. Noruega, Suíça, Japão e Coréia apoiavam-na¹⁴⁶. O argumento central era a sensibilidade do tema agrícola, de maneira que o tema de serviço não seria suficiente para compensar a agricultura.

Em oposição a tese européia, encontravam-se os Estados Unidos. Os nortes americanos propunham uma agenda restrita que contemplasse

¹⁴⁵ THORSTENSEN. Vera. Op.Cit. 2001. p. 428.

¹⁴⁶ THORSTENSEN. Vera. Op.Cit. 2001. p. 425.

agricultura, serviços, redução de tarifas de bens industriais e regras de facilitação do comércio, inclusive comércio eletrônico.

A Índia, o Paquistão e o Egito continuavam em companhia de outros países em desenvolvimento sob a bandeira que uma nova rodada só fazia sentido após resultados concretos na implantação dos acordos de MarraKesh.

Nesse quadro, o Brasil¹⁴⁷ demonstrava interesse na liberalização do setor agrícola e na revisão de alguns acordos existentes. Entretanto, tinha receio da liberalização do setor de serviços e reticências às questões ambientais e aos padrões trabalhistas, pois parecia-lhe mascarar possíveis medidas protecionistas, sendo o foro mais apropriado para as questões trabalhistas OIT.

A primeira barreira ao lançamento de uma nova rodada a ser derrubada seria a percepção comum dos países em desenvolvimento de que era necessário avaliar a implantação dos acordos negociados na Rodada Uruguai, assim como, revisar alguns pontos. Dessa forma, o Conselho Geral decidiu criar Sessões Especiais para discutir recomendações a respeito dos acordos em vigor. Dois grupos de interesses¹⁴⁸ foram identificados: os países em desenvolvimento desejavam corrigir desequilíbrios gerados pelos acordos que lhes traziam desvantagens e os desenvolvidos não aceitavam que fossem criadas novas obrigações, mas que recomendavam a capacitação dos países em

¹⁴⁷ Entrevista coletiva concedida pelo senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, sobre a atuação do Governo brasileiro na Organização Mundial de Comércio. Palácio do Itamaraty, Brasília, 05 de setembro de 2001. Disponível em <<www.mre.gov.br>>.

¹⁴⁸ THORSTENSEN. Vera. Op.Cit. 2001. p. 434.

desenvolvimentos para a execução dos acordos. Os temas tratados nas Sessões Especiais eram: agricultura, medidas sanitárias e fitossanitárias, têxteis, barreiras técnicas, anti-dumping, subsídios, regras de origem, TRIMs e direito TRIPs.

Os resultados, até o final de 2000, da revisão dos pontos dos acordos em vigor, para os países em desenvolvimento pareciam insuficientes. Os Estados Unidos bloqueavam sistematicamente, os assuntos *anti-dumping*, subsídios, têxteis e TRIMs, defendendo a idéia de que deveriam ser tratados no âmbito de uma nova rodada.

Para tratar do Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai, ainda em 2000, o Conselho Geral propôs que o foro fossem as Sessões Especiais do Comitê de Agricultura. As atividades seriam concentradas em documentos técnicos – propostas dos membros e dados levantados pela Secretaria da OMC – e os resultados, avaliados no ano seguinte. Os interesses no tema agrícola estavam agrupados em três grupos: a União Européia, outros países europeus não membros na época e o Japão taxavam a questão de sensível; os produtores agrícolas reunidos no Grupo de Cairns e os países importadores de alimentos liderados pela Índia, Paquistão e Egito. O Brasil, conforme pode-se observar na tabela 2, no anexo A, participou ativamente com proposições na Sessão Especial do Comitê de Agricultura, ora sozinho, ora com o Grupo de Cairns, ora com outros os países em desenvolvimento.

O Grupo de Cairns defendia que os subsídios às exportações de bens agrícolas deveriam seguir as regras dos bens industriais. Buscava a redução do apoio doméstico, incluindo medidas agregadas e da caixa

azul, com o estabelecimento de prazos revisão das medidas da caixa verde e ampliação, com fórmulas diferenciadas, para os países em desenvolvimento; fortalecimento da cooperação internacional e assistência técnica corte das tarifas de importação de bens agrícolas; simplificação dos regimes tarifários; eliminação dos mecanismos de salvaguarda; disciplina para empresas estatais que tenham monopólio para exportação ou importação; e a relação entre queda na redução de restrições¹⁴⁹ às exportações e a melhoria de acesso ao alimento garantindo segurança alimentar.

Os Estados Unidos, sofrendo pressões domésticas protecionistas, preferia reservar aos governos nacionais a solução de problemas como: segurança alimentar, proteção ambiental, desenvolvimento rural, etc.

O Brasil¹⁵⁰, por meio do MECOSUL, apoiado pela Índia e Malásia, apresentou proposta no Comitê Agrícola e na Sessão Especial de negociação a respeito de crédito para a exportação de produtos agrícolas. Com a referida proposta tentava trazer para o âmbito multilateral as discussões de regras para a concessão.

Ao contrário do interesse brasileiro, a União Européia preferia que os créditos agrícolas fossem tratados no âmbito da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ademais, propunha a manutenção do regime de pagamento direto no programa de limitação da produção (caixa azul), condições para assegurar a qualidade

¹⁴⁹ G/AG/NG/W/93 Committee on Agriculture - Special Session - WTO Negotiations on Agriculture - Cairns Group Negotiating Proposal - Export Restrictions and Taxes.

¹⁵⁰ G/AG/NG/W/139 e G/AG/W/50 Committee on Agriculture - Special Session - WTO Negotiations on Agriculture - Export Credits for Agricultural Products - Proposal by MERCOSUR, Guatemala, India and Malaysia.

alimentar, o bem estar animal e a elaboração de regras de rotulagem. Além desses, tentava aumentar o acesso a mercado de produtos com especificação garantida pela proteção de nome de bebidas e alimentos. No tocante a acesso a mercado, preferia as mesmas metodologias da Rodada Uruguai.

A União Européia insistia no reconhecimento do papel multifuncional da agricultura. Solicitava tratamento especial, livre acesso, para quase todas as exportações de países menos desenvolvidos (*Least Developed Countries* – LDC). Por fim, requeria a prorrogação da cláusula da paz¹⁵¹.

O Japão, maior importador líquido de alimentos, apoiava as propostas da União Européia e foi além, submetendo proposições que davam um passo atrás nos acordos firmados na Rodada Uruguai. Pleiteava o reequilíbrio de regras e disciplinas entre exportadores e importadores de bens agrícolas e demandava que preocupações com consumidores e sociedade fossem consideradas¹⁵².

A Índia e seus parceiros pediam excepcionalidade às regras. Defendiam: unir os subsídios domésticos na caixa verde, permitir subsídios de acordo com o grau de desenvolvimento do país e eliminar a cláusula da paz. Em especial, desejavam criar uma caixa de desenvolvimento que permitisse fortalecer a capacidade de produção dos países em desenvolvimento quando destinados à geração de emprego rural e à segurança alimentar.

¹⁵¹ No Acordo Agrícola da Rodada Uruguai os países concordaram em não apresentar queixas formais de subsídio agrícola até o final de 2003, esse parágrafo ficou conhecido como cláusula da paz.

No Conselho de Serviços, novas clivagens de posição. Durante as reuniões das Sessões Especiais, dois grupos distinguiam-se: os países exportadores de serviços e países com menores vantagens competitivas.

O Grupo de 24 países, com participação do Brasil¹⁵³, manifestou-se favorável a liberalização progressiva, de acordo com o GATS, respeitando as políticas domésticas e com negociação de cláusulas de salvaguarda.

Os Estados Unidos, com apoio da União Européia e do Japão, desejavam uma liberalização ampla e significativa, com prazo de três anos para o fim das negociações. Divergiam, no entanto, sobre a liberalização autônoma, regulamentação doméstica, compras governamentais e cláusulas de salvaguarda.

A proposta norte americana englobava 11 setores: serviços de contabilidade, serviços legais, serviços audiovisuais, serviços de distribuição, serviços de entrega rápida, serviços de educação superior terciária e para adultos, serviços de turismo, serviços ambientais, serviços de energia, serviços financeiros, serviços de telecomunicações e movimentação de pessoas. De igual forma, a União Européia apresentou 11 setores, alguns coincidentes com os norte-americanos, a saber: serviços profissionais, serviços administrativos, serviços de distribuição, serviços ambientais, serviços de turismo, serviços de construção e engenharia, serviços de telecomunicações, serviços financeiros, serviços de transporte, serviços de energia, serviços de entrega rápida. Por sua

¹⁵² THORSTENSEN. Vera. Op.Cit. 2001. p. 447.

vez, o Japão propunha: serviços profissionais, serviços de apoio a negócios, serviços de construção e engenharia, serviços de distribuição, serviços financeiros, serviços de turismo, serviços de transporte e serviços de telecomunicações. Austrália (nos setores de contabilidade, construção arquitetura, engenharia, legais e financeiros), Canadá (defendendo regras de transparência e previsibilidade), a Índia (com movimentação de pessoas)¹⁵⁴.

Países do Caribe buscavam a liberalização do setor de turismo, posicionando-se contrários aos serviços conexos que impedem os benefícios da expansão do setor. Sugeriam a formação de um anexo de turismo nos moldes da área financeira e de telecomunicações.

A fase preparatória de Doha foi mais intensa e melhor organizada que em Seattle. Em parte, explica-se pelas dificuldades encontradas na fase de preparação da Reunião Ministerial anterior, de forma a viabilizar o lançamento de uma nova rodada. Em outra, pela necessidade de reconstrução da confiança na OMC.

¹⁵³ S/CSS/W/13 Conseil du commerce des services - Session extraordinaire - Communication de l'Argentine, du Brésil, de Cuba, d'El Salvador, du Honduras, de l'Inde, de l'In[...]les négociations.

¹⁵⁴ THORSTENSEN. Vera. Op.Cit. 2001. p. 460-70.

4.2. Posição do Brasil no processo de negociação

Desde os preparativos de Seattle, o Brasil defendia a realização de uma nova rodada, com já visto. Para o país, o fortalecimento do multilateralismo é uma forma de proteção contra unilateralismo dos fortes e a melhor maneira de conseguir a progressiva liberalização¹⁵⁵.

Consoante a Reunião anterior, o Brasil participou ativamente com proposições individuais, com o MERCOSUL, com o Grupo de Cairns e, inaugura uma nova modalidade em relação à reunião anterior, coalizão de natureza integrativa apenas no tema serviços, com outros 23 países, incluindo a Índia. Ademais, mais uma vez, a delegação brasileira buscou compatibilizar interesses dos países com posições rígidas na tentativa de construção de consensos.

O Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, na Reunião Ministerial de Doha, demonstra que as posições mantidas eram coerentes com aquelas defendidas em Seattle. A prioridade seguia no tema agrícola, sem prejuízo de propostas específicas em *anti-dumping*, subsídios, TRIMs e serviço. Continuava opondo-se a inclusão de questões ambientais e padrões trabalhistas. Destacam-se os principais pontos a abaixo¹⁵⁶:

- fortalecimento do sistema multilateral de comércio;

¹⁵⁵ Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, professor Celso Lafer, por ocasião da reunião da FIESP: "A conferência ministerial de Doha: a avaliação do Brasil". São Paulo, 3 de dezembro de 2001. Disponível em : <www.mre.gov.br>.

- liberalização do setor agrícola;
- correção dos desequilíbrios e iniquidade das regras da OMC que afetam os países em desenvolvimento;
- revisão do acordo *anti-dumping* de forma a impedir o seu uso para proteção do mercado doméstico;
- autorização do OMC para quebra do acordo de propriedade intelectual para a proteção da saúde pública;
- multilateralização do tratamento de créditos à exportação e revisão dos acordos sobre subsídios e medidas compensatórias, que concede isenção aos membros do Consenso da OCDE;
- redução dos picos e escalada tarifários no mercado dos países desenvolvidos.

A respeito dos países com posições protecionistas em agricultura, o Brasil ponderam que em uma rodada ampla e sob o *single undertaking*, é possível a compensação de eventuais perdas no setor em outros temas. Os temas investimento, meio ambiente e padrões trabalhistas, propostos por tais países, permitem barganhas de ganhos e concessões em seu favor. As maiores dificuldades a um processo de liberalização do comércio agrícola são as políticas domésticas da União Européia e dos EUA.

Em relação aos países em desenvolvimento importadores líquidos de alimento, a delegação brasileira submeteu proposta ao Comitê

¹⁵⁶ Temas retirados do discurso do Ministro das Relações Exteriores. Embaixador Celso Lafer, na IV Reunião Ministerial da OMC.

Agrícola em parceria com Mercosul, Chile, Bolívia, Costa Rica, no tema da segurança alimentar. Indicava que os subsídios à exportação dos países desenvolvidos não contribuem para resolver os problemas de segurança alimentar dos países em desenvolvimento importadores de produtos, pois, impedem o desenvolvimento da produção doméstica, subjugando a população à dependência alimentar e à vulnerabilidade externa. Esse conceito faz oposição àquele submetido pela União Européia, no qual os subsídios justificam-se para garantir a segurança alimentar.

Em resumo, o Brasil defendia os interesses de liberalização de seu setor econômico mais competitivo, a agricultura; o tratamento especial para países em desenvolvimento; cautela na liberalização de serviços; avaliação e revisão de alguns aspectos dos acordos da Rodada Uruguai e era contrário ao temas que relacionavam comércio e meio ambiente e comércio e padrões trabalhistas.

4.3. Posição da Índia no processo de negociação

Desde as primeiras negociações para o lançamento da nova rodada, a Índia manifestou a preocupação de não avançar sem que se discutisse a implementação dos acordos da rodada anterior. O receio estava concentrado na não realização dos benefícios antecipados do Acordo têxtil e do Acordo Agrícola e nas iniquidades e desequilíbrios do acordo de Propriedade Intelectual, subsídios e medidas *anti-dumping*. O

aspecto central das preocupações indianas era a não operacionalização do Acordo de tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento.

Em diversas oportunidades na fase preparatória de Doha, o Ministro de Comércio e Indústria, Murasoli Maran, enfatizou as questões acima citadas. Durante sua visita ao Diretor Geral da OMC, em janeiro de 2000, mencionou que se fosse colocado em prática o Acordo de tratamento especial, este contribuiria para reduzir as disparidades entre os países ricos e pobres. Igualmente, na X Reunião da UNCTAD, em fevereiro de 2000, o Ministro reforçou o aspecto da operacionalização¹⁵⁷.

Com os membros da *South Asean Association for Regional Cooperation* (SAARC)¹⁵⁸, a Índia entrou em acordo com os demais países membros de atuar conjuntamente para reforçar o posicionamento em favor de avanços significativos para a implementação dos acordos anteriores antes da nova rodada. Esse acordo refletiu-se em proposições conjuntas no comitê de implementação (Tabela 2, Anexo B).

O *Like Minded Group*, ativo desde Seattle, cresceu com a aproximação de Sri Lanka, Jamaica e Kênia, seguiu sob a liderança indiana elaborando propostas nas questões de implementação, no tratamento especial e outras questões de desenvolvimento. Ao seu redor,

¹⁵⁷ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 2, nº. 2, Fevereiro 2000. Nova Deli. p. 2-5. Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html>>. Acessado em 16 out. 2006.

¹⁵⁸ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 3, nº. 8, Agosto 2001. Nova Deli. p. 2-3. Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html>>. Acessado em 16 out. 2006.

agregou os interesses de Uganda e Tanzânia, além de outros países da América Central, Caribe, África e Ásia.¹⁵⁹

À medida que as questões de implementação foram avançando nas negociações em Genebra, a Índia passou a submeter propostas substantivas para a agenda de uma nova rodada. No tema agrícola, a proposta indiana contemplava quatro eixos: segurança alimentar, acesso a mercados, competitividade das exportações e apoio doméstico.

A segurança alimentar¹⁶⁰ para os indianos é elemento de segurança nacional, razão pela qual é necessário garanti-la pela auto-suficiência na produção. Desse modo, eles propunham a criação de uma caixa de segurança alimentar que contemplasse estoques públicos, ajuda alimentar interna, seguro para a produção, assistência a problemas estruturais e a sazonalidades, apoio a medidas de alívio da pobreza e garantias de desenvolvimento e emprego rural. Havia, também, mecanismos compensatórios para determinados produtos, possibilidade de aumento de preço para os casos em que fossem consolidados em patamares baixos, mecanismos de salvaguardas que permitisse compensações de picos de aumentos de importações e de queda de preços quanto estivessem em risco a segurança alimentar doméstica.

No ponto de acesso a mercados, a proposta indiana diferenciava os países desenvolvidos dos em desenvolvimento. Para os primeiros,

¹⁵⁹ NARLIKAR, Amrita et ODEL, John. "The strict distributive strategy for bargaining coalition: the Like Minded Group in the World Trade Organization. In: Conference on Developing Countries and the Trade Negotiation Process, UNCTAD, Geneva, 6-7 November 2003. p. 7-10.

¹⁶⁰ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 3, nº. 1, Janeiro 2001. Nova Deli. p. 5. Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html>>. Acessado em 16 out. 2006.

sugeria fórmula para redução de tarifas, enquanto para os segundos, manutenção de proteção com vistas aos objetivos de desenvolvimento. Em específico, demandava a abolição de quotas dos primeiros, o fim das barreiras não tarifárias, a exemplo das medidas sanitárias e fitossanitárias, e limite para os países ricos nos compromissos de acessos mínimos¹⁶¹.

Em relação aos subsídios, a delegação indiana defendia a eliminação no prazo de até 2 anos de qualquer subsídio às exportações, conforme as regras dos bens não agrícolas. Para tanto, deveriam ser considerados subsídios: crédito às exportações, programas de seguro à exportação, desconto nos preços, entre outros. Não poderia, no entanto, deixar de solicitar tratamento especial aos países em desenvolvimento¹⁶².

Em acesso a mercado de bens agrícolas, também separando os países ricos dos pobres, requeria a retirada da fórmula de *Aggregate Measure of Support* (AMS) o limite de produtos específicos para o auxílio a produtores de baixa renda. O apoio à produção doméstica deveria ser reduzido aos níveis mínimos no prazo de 3 anos, para o primeiro grupo, e cinco, para o segundo. Deveria ser desenvolvido um mecanismo de notificação do apoio doméstico com base em uma cesta de moedas, considerando-se a inflação e da variação cambial do período. Finalização da cláusula de paz, sendo que para os países em desenvolvimento no prazo de 10 anos. O aspecto mais importante era o tratamento especial para os países em desenvolvimento, conforme abaixo.

¹⁶¹ Idem. pp. 8-9.

¹⁶² Idem, p.11.

“ X. All measures taken by developing countries for poverty alleviation, rural development, rural employment and diversification of agriculture should be exempted from any reduction commitments.”¹⁶³

Sobre *anti-dumping*¹⁶⁴, os indianos defendiam a total remoção de práticas injustas de comércio afirmando que essas medidas eram medidas de proteção permitidas pelo sistema multilateral compatíveis com a competição aberta, justa e sem distorções.

Em serviços, ao contrário do que se poderia esperar de um país com vantagens competitivas no setor de tecnologia da informação como a Índia, as proposições indianas são bastante cautelosas, até mesmo contrárias à liberalização. Com o Brasil e outros 22 países, a delegação indiana¹⁶⁵ propôs princípios para a negociação do tema que contemplavam o tratamento especial para os países em desenvolvimento e a manutenção da estrutura do GATS. Era fundamental, no documento, a questão do respeito aos objetivos de política doméstica com a finalidade de aumentar a participação e a competitividade dos países em desenvolvimento no setor.

Outros aspectos da proposta definiam os objetivos de liberalização com garantias de crescimento econômico dos países em desenvolvimento assegurando um equilíbrio entre direitos e obrigações de acesso a mercados. Avaliação contínua dos impactos da liberalização dos serviços, em geral e por setor, nos mercados menos desenvolvidos. Critérios para

¹⁶³ Idem p.17.

¹⁶⁴ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 3, nº. 2, Fevereiro 2001. Nova Deli. p. 1. Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html>>. Acessado em 16 out. 2006.

estabelecer créditos de liberalização autônoma, já contemplado no GATS. Por fim, o método de solicitação e oferta de liberalização setor a setor. Ainda nesse tema, a delegação indiana defendia a liberalização do movimento de profissionais.

Em propriedade intelectual¹⁶⁶, Índia, Brasil, República Dominicana, Equador, Nigéria, Paraguai, Filipinas, Peru, África do Sul, Sri Lanka e Venezuela elaboraram proposta sobre a relação entre propriedade intelectual e saúde pública. Esses países obtiveram adesão de vários outros em desenvolvimento. Em suma, a idéia era permitir a quebra de patente com vistas à produção de medicamentos nos casos de epidemias e riscos à saúde pública.

Finalmente, a delegação permanente em Genebra submeteu comunicado específico sobre Investimento Externo Direto (IED) e Transferência de Tecnologia em junho de 2001. O documento relacionava a capacidade de atrair investimentos e a sustentabilidade do desenvolvimento tinham como pré-condições o domínio da tecnologia. Dessa forma, era imperioso garantir o acesso dos países em desenvolvimento às tecnologias de ponta por meio da transferência de conhecimentos.

¹⁶⁵ Comunicação conjunta, nº S/CSS/W/13, de 06/02/2001, ao Council for Trade in Services da OMC. Disponível em << <http://docsonline.wto.org>>>. Acessado em 20/08;2005.

¹⁶⁶ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 3, nº. 6;7, Junho e Julho, 2001. Nova Deli. Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html> >. Acessado em 16 out. 2006.

4.4. A reunião e seus resultados

No contexto de incerteza deixado pela falência da Reunião em Seattle, o principal resultado de Doha, o lançamento de uma nova rodada, significou um reforço na credibilidade da Organização, bem como, um novo impulso em benefício da liberalização do comércio.

Durante a Reunião, adotou-se o exercício de funcionamento quase permanente do Comitê Plenário, uma inovação. Para dar agilidade e eficiência, o que Celso Lafer¹⁶⁷ denomina de “grupo de amigos do presidente¹⁶⁸” discutiam soluções para as questões mais sensíveis: a implementação dos Acordos da Rodada Uruguai, agricultura, as regras do comércio, meio ambiente, investimento, concorrência, compras governamentais e facilitação do comércio e a relação propriedade intelectual e saúde pública.

O acordo pelo lançamento de uma nova rodada, deriva de uma maior propensão dos países a flexibilizar suas posições. Os Estados Unidos é um exemplo, ao longo do processo, passou a posicionar-se mais construtivamente com disposição para tratar de temas mais sensíveis. Outro aspecto favorável ao resultado da negociação, foi o fato de o texto da declaração ter sido conciso. Para a maior parte dos temas, apenas enumera-os.

¹⁶⁷ Discurso do Ministro Celso Lafer por ocasião da reunião na FIESP: “A conferência Ministerial de Doha: a avaliação do Brasil”. São Paulo, 3 de dezembro de 2001.

¹⁶⁸ Composto pelo Presidente do Conselho Geral, pelo Diretor Geral da OMC, dois conselheiros, o Ministro da Economia do Egito e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, com a participação dos Estados Unidos, União Européia, Guatemala, Índia, Nigéria, Tanzânia, Japão e Austrália.

A delegação brasileira julgou positivos os resultados alcançados. Da mesma forma, o Ministro do Comércio e da Indústria indiano¹⁶⁹ manifestou a percepção de otimismo em relação aos resultados de Doha. O lançamento da rodada representa uma nova oportunidade de avançar em questões que não poder ser resolvidas em negociações bilaterais e regionais: *anti-dumping*, subsídios, medidas de apoio à agricultura, compras governamentais, propriedade intelectual, meio ambiente, investimentos, política de concorrência¹⁷⁰.

Em específico, o mandato negociador para agricultura é especialmente importante na Rodada Doha, pois corrige o passivo das rodadas do GATT. Para o Brasil, a possibilidade de tratar os assuntos de acesso a mercados, medidas de apoio à agricultura e subsídios permitirá ganhos econômico.

Destaca-se a Declaração Ministerial sobre Propriedade Intelectual e Saúde Pública, pela qual o Acordo TRIPs não deverá se sobrepor às políticas de saúde pública no controle da AIDS e de epidemias. Pode-se atribuir este resultado: ao papel ativo do Brasil e da Índia, liderando outros países em desenvolvimento; à forma como foi mobilizada a opinião pública de atores importantes como os Estados Unidos e a União Européia; e aos atores transnacionais.

¹⁶⁹ Discurso do Ministro do Comércio e da Indústria, senhor Murasoli Maran, no Senhado (Rajya Sabha) e na Câmara (Lok Sabha) indianos, respectivamente, nos dias 21 e 22 de novembro de 2001. In: MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 3, nº. 10/11, outubro-novembro, 2001. Nova Deli. p. 1-2. Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html>>. Acessado em 16 out. 2006.

¹⁷⁰ Discurso do Ministro Celso Lafer por ocasião da reunião na FIESP: "A conferência Ministerial de Doha: a avaliação do Brasil". São Paulo, 3 de dezembro de 2001.

Ao contrário da coalizão do acordo TRIPs e saúde pública, a LMG não logrou sucesso. Os países parceiros da Índia foram, paulatinamente, abandonando o grupo, por ofertas individuais dos Estados Unidos e da União Européia. Narlikar e Odell concluem que as demandas radicais e a tática de negociação distributiva (competitiva) causaram a fragmentação levando ao insucesso¹⁷¹.

A questão de meio ambiente¹⁷² e comércio incluída na Declaração de Doha enfatiza mais a relação das regras da OMC com os acordos ambientais existentes. E os padrões trabalhistas, parte do preâmbulo da Declaração, são circunscritos à competência da OIT.

Por fim, o lançamento de uma nova rodada criou muitas expectativas quanto a oportunidades de aprofundar a liberalização do comércio em temas negligenciados historicamente pelo GATT, agricultura e serviços. A agenda ampla e o processo *single undertaking* auxiliam as barganhas (*trade offs*), mas os interesses protecionistas de setores da economia americana e da União Européia podem servir de entrava ao bom termo das negociações.

¹⁷¹ NARLIKAR, Amrita et ODEL, John. Op. Cit. 2003. p. 32 e 33.

¹⁷² Texto da Declaração de Doha. Disponível em: <www.wto.org>.

4.5. Comparação entre os dois casos.

O lançamento da Rodada de Negociação, denominada Agenda de Desenvolvimento de Doha, colocou em evidência as relações entre comércio e desenvolvimento. Além disso, a previsão de adesão em dois anos dos seguintes países: Albânia, Croácia, Estônia, Geórgia, Jordânia, Latvia e Omã, o que aumenta o número de países em desenvolvimento na organização¹⁷³.

Para alcançar os resultados de Doha, os países flexibilizaram suas posições em relação a Seattle. Primeiro, porque havia o receio de que um novo impasse pudesse comprometer o futuro da Organização. Segundo, a Declaração de Doha, em razão do aprendizado com a falência da Reunião anterior, é bastante genérica com simples menções aos temas, o que deixou para a fase de negociação dentro da nova rodada choques de proposições. Terceiro, os avanços na implementação dos acordos da Rodada Uruguai transpuseram as posições contrárias ao lançamento da nova Rodada.

Alguns aspectos da Declaração representam vitória das propostas dos países em desenvolvimento, possibilitado pelo grande número de temas, o que permitia o equilíbrio entre perdas e ganhos dos atores.

O crescimento do número de países em desenvolvimento na OMC, o aumento do ativismo desses países e o processo de negociação que estão utilizando – formação de coalizões, estratégias estabelecidas em

grupos e interações dinâmicas entre esses atores – têm aumentado suas capacidades de influenciar os resultados de negociações multilaterais de comércio. Agregada a essas variáveis, elementos exógenos como distribuição de poder entre os Estado, a existência das regras formais e informais das instituições internacionais, as instituições domésticas, as mudanças tecnológicas e as tendências de mercado podem influenciar, mas não determinar as negociações multilaterais¹⁷⁴.

O acordo TRIPs e saúde pública, tratado na seção anterior, representa o principal ganho dos países em desenvolvimento, sob a liderança de Brasil e Índia, em uma coalizão consistente e forte. O tema meio ambiente entrou na agenda apenas na forma de estudos e os padrões trabalhistas foram reconhecidos como sendo de responsabilidade da OIT, são outros ganhos em que há proposições conjuntas de Brasil, Índia e outros países emergentes e em desenvolvimento.

Outro resultado relevante para esses países é o reconhecimento das diferenças entre os países e a necessidade de tratamento especial para incentivar o desenvolvimento. Em particular, a preocupação de incluir medidas comerciais específicas para estimular o aumento da participação dos países menos desenvolvidos (LDC) nos fluxos comerciais mundiais.

Durante as preparações e em Doha, Brasil e Índia seguiram no típico ativismo. Os dois países aumentaram o número de proposições individuais e com outros países (vide Tabela 2 dos ANEXOS A e B).

¹⁷³ A organização atingiu o número de 149 membros em 11 de dezembro de 2005.

¹⁷⁴ ODELL, John. *Negotiating Trade: Development Countries in the WTO and NAFTA*. Cambridge: Cambridge press, 2006. p. 4-8.

Cresceu também o número de contatos formais e informais entre os países em desenvolvimento com vistas à harmonização de posições nas negociações.

A estratégia adotada por ambos os países foi a diversificação de proposições para ganhos em barganha. Outra estratégia foi o aumento no número de proposições em grupo e de coalizões de países em desenvolvimento.

A Índia submeteu propostas em parceria com os países membros do SAARC, coalizões como LMG, parcerias com o Brasil e com a China, além das tradicionais propostas com países pobres da América Central, Ásia e África, nas demandas por tratamento especial aos países em desenvolvimento. Algumas das parcerias se desfizeram como o caso da coalizão LMG.

O Brasil, também, aumentou a diversidade de parceiros em proposições e o número de coalizões de curto prazo para temas específicos. Os países do MERCOSUL, a Índia, o grupo de Cairns foram os principais parceiros em proposições, mas o corpo negociador brasileiro foi pragmático em encontrar parcerias oportunas para cada tema de seu interesse.

Nota-se o crescimento das propostas e o aumento da coordenação de posições com outros países nas táticas dos países em estudo. Por exemplo, a Índia realizou reunião com 15 países chamados G-15, em maio de 2001, com o objetivo de harmonizar interesses e atuar

conjuntamente na OMC¹⁷⁵ para pressionar pela implementação dos acordos da Rodada Uruguai. Da mesma forma, aproveitou reuniões do SAARC, da UNCTAD e outras para promover parcerias na OMC. O Brasil também utilizou reuniões bilaterais, integração regional e outros fóruns para agregar parceiros.

Por fim, Índia e Brasil conseguiram alcançar alguns dos seus objetivos na IV Reunião Ministerial da OMC, principalmente, quando atuavam em coalizões com a participação de outros países em desenvolvimento.

¹⁷⁵ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 3, nº. 5, Maio 2001. Nova Deli. p. 14. Disponível em <<http://commerce.nic.in/newspg.html>>. Acessado em 16 out. 2006.

5. REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC EM CANCUN

Os capítulos 3 e 4 descreveram e analisaram as Reuniões Ministeriais de Seattle e Doha. Seguindo a mesma linha, este capítulo examina a V Reunião Ministerial realizada em Cancún, no México, de 10 a 14 de setembro de 2003.

5.1. Contexto da V Reunião Ministerial

Os primeiros meses após o lançamento da Rodada Doha foram de intensas atividades em Genebra. Em fevereiro de 2002, o Diretor Geral da OMC foi eleito presidente do Comitê de Negociações Comerciais (CNC),¹⁷⁶ com apoio do Brasil. O fórum tinha a função de supervisionar os trabalhos de cada comitê negociador, devendo reportar-se ao Conselho Geral. Nesse momento, definiu-se o cronograma que incluía a realização de uma Reunião Ministerial no meio da Rodada, no final do ano seguinte, com o objetivo de avaliar o progresso das negociações e traçar orientações para o futuro da Rodada Doha.

Para os avanços da negociação, optou pela seguinte estrutura negociadora: um grupo especial para acesso a mercado (tarifas); um grupo especial para regras comerciais, *anti-dumping*, subsídios, acordos

¹⁷⁶ CORREIA. Luiz Felipe de Seixas. "Rodada de Doha: os primeiros três meses de atividades. In: Panorama da Conjuntura Internacional, n. 13, ano 4, mai-jun/04. São Paulo: USP.

regionais; sessões especiais dos comitês regulares de agricultura, serviços, meio ambiente, propriedade intelectual e solução de controvérsias. As questões de implementação foram divididas entre os grupos temáticos¹⁷⁷.

No Brasil, muda a chefia da delegação permanente em Genebra que passa do Embaixador Celso Amorim para o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Do ponto de vista doméstico, o ano de 2002 foi marcado pelas eleições presidenciais. As intenções de voto foram, gradativamente, polarizando-se em tornos de dois candidatos: José Serra, ex-ministro da Saúde do governo de Fernando Henrique Cardoso, e o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa fase¹⁷⁸, o acesso a mercado de bens não agrícola previa o aprofundamento desse tema para os bens agrícola. Na Rodada Doha, o acesso a mercados de bens agrícolas assume preponderância. As clivagens concentram-se essencialmente no Grupo de Cairns que desejavam liberalizações ambiciosas. A União Européia apoiada pelo Japão e outros países europeus com objetivo de limitar o acesso. Os Estados Unidos desejavam mercado para seus produtos com elevados níveis de apoio interno.

No tema de serviços, mantinham-se os grupos de interesses que emergiram no curso da preparação da Reunião de Doha. A Declaração Ministerial não restringiu os setores ou produtos de forma que a primeira

¹⁷⁷ MISSÃO DO BRASIL EM GENEBRA. "A Carta de genebra", ano 1, vol. 1, janeiro de 2002. P.2.

¹⁷⁸ MISSÃO DO BRASIL EM GENEBRA. "A Carta de genebra", ano 1, vol. 1, janeiro de 2002. P.2-7.; (ano 1, vol. 2, 2002); (ano 1, vol. 3, 2002); (ano 1, vol. 4, 2002); (ano 1, vol. 5, 2002); (ano 1, vol. 6, 2002);

fase da rodada concentrou-se nas modalidades de negociações tarifárias; pedido oferta, de fórmulas, de zero por zero ou uma combinação. Ademais, os países deveriam decidir a respeito de qual seria a tarifa base.

No setor agrícola, o desafio era aprofundar o programa de trabalho desenvolvido na Rodada Uruguai. A base era o tripé: aumento do acesso a mercados, diminuição dos níveis de apoio doméstico e disciplina das formas de competição nas exportações.

Em meio ambiente, o Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente de 1995, que objetiva identificar as relações entre comércio e meio ambiente para promover o desenvolvimento sustentável, evitando medidas protecionistas. Dois grupos foram criados, um para tratar das relações entre as convenções ambientais e as regras da OMC e outro para a redução de tarifas dos bens e serviços ambientais.

Sobre o comércio de bens, o objetivo era esclarecer as disciplinas da OMC. Em *anti-dumping* e subsídios, a negociação deveria ocorrer em duas etapas: primeiro, o recebimento de propostas, depois, a revisão dos Acordos propriamente. A principal resistência à proposição dos países em desenvolvimento eram os Estados Unidos, pois considera as medidas *anti-dumping* importante instrumento de defesa comercial.

Em propriedade intelectual, a Declaração estabeleceu mandato para que fossem discutidos o aperfeiçoamento do exame de compatibilidade dos acordos TRIPs com as regras multilaterais de comércio.

O desenvolvimento tornou-se tema de destaque na Rodada em vigor, sendo denominada Agenda para o Desenvolvimento. As coordenações de posição entre países em desenvolvimento visavam suas inserção positiva no comércio internacional. Esses países reivindicavam equidade e equilíbrio dos acordos da Rodada Uruguai na Rodada Doha. As próximas negociações deveriam concentrar-se na implementação dos acordos da rodada anterior e na capacitação dos países em desenvolvimento. Enfim, um último aspecto do mandato de Doha era a questão revisão dos mecanismos de solução de controvérsias.

As negociações da rodada e a preparação para a Reunião em Cancún seguiram em encontros formais nos comitês na sede da OMC. Segundo a estrutura mencionada anteriormente, além de uma série de reuniões informais com a Direção Geral, entre os países membros e intra-coalizes bem como entre elas, que começavam a se constituir¹⁷⁹.

Em setembro de 2002, houve nova mudança na Direção Geral da OMC, passado de Mike Moore para Supachai Panitchpakdi. Marco da primeira avaliação de resultados das negociações. Segundo o Embaixador Seixas Corrêa¹⁸⁰, naquele período, havia uma forte preocupação de muitas delegações a respeito de tendências protecionistas que poderiam dificultar o processo.

Na Índia, assume o Ministério do Comércio e da Indústria, Arun Jaitley, ex-Secretário Geral do “Bharatiya Janata Party” (BJP), que em português significa União do Povo Indiano, criado em 1980, de orientação

¹⁷⁹ MISSÃO DO BRASIL EM GENEVRA. “ A Carta de genebra”, ano 1, vol. 7, agosto de 2002. P.4-5.

¹⁸⁰ Idem. p.4

de esquerda, opositor do “Congress Party”. O BJP em coalizão com outros partidos participou do Governo federal indiano entre 1998 e 2004, sob a gestão do Primeiro Ministro Atal Bihari Vajpayee e o Vice Lal Krishna Advani. O Ministro do Comércio anterior, Murasoli Maran, era filiado ao Dravida Munnetra Kazhagam (DMK’s Party), partido regional do estado de Tamil Nadu, no sul da Índia, que fez parte da mesma coalizão do BJP. Maran comandou do Ministério e, conseqüentemente, as negociações na OMC desde a Reunião em Seattle. Isso significa que a mudança na gestão não implicou nova orientação política, posto que a Índia permaneceu sob o governo da mesma coalizão por todo o período em análise.

O Brasil, por sua vez, mudou a orientação política em 2003, quando foi eleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Opositor do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O presidente Lula designou para Ministro das Relações Exteriores o antigo chefe da delegação brasileira em Genebra, o Embaixador Celso Amorim. Com a mudança de governo, nova orientação de política externa, conforme tratado no capítulo 2. O novo chefe da delegação permanente em Genebra era o Embaixador Seixas Corrêa, que assumiu o cargo em 2002.

Após um ano de negociações¹⁸¹, havia avanços, estagnações e retrocessos. No setor de serviços e regras de comércio, concentravam-se os maiores avanços. Na relação propriedade intelectual e saúde pública, ausência de resultados palpáveis em razão da oposição dos Estados

Unidos e Suíça. A lentidão de alguns grupos de trabalho comprometia os prazos de colheita antecipada de resultados *early harvest* acordados em Doha.

Até junho de 2003, em agricultura, ainda havia impasses entre exportadores e importadores de alimentos nos mecanismos de salvaguardas. Não existia perspectiva de acordo no tratamento especial e diferenciado em acesso a mercados. As definições do valor tarifário e os critérios para definição de produtos ainda estavam em debate nos fóruns de questões técnicas. De igual forma, não permaneciam as controvérsias nos temas de crédito a exportação e nos seus mecanismos de tratamento especial. Persistiam as diferenças em competitividade do comércio agrícola.

Em resumo, as negociações da rodada não avançavam no ritmo desejado. Na última prévia da Reunião Ministerial de Cancún, segundo o Embaixador Seixas Corrêa¹⁸², os atores não conseguiam criar um ambiente de harmonia capaz de direcionar as soluções cooperativas. Havia, em oposição à cooperação, trocas de recriminações e ameaças entre os países.

¹⁸¹ MISSÃO DO BRASIL EM GENEVRA. “A Carta de Genebra”, ano 2, vol. 1, janeiro de 2003. p.1-3.

¹⁸² MISSÃO DO BRASIL EM GENEVRA. “A Carta de Genebra”, ano 2, vol. 5, maio/junho de 2003. P.1-4.

5.2. Posição do Brasil no processo de negociação

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim¹⁸³, em seu discurso indica a orientação de política externa do Brasil, fazendo menção ao comércio e a liberalização comercial como mudança social e o comprometimento do governo com a justiça social. No entanto, alguns aspectos permanecem constantes no discurso, a importância do sistema multilateral de comércio como distribuidor de bens públicos internacionais e a demanda por regras orientadas para o mercado, mas eqüitativas do ponto de vista dos países em desenvolvimento. As proposições continuam as mesmas, mas as estratégias, o discurso de política externa e o ativismo na Cooperação Sul-Sul alteram.

O Brasil continua comprometido com a liberalização de bens agrícola e com os avanços da Rodada Doha. As táticas de negociação vêm evoluindo desde Seattle. Iniciaram-se com ativas proposições individuais, proposições coordenadas entre os países do MERCOSUL e participação no grupo de Cairns. Avançam para a liderança na constituição de coalizões fortes em torno do tema de propriedade intelectual e saúde pública, além de coordenação de ações com países que demandavam cautela na liberalização de serviços. Em Cancún, assume a forma de constituição, liderança e manutenção do G-22, que se

¹⁸³ Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, na V Reunião Ministerial da OMC, em Cancún, 11 de setembro de 2003. Disponível em: <www.mre.gov.br>.

reduziu a G-20 no México, para a implementação do mandato de Doha em relação aos pilares da reforma agrícola.

No México, o Brasil defendeu, o cumprimento total do mandato de Doha em dois anos. O principal impasse concentrava-se nas barganhas necessárias ao consenso de uma Declaração final que equilibrasse acesso a mercado de bens não agrícolas e os avanços na liberalização do comércio agrícola.

O grupo G-20, na percepção do Itamaraty¹⁸⁴, era uma associação de países, apoiados pela opinião de organismos internacionais como o Banco Mundial, e parte da opinião pública especializada dos países opostos à liberalização do comércio agrícola, União Européia, Japão e, em menor medida, os Estados Unidos. A coalizão constituiu-se, segundo Narlikar e Tussie¹⁸⁵, em resposta ao texto da União Européia e Estados Unidos a respeito de agricultura. O grupo iniciou-se com Brasil e Índia, seguida da adesão da China e de outros países em desenvolvimento.

A coalizão¹⁸⁶ não permaneceu apenas na posição de vetar as proposições dos EUA e UE, adotou uma agenda propositiva com corte nas medidas de apoio interno e fórmula mista no acesso a mercados. Buscou maior compromisso dos países desenvolvidos com a liberalização do comércio agrícola, sugerindo a eliminação de subsídios à exportação.

¹⁸⁴ AMORIM, Celso. O Brasil em Cancún. In, *Jornal Valor Econômico*, 09/09/2003.

¹⁸⁵ NARLIKAR, Amrita et TUSSIE, Diana. "O G20 e a Reunião Ministerial de Cancún: os países em desenvolvimento e suas novas coalizões". 2004. pp. 47-64 (p. 51 e 52). Disponível em: <<www.latin.org.ar/pdfs/rbce_dtyamrrita.pdf>>.

¹⁸⁶ MISSÃO DO BRASIL EM GENEVRA. "A Carta de Genebra", ano 2, vol. 6, setembro de 2003. P.1-2

Durante a última reunião do Conselho Geral da OMC antes de Cancún, o Brasil e o G20 opuseram-se ao projeto de Declaração Ministerial, porque julgavam requerer muitas concessões no acesso a mercado de produtos não agrícolas e pequenas aberturas no tema agrícola. Dessa forma, chegou-se em Cancún com o rascunho da declaração final em aberto.

Por fim, observou-se na posição brasileira os efeitos da mudança de orientação de política externa caracterizada pela operacionalização de parcerias estratégicas horizontais de natureza sul-sul.

5.3. Posição da Índia no processo de negociação

A posição indiana em Cancún permanece semelhante à representada em Doha. No campo de serviços, área em que a Índia poderia, por condições de setores competitivos domésticos, ter interesse na liberalização, a delegação indiana seguia com um posicionamento de cautela. A prioridade de liberalização estava apenas no movimento de pessoal, porém havia setores domésticos que vislumbravam proveito nos setores de tecnologia da informação, saúde e serviços educacionais¹⁸⁷.

No tocante a acesso a mercado de bens não agrícolas, o interesse indiano era de reduzir picos ou escaladas tarifárias nos países desenvolvidos, que afetam os setores econômicos dos países em

desenvolvimento intensivos em mão-de-obra, como os setores têxtil e curtume.

Em política de concorrência, compras governamentais e facilitação do comércio, o Ministro Jaitley¹⁸⁸ de Comércio e Indústria declarou que o foco deveria ser temas relacionados ao comércio, em vez de inclusão desses temas na agenda da OMC. Em compensação, pressionou por regras mais altivas e *anti-dumping*, subsídios e remoção de barreiras não tarifárias.

Na oportunidade da mini-Reunião Ministerial ocorrida em Tóquio¹⁸⁹, de 14 a 16 de fevereiro de 2003, o governo indiano já havia exteriorizado sua preocupação com a falta de avanço dos temas relacionados ao desenvolvimento. No México, constituiu importante conteúdo das propostas do G-20.

Os interesses indianos em agricultura seguiam orientados pelos quatro pilares tratados no capítulo a respeito da IV Reunião Ministerial da OMC. A primeira questão central do posicionamento era a demanda por tratamento especial e diferenciado dos países em desenvolvimento por meio da eliminação de distorções do setor agrícola com subsídios à produção e à exportação. A segunda, a possibilidade desses países de utilizar políticas domésticas que permitissem a segurança alimentar de

¹⁸⁷ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. **India & the WTO**, vol. 5, nº. 1, Janeiro, 2003. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html>. Acessado em 16/10/2006. p. 12

¹⁸⁸ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. **India & the WTO**, vol. 5, nº. 2, Fevereiro, 2003. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html>. Acessado em 16/10/2006. p. 4

¹⁸⁹ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. **India & the WTO**, vol. 5, nº. 2, Fevereiro, 2003. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html>. Acessado em 16/10/2006. p. 2

suas populações e o desenvolvimento rural com garantia de emprego e renda¹⁹⁰.

Nesse contexto, a partir da aproximação entre Índia, Brasil e Argentina, em resposta ao documento conjunto dos Estados Unidos e União Européia durante o processo de preparação para Cancún, nasceu o que se tornaria o G-20. O aspecto agregador era, exatamente, a posição contrária aos subsídios dos bens agrícolas. O posicionamento defensivo de Índia e China no acesso a mercados foi objeto de acomodação dentro do grupo, já que não se coadunava com a proposta brasileira comparativamente mais liberalizante¹⁹¹.

Em Cancún, esses países já haviam constituído o G-20. Apesar da saída de El Salvador ao longo do percurso por pressão dos Estados Unidos, a coalizão era sólida e permaneceu coesa em defesa do Mandato da Declaração de Doha e uma agenda de liberalização do setor agrícola.

A outra face da expressão indiana na OMC era a solicitação de uma estratégia de longo prazo para a assistência técnica e a construção de capacidades (*capacity building*) no comércio multilateral, especificamente, para a implementação dos acordos e das regras da OMC. Propunham uma cooperação entre a Organização e outras agências de desenvolvimento do Sistema das Nações Unidas. O

¹⁹⁰ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. **India & the WTO**, vol. 5, nº. 1, Janeiro, 2003. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html>. Acessado em 16/10/2006. p. 2

¹⁹¹ AMORIM, Celso. "A lição de Cancún". In: *Política Externa*, vol. 12, n. 3, dez/jan. 2003-2004, pp. 27 – 36. (p. 32)

argumento passava pela incapacidade técnica dos países pobres de aproveitar os benefícios do livre mercado¹⁹².

A atenção indiana também estava voltada para as medidas de construção de confiança que atribuísse maior transparência às negociações da OMC. O governo¹⁹³ sugeriu que o texto da minuta de declaração fosse construído de maneira participativa, atendendo o interesse do maior número possível de membros.

Em resumo, a delegação focalizava os esforços na defesa da segurança alimentar, desenvolvimento rural, redução de subsídios, acesso a mercado de produtos têxteis, liberalização de movimento de pessoas e nos temas relacionados ao desenvolvimento.

5.4. A reunião e seus resultados

A Reunião Ministerial de Cancún foi encerrada, em 14 de setembro de 2003, com um comunicado final que orientava as delegações a seguirem negociando em Genebra a Rodada. Desse modo, a reunião não contribuiu para orientar o processo de liberalização do comércio no âmbito da Rodada Doha. Os trabalhos na reunião intermediária da Rodada Doha, por um lado, criam desapontamento, por outro, fortalecem

¹⁹² Idem p. 13

¹⁹³ MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. **India & the WTO**, vol. 5, nº. 6-7, Junho-Julho, 2003. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html>. Acessado em 16/10/2006. p. 7

os países interessados no setor agrícola, pois conseguiram condicionar o acesso a mercados de bens não-agrícola à liberalização da agricultura.

O fracasso de Cancún pode ser atribuído¹⁹⁴, à falta de disposição para a convergência de posições dos países fortes, Estados Unidos e União Européia. Os dois países apresentaram propostas que retrocediam os avanços do próprio mandado de Doha. Esses dois atores repetiam os padrões das negociações GATT/OMC em que as negociações privadas entre si tornavam-se o resultado da negociação. O secretariado da OMC enviou para decisão plenária uma declaração final que incorporava a proposta dos dois grandes, o que, por opor o interesse da maioria dos membros, não foi aceito.

Em confronto às propostas norte-americanas e européias, as coalizões de países em desenvolvimento pressionavam pela equidade de direitos e obrigações, pela agenda de desenvolvimento – que havia sido colocada à margem das negociações em Genebra – e pela liberalização do comércio agrícola.

As organizações não governamentais também participaram desse conjunto de fatores, demonstrando capacidade de influenciar os debates, como fizeram em Doha na Declaração TRIPs e saúde pública. Atuaram de maneira articulada na tentativa de influenciar as delegações governamentais, particularmente, de países menos desenvolvidos.

¹⁹⁴ AMORIM, Celso. “A lição de Cancún”. In: *Política Externa*, vol. 12, n. 3, dez/jan. 2003-2004, pp. 27 – 36. (p. 31-32).

O G-20, liderado por Brasil e Índia e com a participação da China, durante a reunião continuou crescendo, tornando-se o G-20 +¹⁹⁵, sob a coordenação do chefe da Delegação brasileira, o Ministro Celso Amorim. A plataforma da coalizão, uma alternativa às proposições de Estados Unido e União Européia, mobilizou os países em desenvolvimento a rejeitar o texto da minuta de declaração final e bloquear as negociações. Os países atuaram, inovadoramente, de forma coesa e objetiva.

Os países menos desenvolvidos (LDC) demonstraram capacidade de mobilização e coordenação. Burkina Faso, Chade, Benin e Mali exerceram liderança na demanda pela eliminação de subsídios ao algodão nos países desenvolvidos e por compensações aos países produtores africanos. Como não houve menção à questão de subsídios em relação ao setor têxtil na minuta final da reunião esses países, em juntamente com outros do continente africano não fizeram concessões nos temas de Cingapura, o que contribuiu para o bloqueio de Cancún.

Os principais problemas da primeira minuta de Declaração final eram, na agricultura, o aumento do limite para a concessão de apoio doméstico do Acordo Agrícola, a brecha para a manutenção de subsídios à exportação para produtos fora da lista de exceções e a fórmula de acesso a mercado mais protecionista. Não bastasse o revés agrícola, o texto incluía os temas de Cingapura não desejados pela maioria dos países em desenvolvimento, principalmente, no contexto de não aprofundamento da liberalização de produtos agrícolas.

¹⁹⁵ Idem. p. 30.

Com a participação do G-20, nova minuta foi elaborada, contemplando alguns aspectos das reivindicações da coalizão, porém sem modificar o tratamento dos temas de Cingapura. Dessa maneira, o texto foi rejeitado em plenária, com cerca de 70 países em desenvolvimento assinando uma declaração em que afirmavam não poderem aprovar o texto. A coalizão africana e o G-20 demonstram a nova capacidade dos países em desenvolvimento em atuar conjuntamente na defesa de seus interesses.

Em síntese, a Reunião de Cancún demonstrou que os países em desenvolvimento são capazes de expressar seus interesses quando unidos em coalizões bem estruturadas. No caso do G20, demonstrou que as estratégias distributivas podem funcionar quando a coalizão for eficiente em costurar os acordos internos, evitando a saída de membros¹⁹⁶. Contudo, outros fatores emergem para explicar os resultados: a falta de disposição dos Estados Unidos e da União Européia em ceder para convergir interesses em uma Declaração Final e as dificuldades inerentes ao processo de negociação da Rodada.

¹⁹⁶ NARLIKAR, Amrita et TUSSIE, Diana. Op. Cit. 2004, p. 63

5.5. Comparação entre os dois casos.

O Brasil participa desde a criação das primeiras instituições do sistema multilateral de comércio. O Itamaraty, responsável pela negociação nos fóruns multilaterais, acredita que o fortalecimento do sistema multilateral de comércio é a melhor estratégia de inserção na economia internacional para países de poder médio como o Brasil. A razão são os interesses domésticos diversificados em termos de comércio exterior e investimento estrangeiros. Dessa forma, nenhuma alternativa bilateral ou regional é se sobrepõe à liberalização multilateral.

O país participou das negociações da Rodada Doha, desde a Reunião Ministerial de Genebra de maneira mais ativa, com agenda ofensiva e defensiva melhor estruturada. Essa agenda mais clara foi construída porque os setores econômicos domésticos estavam mais sensíveis aos temas internacionais, em decorrência. Isso permitiu aos negociadores atuar de forma construtiva, abandonando o comportamento de reiterada obstrução da Rodada Uruguai.

Ao longo do processo, as mudanças de orientação de política externa não mudam a essência dos interesses e da posição negociadora do Brasil. Notou-se modificação nas estratégias de negociação adotadas de um ativismo moderado, no governo Cardoso, para ativismo na formação de alianças estratégicas com países emergente, no governo Lula. Contudo, não se pode deixar de lado o alto nível de institucionalização do Ministério das Relações Exteriores e o fato de que o

chefe da missão brasileira em Genebra, no primeiro governo, Ministro de Estados das Relações Exteriores no segundo.

Percebe-se um processo evolutivo na atuação do corpo negociador do país, talvez decorrente do aprendizado institucional a cerca das negociações no âmbito da OMC. O histórico ativismo brasileiro em fóruns multilaterais, durante o período estudado, passa de proposições individuais, em bloco, sob a forma do MERCOSUL, e em coalizão, no Grupo de Cairns, para a mobilização de países em desenvolvimento em coalizões fortes, a exemplo da coalizão de propriedade intelectual e saúde pública e do G20.

Da mesma forma que o Brasil, a Índia participa desde a criação das primeiras instituições do sistema multilateral de comércio do século XX. O corpo negociador, contudo, tem origem no Ministério de Comércio e Indústria, não no Ministério dos Assuntos Exteriores. A delegação em Genebra é constituída em maior número de representantes do primeiro. Em posição semelhante de potência média, defende o multilateralismo por razões parecidas com as motivações brasileiras. Acredita também que nenhuma alternativa bilateral ou regional é se sobrepõe à liberalização multilateral, mas caminham paralelamente.

A atuação indiana nos processos de preparação, lançamento e negociação de acordo da Rodada Doha, distribuído nas três Reuniões Ministeriais analisadas, intercedeu pelos interesses de desenvolvimento. A posição negociadora foi mais protecionista que a brasileira, o que não impediu que os dois países se aliassem na formação do G-20, com a presença da China.

A Índia não alterou sua orientação na atuação na negociação comercial com a mudança de Ministro. De fato, no período estudado, o mesmo governo de coalizão permaneceu no poder, o que explica a sustentação da estratégia.

Os negociadores indianos historicamente organizam suas estratégias negociadoras em torno da parceria com outros países em desenvolvimento. No passado, muitas coalizões de que participaram ou que organizaram fracassaram por pressões de atores mais fortes. Em Seattle, a LMG foi desestruturada conforme apresentado no capítulo 2.

Emerge dessa constatação o questionamento de a respeito do porquê do fracasso de outras coalizões e o sucesso do G-20 em influenciar o resultado de Cancún. Uma explicação possível é que a estratégia distributiva, utilizada por ambas as coalizões pode ser bem sucedida se os membros conseguirem garantir a coesão do grupo¹⁹⁷.

Por fim, Brasil e Índia amadureceram suas estratégias de negociações ao constituir uma coalizão forte liderada por países emergentes (com a participação da China) e com grande adesão dos países em desenvolvimento. Essa conjugação de forças foi capaz de barrar o avanço dos interesses de Estados Unidos e União Européia.

¹⁹⁷ NARLIKAR, Amrita et TUSSIE, Diana. "O G-20 e a Reunião Ministerial de Cancún: os países em desenvolvimento e suas novas coalizões". In: Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº. 79. p. 63 Disponível em << http://www.latn.org.ar/pdfs/rbce_dtyamrita.pdf>>, Acessado em 26/10/2006.

PARTE III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última parte são apresentadas as conclusões da pesquisa. Estabelece-se, então, inferência a respeito de em quais condições ambos são bem sucedidos em interferir nos resultados de negociações de liberalização de comércio na OMC, observando padrões, similaridades e diferenças, no comportamento negociador de Brasil e Índia.

6. CONCLUSÕES

Os capítulos anteriores apresentaram a atuação do Brasil e da Índia. Buscou-se identificar as restrições a que estão submetidos, as táticas e estratégias de negociação com o objetivo de inferir sob quais condições esses países podem alcançar resultados favoráveis aos seus interesses na Organização Mundial de Comércio. Foram consideradas restrições: (a) os princípios, as normas, as regras e os procedimentos de tomada de decisão das negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio; (b) as crenças/ideologias que orientam a formulação de política externa e (c) a distribuição de poder econômico no sistema internacional.

O estudo compreendeu o período de 1999, na III Reunião Ministerial da OMC, em Seattle, até 2003, na V Reunião, em Cancún. Em cada capítulo, procurou-se revelar o processo completo de preparação, negociação e formalização de acordo (a Declaração Final) em cada uma das três reuniões. No conjunto, as reuniões compõem as mesmas fases de preparação, negociação e implementação do acordo a respeito da Rodada de Negociação de Doha (ainda que de forma incompleta, pois a V Reunião Ministerial foi apenas uma reunião intermediária de avaliação do avanço da referida rodada). Para um estudo completo a respeito da Rodada, seria interessante incorporar a VI Reunião Ministerial, em Hong Kong, e as negociações subseqüentes até o encerramento das negociações.

A literatura a respeito de negociações multilaterais identifica uma série de táticas assinaladas no capítulo 1. Ao longo das três reuniões, Brasil e Índia empregaram várias delas. Primeiro a tática de comunicação, em que aproveitaram diferentes fóruns de que participavam para levantar questões a respeito das negociações na OMC servindo para harmonizar interesses e coordenar posições. Por exemplo, o Brasil, nas reuniões de negociação da ALCA, do MERCOSUL e nos encontros da UNCTAD, a Índia, nos encontros da SAARC, e, igualmente, da UNCTAD apresentavam suas visões e tentavam mobilizar outros países em torno de questões comuns.

Segundo, a Índia iniciou em Seattle a tática de posição negociadora firme, representada na oposição ao lançamento de uma nova rodada com o *Like Minded Group*, deixando para fazer pequenas concessões ao longo do percurso. O Brasil, ao contrário, preferiu seguir uma tática de compatibilização de interesses opostos de acordo com os princípios de solidariedade, reciprocidade e credibilidade que orientam a sua política externa. A delegação brasileira tentava aproximar posições para avançar as negociações.

Terceiro, outra tática utilizada por ambos os países foi aproveitar as integrações regionais das quais pertencem para coordenar posições nas negociações. Nas duas primeiras reuniões, a política externa brasileira apresentava recorrente discurso de que a integração regional no cone sul, MERCOSUL, serviria para aumentar o poder de barganha do país nos fóruns multilaterais. De igual forma, a Índia submeteu propostas com SAARC. Notou-se que os grupos de

integração regional não permaneciam unidos por causa de pressões externas. O caso mais evidente foi a não adesão do Uruguai ao G-20, a despeito dos contatos mantidos pelos países membros do MERCOSUL e os países associados da integração.

A quarta tática aplicada pelos dois países foi participar ou constituir coalizões de interesses comuns ou com interesses não conflituosos. Brasil e Índia integraram coalizões de distributivas – ou competitiva – organizadas a partir da posição das partes em oposição aos atores centrais do regime de comércio Estados Unidos e União Européia, no caso do G-20 e do LMG.

O sucesso de uma coalizão, informa a teoria de negociação multilateral, depende de as barganhas dentro do grupo permitirem ganhos marginais para os membros. Dessa forma, os objetivos do grupo devem contemplar o interesse de cada participante. Mais importante, as coalizões devem ser capazes de gerar compromissos compartilhados conforme determinados valores e crenças, impedindo a saída dos membros por pressão externa.

A coalizão mais forte de que fizeram parte foi o G-20, exercendo papel de líderes. O grupo era composto por importantes países emergentes Brasil, Índia, China, Argentina, México, África do Sul, além de Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, EL Salvador (defecção), Guatemala, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, Tailândia e Venezuela. O seu poder derivava da coesão do grupo que seguiu uníssono em Cancún, agregando novos membros: Egito, Nigéria e Indonésia, entre outros. As preferências entre os membros

variavam, porém os países permaneciam unidos em defesa do direito ao desenvolvimento.

No jogo de negociação multilateral de comércio, conforme referido na seção de teoria das relações internacionais, o poder de barganha dos atores é assimétrico. Nesse sentido, quanto maior o conflito de interesses entre os atores poderosos e os mais fracos, maior a dificuldade de chegar a um acordo que contemple os objetivos dos menores. Segundo Zartman, entretanto, é possível que as partes mais fracas superem os impedimentos estruturais e as assimetrias de poder e atinjam resultados favoráveis, pois regras e procedimentos estáveis, baseados em processo decisório por maioria ou por consenso, tendem a fortalecer os menores.

Em certa medida, as regras da OMC e de negociação da rodada, decisão por consenso e *single undertaking*, respectivamente, permitiram o resultado de Cancún, o bloqueio da reunião pelos países em desenvolvimento. A existência da OMC, portanto, além de incentivar a cooperação e atribuir maior previsibilidade ao comércio internacional, contribuiu para aumentar a capacidade dos países em desenvolvimento de interferir na rodada.

Os resultados de Cancún, em alguma medida, refutam as expectativas neorrealistas de haver maiores chances de os interesses dos Estados fortes prevalecerem nesse tipo de negociação, posto que as unidades com mais recursos de poder podem utilizá-los para coagir as mais fracas. A observação empírica demonstra que, por um lado, os Estados Unidos conseguiram desfazer a coalizão do *Like Minded*

Group, de que fazia parte a Índia, em Seattle, por meio de pressão aos membros. Por outro, não obteve êxito semelhante com o G-20, ainda que tenha cooptado um abandono (El Salvador), e nem com a coalizão de países africanos produtores de algodão, as duas coalizões que barraram a proposta de Declaração Final norte-americana e européia em Cancún.

O aumento da participação da sociedade civil organizada nas negociações da OMC também exerceu papel de relevo nos resultados até 2003. As redes transnacionais de organizações da sociedade civil, o apoio de parte da opinião pública dos países desenvolvidos e a atuação conjunta dos países em desenvolvimento sob a liderança de Brasil e Índia lograram sucesso na aprovação do Acordo TRIPs e Saúde Pública em Doha. Essa outra coalizão de países em desenvolvimento, que outra vez reunia países emergentes e países menos desenvolvidos, também foi bem sucedida no interesse comum de quebra de patente para os casos de epidemias graves. Cabe a ressalva de que as questões de implementação do acordo não evoluíram em Cancún.

As três negociações demonstram crescente atividade de Brasil e Índia e um processo adaptativo das táticas de negociação, mais visível no primeiro do que no segundo. A estratégia adotada pelo Brasil, desde o início, foi de apresentar proposições em todos os temas para que houvesse espaço de barganha (troca de concessões entre os países até chegar a um ponto comum). A Índia iniciou a negociação com posicionamento rígido a respeito da premência de implementar os acordos do Uruguai antes de começar nova rodada.

Em seguida, após os avanços na operacionalização desses acordos, também submeteu propostas diversificadas.

Ainda que não tenha sido objeto central da dissertação, observou-se que no caso brasileiro, a definição da posição negociadora esteve mais relacionada às questões econômicas e menos com as questões ideológicas. O motor do interesse brasileiro na rodada era a liberalização do comércio de bens agrícolas, reflexo dos interesses econômicos do país, as questões gerais relativas ao desenvolvimento, no entanto, estiveram presentes no discurso e nas propostas divulgadas. A relação se inverte no caso indiano, há maior componente ideológico e menor econômico. Justifica-se o argumento no fato de que mesmo no setor em que o país apresenta certa vantagem competitiva, serviços, o discurso e as propostas tinham uma natureza mais protecionista.

Na participação do Brasil na Rodada, percebe-se maior propensão à liberalização do comércio do que na Rodada Uruguaí. Talvez possa ser explicado pelas reformas econômicas da década de 1990 que tornou os grupos de interesses domésticos mais sensíveis ao ambiente internacional. A Índia, por seu turno, continuava com o discurso reivindicatório em favor do tratamento especial e diferenciado dos países em desenvolvimento com um posicionamento protecionista.

As mudanças de chefia nos Ministérios responsáveis pelas negociações comerciais tiveram efeitos diferentes nos dois países. No Brasil, a passagem do governo Fernando Henrique Cardoso, para o

governo de Luís Inácio Lula da Silva não mudou a essência dos interesses e da posição negociadora, mas modificou as estratégias de negociação. Passou-se do ativismo moderado, no governo Cardoso, para o ativismo empírico de formação de alianças estratégicas com países emergentes, no governo Lula. Para compreender a pequena mudança, é necessário considerar o alto nível de institucionalização do Ministério das Relações Exteriores, com longa tradição de autonomia, e o fato de que o chefe da missão brasileira em Genebra, no primeiro governo, se tornou Ministro de Estados das Relações Exteriores no segundo. Na Índia, a mesma coalizão governou o país por todo o período analisado. A troca do Ministro do Comércio e Indústria não alterou a ação indiana na OMC, o primeiro era um político de longa carreira de um partido regional o DMK, Murasoli Maran, e o segundo, o ex-Secretário Geral do BJP, Arun Jaitley.

O desenrolar das negociações levaram os dois países a aumentar o número de propostas submetidas, visível nas tabelas dos anexos A e B. A cada nova reunião aumentava o número de proposições. No caso brasileiro, houve também mudança no tipo de proposição apresentada. Primeiro, havia maior ocorrência de propostas isoladas ou em companhia dos países do MERCOSUL, ao término, cresceram as propostas em grupo.

Ao analisar as reuniões separadamente, sublinha-se que, em Seattle, o malogro da reunião não foi definido pela atuação de Brasil e Índia, ainda que possa ser atribuir algum relevo aos seus papéis. Em Doha, os países conseguiram alcançar alguns dos seus objetivos na IV Reunião Ministerial da OMC, principalmente, quando atuavam em

coalizões, a exemplo do acordo TRIPS e saúde pública. E em Cancún, os dois países, atuando conjuntamente em uma coalizão forte, conseguiram bloquear as negociações.

Aflora, dessas constatações, o questionamento primordial da pesquisa: sob quais condições Brasil e Índia conseguem interferir nas negociações multilaterais de comércio? A resposta é a ratificação da hipótese inicial: Brasil e Índia, mesmo submetidos a restrições do sistema internacional, conseguem influenciar as negociações multilaterais de comércio, quando se aliam a outras potências emergentes na constituição de coalizões. É necessário, entretanto, complementá-la com o que segue: quando constituem coalizões fortes aliando-se a pelo menos uma outra potência emergente, exercendo liderança sobre países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, desde que consigam evitar defecções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo Paiva. "O Brasil na Rodada do Uruguai do GATT: 1982 – 1993". In: FONSECA, Gelson. **Temas de Política Externa Brasileira II**, volume 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade;UFRGS, 1998.

_____. "Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula". In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 47, n. 1, 2004. pp 162-184.

AMORIM, Celso. O Brasil em Cancún. In: **Jornal Valor Econômico**, 09/09/2003.

_____. "A lição de Cancún". In: **Política Externa**. Vol. 12, n. 3, dez-jan-fev 2003-2004. pp 27-36.

_____. "A OMC pós-Seattle". In: **Política Externa**. Vol. 8, n. 4, mar-abr-mai 2000. pp. 100-115

ANDERSON, Kym. "Agriculture's multifunctionality and the WTO". In: **Workshop on Emerging Trade Issues in Agriculture**, Paris, October 1998. Disponível em: <www.cedla.uva.nl/pdf/Agriculture's%20Multifunctionality%20and%20the%20WTO,%20Kym%20Anderson.pdf>. Acessado em 26/06/2006.

BAER, Werner. **Economia Brasileira**. 2º ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BALDWIN, David. **Neorealism and Neoliberalism: the contemporary debate**. New York: Columbia University Press. (1993)

BAUMMAN, Renato. "Interesses comuns da Ásia e da América Latina na arquitetura global". In: BENECKE, Dieter, NASCIMENTO, Renata, FENDT, Roberto (org.). **Brasil: na arquitetura comercial global**. Rio de Janeiro – Konrad Adenauer, 2003.

BHATTACHARYA. B.B. "Índia: uma percepção da globalização". In: FENDT, Roberto et al. [Org]. **Brasil na arquitetura comercial global**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2003. pp. 315-325.

CAMPOS. Roberto. **A lanterna na popa**. 2 vols. São Paulo: Ed. Topbooks, 2004.

CAPORASO. James. "International relations theory and multilateralism: the search for foundations". In.: **International Organization**, vol. 46, n. 3, Summer 1992. pp 600 -631.

CARVALHO, Maria Izabel V. Estruturas domésticas e grupos de interesse: a formação da posição brasileira para Seattle. In: **Contexto Internacional**, vol. 25, n. 2, julho/dezembro, 2003. Pp. 363 – 401.

_____. V. Institutions and preferences: US,EU and Brazil in the Agriculture Negotiation of the Doha Round. In: **Annual Meeting of the international Studies Association, 2005, Honolulu**. ISA Conference Paper Archive 2005 Honolulu, 2005

CERVO, Amado, BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

CERVO, Amado. "Relações internacionais do Brasil: um balance da Era Cardoso". In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 45, n. 1, 2002. pp. 5 – 35.

CHAULIA, Sreeram. "BJP, India's Foreign Policy and the Realist Alternative to the Nehruvia Tradition". In.: **International Politics**, vol. 39, June 2002, pp. 215 – 234.

CNI. "A participação brasileira na reunião de Seattle". In: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Comércio Exterior em Perspectiva**. Ano 9, nº. 2, novembro. 1999.

_____. "A União Européia frente à Rodada do Milênio". In: Confederação Nacional da Indústria. **Comércio Exterior em perspectiva**. Ano 8, nº. 11, agosto, 1999.

_____. "O difícil processo de preparação da Rodada do Milênio". In: Confederação Nacional da Indústria. **Comércio Exterior em perspectiva**. Ano 8, nº. 8, maio, 1999.

CORREIA, Luiz Felipe de Seixas. "Rodada de Doha: os primeiro três meses de atividades. In: Panorama da Conjuntura Internacional, n. 13, ano 4, mai-jun/04. São Paulo: USP.

COSTA, Carla. **Economia e Política da Construção Européia: os desafios do processo de integração**. Lisboa: Editora Terramar. 2004. p. 196-199.

CRANE, George et AMAWI, Abla [ed.]. **The theoretical evolution of international political economy: a reder**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

DEUTSCH, Morton. "Cooperation and Competition," in **The Handbook of Conflict Resolution: Theory and Practice**, DEUTSCH, Morton et COLEMAN, Peter (ed.). San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 2000.

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, durante a III Sessão da Conferência Ministerial da OMC, em Seattle, 30/11/1999. Disponível em <www.mre.gov.br>. Acessado em 20/10/2006.

Discurso do Ministro Celso Lafer por ocasião da reunião na FIESP: "A conferência Ministerial de Doha: a avaliação do Brasil". São Paulo, 3 de dezembro de 2001. Disponível em <www.mre.gov.br>. Acessado em 20/10/2006.

Discurso do Ministro Celso Lafer por ocasião da reunião na FIESP: "A conferência Ministerial de Doha: a avaliação do Brasil". São Paulo, 3 de dezembro de 2001. Disponível em <www.mre.gov.br>. Acessado em 20/10/2006.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, na V Reunião Ministerial da OMC, em Cancún, 11 de setembro de 2003. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acessado em 26/10/2006.

Discurso do Ministro do Comércio e da Indústria, senhor Murasoli Maran, no Senado (Rajya Sabha) e na Câmara (Lok Sabha) indianos, respectivamente, nos dias 21 e 22 de novembro de 2001. In: MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 3, nº. 10/11, outubro-novembro, 2001. Nova Deli. p. 1-2. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16 out. 2006.

Discurso do Ministro ^{Ramakrishna Hegde, d}o *Ministry of Commerce and Industry* na II Reunião Ministerial da OMC, em Genebra, de 18 a 20 de maio de 1998. < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

Discurso do Ministro Shri Murasoli Maran do *Ministry of Commerce and Industry* na III reunião Ministerial da OMC, 30 de novembro de 1999. In: MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. *India & the WTO*, vol. 1, nº. 11/12, Novembro e dezembro de 1999. Nova Deli. p. 4 Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, professor Celso Lafer, por ocasião da reunião da FIESP: “A conferência ministerial de Doha: a avaliação do Brasil”. São Paulo, 3 de dezembro de 2001. Disponível em : <www.mre.gov.br>. Acessado em 20/10/2006.

DUPON, Christopher. **La négociation: conduite, théorie, applications**. Paris: Editions Dalloz, 1994.

Entrevista coletiva concedida pelo senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, sobre a atuação do Governo brasileiro na Organização Mundial de Comércio. Palácio do Itamaraty, Brasília, 05 de setembro de 2001. Disponível em <<www.mre.gov.br>>. Acessado em 20/10/2006.

FICHER, Roger, et URY, William, **Getting to Yes: Negotiating Agreement Without Giving In**, 2nd edition,. New York: Ed. Bruce Patton, 1991.

FICHER, Roger. "Negotiating Power: Getting and Using Influence," pp. 127-140. In BRESLIN, William et RUBIN, Jeffrey. **Negotiation Theory and Practice**. Cambridge: Program on Negotiation Books, 1991.

Fundo Monetário Internacional. *World Economic Outlook Database*. Abril, 2006.

GANCULY, Sumit. "India's Foreign Policy Grows up". **World Policy Journal**. N. 4, 2003/04, p. 41-47.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 26.

GONÇALVES, Reinaldo et al. **A nova economia internacional – uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus. 1998. p. 56

HAGGARD, Stephen et SIMMONS, Beth. "Theories of International Regime". In: LIPSON, Charles et COHEN, Benjamin (ed.). **Theory and structure in International Political Economy – an International Organization reader**. Cambridge, Massachusetts and Londo: The MIT Press. 2nd Print. 2000. pp 179 – 205.

HAMPSON, Fen Osler et HART, Michael. **Multilateral Negotiations: lessons from arms control, trade, and the environment**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

HELD, David [et. Al.]. **Global Transformation**. Stanford: Stanford Press, 1999.

HURRELL, Andrew et NARLIKAR, Amrita. "The New Politics of Confrontation: Developing Countries at Cancun and Beyond". accepted for publication, **Global Society**, Summer 2006. Disponível em <<
www.law.nyu.edu/kingsburyb/fall05/globalization/Hurrell%20&%20Narlikar,%20Brazil,%20India,%20Global%20South%20Aug%202005%200s.pdf>>. Acessado em 26/10/2006.

INDIAN DELEGATION. "India & the WTO". Disponível em <www.indianembassy.org/policy/WTO/overview.html>. Acessado em 24/10/2006.

JENKINS, Rob. **Democratic Politics and Economic Reform in India**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

KEOHANE, Robert. "The demand for international regimes." In: KRASNER, Stephen. **International Regimes**. 8 edição. Ithaca: Cornell University Press. 1995.

_____. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

_____. **International Institutions and State power: essays in international relations theory**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1989.

KHILNANI, Sunil. **The idea of Índia**. 3rd edition. London: Penguin Books, 2003.

KINDLEBERGER, Charles. **The world in depression**. Berkeley: University of California Press, 1973.

KRASNER, Stephen. **International Regimes**. 8 edição. Ithaca: Cornell University Press. 1995.

_____. *State power and structure of international trade*. In: **World Politics**. n. ° 28, 1976, pp – 317-346.

_____. *Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variables*, pp. 5-10. In: KRASNER, Stephen [ed.]. **International Regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1995, pp 01-21.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAGO, Luiz Aranha. A retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967 – 1973. In: ABREU, Marcelo [Org.]. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889 – 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp 233 – 294.

LEWICKI, Roy J, SAUNDERS, David M. et MINTON, John W. **Negotiation**. 3rd Edition. San Francisco: Irwin McGraw-Hill, 1999.

MARTIN. Lisa. "Interests, power, and multilateralism". In: **International Organization**, vol. 46, n. 4, Autumm, 1992. pp 765 – 792.

MATTOO, Aaditya e SUBRAMANIAN, Arvind. **India and Multilateral System after Seattles: toward a proactive role**. New Delhi: World Bank Press, 2000.

MEARSHEIMER, J. "The false premise of international institutions". In: **International Security**, n. 19, vol. 3:5-49. 1995.

MINISTRY OF COMMERCE AND INDUSTRY. **India & the WTO**, vol. 1, nº. 11/12, Novembro e dezembro de 1999. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html>. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 1, nº. 2, February 1999. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006

_____. **India & the WTO**, vol. 1, nº. 6, Julho 1999. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 2, nº. 2, Fevereiro 2000. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 3, nº. 1, Janeiro 2001. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 3, nº. 2, Fevereiro 2001. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 3, nº. 5, Maio 2001. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 3, nº. 6-7, Junho e Julho, 2001. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 3, nº. 8, Agosto 2001. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 5, nº. 1, Janeiro, 2003. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 5, nº. 1, Janeiro, 2003. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 5, nº. 2, Fevereiro, 2003. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

_____. **India & the WTO**, vol. 5, nº. 6-7, Junho-Julho, 2003. Nova Deli. Disponível em < commerce.nic.in/newspg.html >. Acessado em 16/10/2006.

MISSÃO DO BRASIL EM GENEVRA. “ A Carta de genebra”, ano 1, vol. 7, agosto de 2002.

_____. “A Carta de genebra”, ano 2, vol. 1, janeiro de 2003.

_____. “A Carta de genebra”, ano 1, vol. 1, janeiro de 2002.

_____. “A Carta de genebra”, ano 2, vol. 5, maio/junho de 2003.

_____. “A Carta de genebra”, ano 2, vol. 6, setembro de 2003. P.1-2

NARLIKAR, Amrita et ODEL, John. “The strict distributive strategy for bargaining coalition: the Like Minded Group in the World Trade Organization. In: Conference on Developing Countries and the Trade Negotiation Process, UNCTAD, Geneva, 6-7 November 2003.

NARLIKAR, Amrita et TUSSIE, Diana. “O G-20 e a Reunião Ministerial de Cancún: os países em desenvolvimento e suas novas coalizões”. In: Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº. 79. Disponível em << http://www.latin.org.ar/pdfs/rbce_dtyamrrita.pdf>>, Acessado em 26/10/2006.

ODELL, John. **Negotiating Trade: Development Countries in the WTO and NAFTA**. Cambridge: Cambridge press, 2006.

OLSON, Mancur. **The logic of Collective Action**. New York: Schocken, 1968.

PAGE, Sheila. **Developing Countries in GATT/WTO Negotiations**. London: Overseas Development Institute Press, 2002.

PIO, Carlos. **Relações Internacionais: economia política e globalização**. Brasília: IBRI, 2002.

RANA. A. P. “The Intellectual Dimensions of India's Nonalignment”. In.: **The Journal of Asian Studies**, Vol. 28, No. 2. (Feb., 1969).

RIBIN, Jeffrey Z. et BRAUN, Bert. **The Social Psychology of Bargaining and negotiation**. New York: Academic, 1975.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. **Relações Internacionais - terias e agendas**. Brasília: IBRI, 2002.

RODRIGUES, Roberto. "Terra, gente e tecnologia impulsionam crescimento do agronegócio brasileiro". In: **REVISTA USP**. São Paulo: USP, n.64, p. 50-57, dezembro/fevereiro, 2004-2005.

RUBIN, Jeffrey e BROWN, B. **The social psychology of bargaining and negotiation**. Orlando: Academic Press, 1975.

RUGGIE, John. "Multilateralism: the anatomy of an institution". In: **International Organization**, vol. 46, n. 3 (summer, 1992), pp. 561-598.

_____. **Constructing the world polity – essays on international institutionalization**. London: Routledge. 1998.

SINGH, J.P. et GILCHRIST, Sarah. "Visible Negotiation: Globalism, Domestic Politics and Culture" In: **43rd Annual ISA Convention**, "Dissolving Boundaries: the nexus between comparative politics and international Relations", 2002, New Orleans, Louisiana.

SOUZA, Nali. **Desenvolvimento Econômico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SPERO, John et HART, Jeffrey. **The Politics of International Economic Relations**. Sixth Edition. Belmont: Wadsworth;Thomson Learning, 2003.

STRANGE, Susan. *Cave hic dragones: a critique of regime analyses*, p. 337. In: KRASNER. Stephen [ed.]. **International Regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1995, pp 337-368.

_____. **States and markets: an introduction to international political economy**. Londres: Piter. 1988.

THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

VAZ, Alcides. **Cooperação, integração e processo negociador – a construção do MERCOSUL**. Brasília: IBRI, 2002.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **The Road to Doha and beyond – a road map for successfully concluding the Doha Development Agenda**. Geneva: Press Release, 2002.

YOUNG, Oran. “A eficácia das instituições internacionais: alguns casos difíceis e algumas variáveis críticas”. In.: ROSENAU, James et CZEMPIEL, Ernst-Otto (org.). **Governança sem governo – ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora UnB. 2000.

_____. “Regime dynamics: the rise and fall of international regimes”. In: KRASNER, Stephen (org.). **International Regimes**. 8 edição. Ithaca: Cornell University Press. 1995. pp. 93-113.

_____. **International Regimes: Problems of concept formation**. In: World Politics. Vol. 32, April, 1980.

ZARTMAN, William. “Negotiating from asymmetry: the north-south stalemate”, In: **Negotiation Journal** 1, n. 2 (1985), pp 121-138.

_____. “Two Company and more’s a crowd. The complexities of Multilateral Negotiation” In.: ZARMAN. William [Org.]. **International multilateral: approaches to the management of complexity**. Jossey Bass-Publishers, São Francisco. 2004.

ZARTMAN, William e BERMAN, M. **The practical negotiator**. Yale University Press, 1982.

ANEXO A

Tabela 1. Proposições brasileiras para a III Reunião Ministerial da OMC.

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil ¹⁹⁸	Data
WT/MIN(99)/ST/5	Ministerial Conference, Seattle - Brazil - Statement by H.E. Mr. Luiz Felipe Lampreia, Minister of Foreign Relations	01/12/1999
WT/GC/W/333	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Services - Communication from Brazil	23/09/1999
WT/GC/W/334	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Transparency in Food Aid - Communication from MERCOSUL (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay)	23/09/1999
WT/GC/W/334/Add.1 WT/GC/W/335/Add.1 WT/GC/W/336/Add.1 WT/GC/W/337/Add.1	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Transparency in Food Aid - Tariff-Rate Quotas - Special Safeguards (SSGs) -Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay) - Addendum	23/09/1999
WT/GC/W/335	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Tariff-Rate Quotas - Communication from MERCOSUL (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay)	23/09/1999
WT/GC/W/336	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Special Safeguards (SSGs) - Communication from MERCOSUL (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay)	23/09/1999
WT/GC/W/337	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - State Trading Enterprises - Communication from MERCOSUL (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay)	23/09/1999
WT/GC/W/269	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - The Anti-Dumping Agreement - Communication from Brazil	26/07/1999
WT/GC/W/270	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - The Agreement on Subsidies and Countervailing Measures - Communication from Brazil	26/07/1999
WT/GC/W/271	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - The Agreement on Trade-Related Investment Measures (TRIMs) - Communication from Brazil	26/07/1999

¹⁹⁸ Dados obtidos no banco de dados *on line* da Organização Mundial de Comércio. Disponível em: <http://docsonline.wto.org/>

Tabela 2. Proposições brasileiras para a IV Reunião Ministerial da OMC.

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
G/ADP/M/17	Committee on Anti-Dumping Practices - Minutes of the Regular Meeting Held on 2 and 3 November 2000	09/04/2001
G/AG/R/23/Corr.1	Committee on Agriculture - Summary Report of the Meeting held on 28 June 2000 - Note by the Secretariat - Corrigendum	05/04/2001
G/AG/NG/W/149	Committee on Agriculture - Special Session - Seventh Special Session of the Committee on Agriculture - 26 - 28 March 2001 - Statement by Brazil	04/04/2001
G/AG/NG/W/139 G/AG/W/50	Committee on Agriculture - Special Session - WTO Negotiations on Agriculture - Export Credits for Agricultural Products - Proposal by MERCOSUR (Argentina, B[...] Guatemala, India and Malaysia	20/03/2001
G/C/W/255	Council for Trade in Goods - Introduction of Harmonized System Changes into WTO Schedules of Tariff Concessions on 1 January 1996 - Draft Decision on Extension of Time-Limit	19/03/2001
G/TBT/ENQ/18	Committee on Technical Barriers to Trade - National Enquiry Points - Note by the Secretariat	19/03/2001
G/TBT/GEN/N/2	Committee on Technical Barriers to Trade - Notifications Issued during the Month of February 2001 - Note by the Secretariat	19/03/2001
G/AG/NG/W/104/Corr.1	Committee on Agriculture - Special Session - State Trading Enterprises - Proposal by Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay (MERCOSUR), Bolivia, Chile and Colombia – Corrigendum	14/02/2001
S/CSS/W/13/Corr.1	Conseil du commerce des services - Session extraordinaire - Communication de l'Argentine, du Brésil, de Cuba, d'El Salvador, du Honduras, de l'Inde, de l'In[...]es négociations - Corrigendum	06/02/2001
G/AG/NG/W/104	Committee on Agriculture - Special Session - State Trading Enterprises - Proposal by Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay (MERCOSUR), Chile and Colombia	23/01/2001
G/AG/NG/W/93	Committee on Agriculture - Special Session - WTO Negotiations on Agriculture - Cairns Group Negotiating Proposal - Export Restrictions and Taxes	21/12/2000
G/AG/NG/W/54/Corr.1	Comité de Agricultura - Serie de reuniones extraordinarias - Negociaciones de la OMC sobre la Agricultura - Propuesta de negociación del Grupo de Cairns - A[...]o a los mercados – Corrigendum	30/11/2000
G/AG/NG/W/104/Corr.1	Committee on Agriculture - Special Session - State Trading Enterprises - Proposal by Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay (MERCOSUR), Bolivia, Chile and Colombia – Corrigendum	14/02/2000
S/CSS/W/13/Corr.1	Conseil du commerce des services - Session extraordinaire - Communication de l'Argentine, du Brésil, de Cuba, d'El Salvador, du Honduras, de l'Inde, de l'In[...]es négociations - Corrigendum	06/02/2001
G/AG/NG/W/104	Committee on Agriculture - Special Session - State Trading Enterprises - Proposal by Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay (MERCOSUR), Chile and Colombia	23/01/2001
G/AG/NG/W/93	Committee on Agriculture - Special Session - WTO Negotiations on Agriculture - Cairns Group	21/12/2000

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
	Negotiating Proposal - Export Restrictions and Taxes	
G/AG/NG/W/54/Corr.1	Comité de Agricultura - Serie de reuniones extraordinarias - Negociaciones de la OMC sobre la Agricultura - Propuesta de negociación del Grupo de Cairns - A[...]o a los mercados – Corrigendum	30/11/2000
G/AG/NG/W/62	Committee on Agriculture - Special Session - Fourth Special Session of the Committee on Agriculture - 15 - 17 November 2000 - Statement by Brazil	30/11/2000
G/AG/W/48	Committee on Agriculture - Statement by Brazil	28/11/2000
IP/C/W/228	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Review of Article 27.3(b) - Communication from Brazil	24/11/2000
S/CSS/W/13	Conseil du commerce des services - Session extraordinaire - Communication de l'Argentine, du Brésil, de Cuba, d'El Salvador, du Honduras, de l'Inde, de l'In[...]océdures pour les négociations	24/11/2000
G/AG/W/47	Committee on Agriculture - Contribution by Mercosur (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay) to the 14 - 15 November 2000 Regular Meeting of the Committee [...]r Part I, Item G of the Agenda	14/11/2000
S/CSS/W/13/Corr.1	Conseil du commerce des services - Session extraordinaire - Communication de l'Argentine, du Brésil, de Cuba, d'El Salvador, du Honduras, de l'Inde, de l'In[...]es négociations - Corrigendum	06/02/2001
G/AG/NG/W/104	Comité de l'agriculture - Session extraordinaire - Entreprises commerciales d'Etat - Proposition de l'Argentine, le Brésil, le Paraguay et l'Uruguay (MERCOS[...]), le Chili et la Colombie	23/01/2001
G/AG/NG/W/93	Committee on Agriculture - Special Session - WTO Negotiations on Agriculture - Cairns Group Negotiating Proposal - Export Restrictions and Taxes	21/12/2000
G/AG/NG/W/54/Corr.1	Comité de Agricultura - Serie de reuniones extraordinarias - Negociaciones de la OMC sobre la Agricultura - Propuesta de negociación del Grupo de Cairns - A[...]o a los mercados – Corrigendum	30/11/2000
G/AG/NG/W/62	Committee on Agriculture - Special Session - Fourth Special Session of the Committee on Agriculture - 15 - 17 November 2000 - Statement by Brazil	30/11/2000
G/AG/W/48	Committee on Agriculture - Statement by Brazil	28/11/2000
IP/C/W/228	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Review of Article 27.3(b) - Communication from Brazil	24/11/2000
S/CSS/W/13	Conseil du commerce des services - Session extraordinaire - Communication de l'Argentine, du Brésil, de Cuba, d'El Salvador, du Honduras, de l'Inde, de l'In[...]océdures pour les négociations	24/11/2000
G/AG/W/47	Committee on Agriculture - Contribution by Mercosur (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay) to the 14 - 15 November 2000 Regular Meeting of the Committee [...]r Part I, Item G of the Agenda	14/11/2000
G/AG/NG/W/54	Committee on Agriculture - Special Session - WTO Negotiations on Agriculture - Cairns Group Negotiating Proposal - Market Access	10/11/2000
G/TBT/W/151	Committee on Technical Barriers to Trade - Brazilian Proposal on Technical Cooperation for the Second Triennial Review of the WTO Agreement on Technical Bar[...]de - Communication from Brazil	07/11/2000
G/ADP/AHG/W/104	Committee on Anti-Dumping Practices - Ad Hoc	26/10/2000

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
	Group on Implementation - Draft Recommendation Concerning Matters to be Included in Preliminary Affirmative Det[...]/minations - Comments by Brazil	
G/AG/NG/W/93	Comité de Agricultura - Serie de reuniones extraordinarias - Negociaciones de la omc sobre la Agricultura - Propuesta de negociación del Grupo de Cairns - R[...]/s e impuestos a la exportación	21/12/2000
G/AG/NG/W/54/Corr.1	Comité de Agricultura - Serie de reuniones extraordinarias - Negociaciones de la OMC sobre la Agricultura - Propuesta de negociación del Grupo de Cairns - A[...]/o a los mercados – Corrigendum	30/11/2000
G/TBT/W/151	Committee on Technical Barriers to Trade - Brazilian Proposal on Technical Cooperation for the Second Triennial Review of the WTO Agreement on Technical Bar[...]/de - Communication from Brazil	07/11/2000
G/ADP/AHG/W/104	Committee on Anti-Dumping Practices - Ad Hoc Group on Implementation - Draft Recommendation Concerning Matters to be Included in Preliminary Affirmative Det[...]/minations - Comments by Brazil	26/10/2000
G/ADP/AHG/W/102	Committee on Anti-Dumping Practices - Ad Hoc Group on Implementation - Possibly Relevant Criteria Regarding Conditions of Competition for Consideration in D[...]/AHG/W/93) - Comments by Brazil	25/10/2000
G/ADP/AHG/W/103	Committee on Anti-Dumping Practices - Ad Hoc Group on Implementation - Questions Raised by Members Concerning Practical Issues and Experience in Applying Ar[...]/cle 2.4.2 - Comments by Brazil	25/10/2000
IP/N/1/BRA/2	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Notification of Laws and Regulations under Article 63.2 of the Agreement – Brazil	04/10/2000
G/ADP/AHG/W/102	Comité des pratiques antidumping - Groupe de travail spécial de la mise en oeuvre de l'Accord - Critères concernant les conditions de concurrence pouvant ê[...]/W/93) - Observations du Brésil	25/10/2000
G/ADP/AHG/W/103	Committee on Anti-Dumping Practices - Ad Hoc Group on Implementation - Questions Raised by Members Concerning Practical Issues and Experience in Applying Ar[...]/cle 2.4.2 - Comments by Brazil	25/10/2000
G/AG/NG/S/18	Committee on Agriculture - Special Session - Operation of the Green Box - Issues Raised by Members in AIE papers and Pre-Seattle Submissions - A Compilation by the Secretariat	16/10/2000
G/ADP/D27/1 G/L/397 WT/DS208/1	Turkey - Anti-Dumping Duty on Steel and Iron Pipe Fittings - Request for Consultations from Brazil	12/10/2000
IP/N/1/BRA/2	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Notification of Laws and Regulations under Article 63.2 of the Agreement – Brazil	04/10/2000
G/C/W/228	Council for Trade in Goods - Introduction of Harmonized System Changes into WTO Schedules of Tariff Concessions on 1 January 1996 - Draft Decision on Extension of Time-Limit	03/10/2000
G/AG/NG/W/38	Committee on Agriculture - Special Session - Export Subsidies - Food Security or Food Dependency? - A Discussion Paper Presented by Argentina, Brazil, Parag[...]/Chile, Bolivia and Costa Rica	27/09/2000
G/AG/NG/W/38	Committee on Agriculture - Special Session - Export Subsidies - Food Security or Food Dependency? - A	27/09/2000

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
	Discussion Paper Presented by Argentina, Brazil, Parag[...]Chile, Bolivia and Costa Rica	
IP/N/1/BRA/C/1	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Main Dedicated Intellectual Property Laws and Regulations notified under Article 63.2 of the Agreement – Brazil	19/09/2000
IP/N/1/BRA/C/2	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Main Dedicated Intellectual Property Laws and Regulations notified under Article 63.2 of the Agreement – Brazil	19/09/2000
IP/N/1/BRA/I/1	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Main Dedicated Intellectual Property Laws and Regulations Notified Under Article 63.2 of the Agreement – Brazil	19/09/2000
IP/N/1/BRA/P/1	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Main Dedicated Intellectual Property Laws and Regulations Notified under Article 63.2 of the Agreement – Brazil	19/09/2000
IP/N/1/BRA/P/3	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Main Dedicated Intellectual Property Laws and Regulations notified under Article 63.2 of the Agreement – Brazil	19/09/2000
IP/N/1/BRA/P/4	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Main Dedicated Intellectual Property Laws and Regulations Notified under Article 63.2 of the Agreement - Brazil	19/09/2000
G/AG/NG/W/38	Committee on Agriculture - Special Session - Export Subsidies - Food Security or Food Dependency? - A Discussion Paper Presented by Argentina, Brazil, Parag[...]Chile, Bolivia and Costa Rica	27/09/2000
G/TBT/W/140	Committee on Technical Barriers to Trade - Brazilian Proposals to the Second Triennial Review of the Agreement on Technical Barriers to Trade - Contribution from Brazil	28/07/2000
G/RO/W/58	Committee on Rules of Origin - Status of the Harmonization Work Programme - Submission by Brazil	21/07/2000
G/TBT/W/140	Committee on Technical Barriers to Trade - Brazilian Proposals to the Second Triennial Review of the Agreement on Technical Barriers to Trade - Contribution from Brazil	28/07/2000
G/RO/W/58	Committee on Rules of Origin - Status of the Harmonization Work Programme - Submission by Brazil	21/07/2000
S/C/W/160	Council for Trade in Services - Communication from Brazil - Fourth Protocol - Revised Schedule of Specific Commitments	13/07/2000
G/AG/NG/W/22	Second Special Session of the Committee on Agriculture - Special Session - 29 - 30 June 2000 - Statement by Brazil	11/07/2000
G/AG/NG/W/11	Committee on Agriculture - Special Session - WTO Negotiations on Agriculture - Cairns Group Negotiating Proposal - Export Competition	16/06/2000
G/ADP/AHG/W/90	Committee on Anti-Dumping Practices - Ad Hoc Group on Implementation - Practical Issues and Experience in Applying Article 2.4.2 - Practical Issues and Expe[...] Article 9.5 - Paper by Brazil	25/04/2000
S/CSS/W/2	Council for Trade in Services - Special Session - Communication from MERCOSUR Members	14/04/2000

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
	(Argentina, Brazil, Paraguay, Uruguay) - Elements of a Proposed First [...]andated under GATS Article XIX	
IP/N/6/BRA/1	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Checklist of Issues on Enforcement - Responses from Brazil	24/03/2000

Tabela 3. Proposições brasileiras para a V Reunião Ministerial da OMC.

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
G/ADP/N/100/BRA	Committee on Anti-Dumping Practices - Notification Concerning the Time-Period for Determination of Negligible Import Volumes under Article 5.8 of the Agreement - Brazil	13/02/2003
G/ADP/Q1/BRA/10 G/SCM/Q1/BRA/10	Committee on Anti-Dumping Practices - Committee on Subsidies and Countervailing Measures - Notification of Laws and Regulations under Articles 18.5 and 32.6[...]ing the Notification of Brazil	07/10/2002
G/ADP/Q1/BRA/10 G/SCM/Q1/BRA/10	Committee on Anti-Dumping Practices - Committee on Subsidies and Countervailing Measures - Notification of Laws and Regulations under Articles 18.5 and 32.6[...]ing the Notification of Brazil	07/10/2002
G/ADP/Q1/BRA/11 G/SCM/Q1/BRA/11	Committee on Anti-Dumping Practices - Committee on Subsidies and Countervailing Measures - Notification of Laws and Regulations under Articles 18.5 and 32.6[...]ing the Notification of Brazil	08/11/2002
G/C/22 G/SG/N/13/BRA/2	Committee on Safeguards - Notification under Article 12.5 of the Agreement on Safeguards of the Results of a Mid-Term Review Referred to in Article 7.4 – Brazil	03/10/2002
G/C/37	Council for Trade in Goods - Waiver Concerning Kimberley Process Certification Scheme for Rough Diamonds - Notification by Brazil	20/10/2003
G/C/M/68	Council for Trade in Goods - Minutes of the Meeting of the Council for Trade in Goods - 23 January and 26 February 2003	06/03/2003
G/C/M/68	Conseil du commerce des marchandises - Compte rendu de la réunion du Conseil du commerce des marchandises tenue le 23 janvier et le 26 février 2003	06/03/2003
G/C/W/428 G/TRIMS/W/25	Council for Trade in Goods - Committee on Trade-Related Investment Measures - Communication from Brazil and India	09/10/2002
G/C/W/428 G/TRIMS/W/25	Council for Trade in Goods - Committee on Trade-Related Investment Measures - Communication from Brazil and India	09/10/2002
G/C/W/432/Rev.1	Council for Trade in Goods - Waiver concerning Kimberley Process Certification Scheme for Rough Diamonds - Communication from Australia, Brazil, Canada, Isr[...]s and United States – Revision	24/02/2003
G/C/W/432/Rev.1	Council for Trade in Goods - Waiver concerning Kimberley Process Certification Scheme for Rough Diamonds - Communication from Australia, Brazil, Canada, Isr[...]s and United States – Revision	24/02/2003
G/LIC/Q/BRA/1	Committee on Import Licensing - Brazil's Import Licensing Requirements for Chemical Products and Goods Related to Nuclear Applications - Questions from the United States to Brazil	21/10/2003
G/MA/123	Committee on Market Access - Schedule III - Brazil - Invocation of Paragraph 5 of Article XXVIII	12/12/2002

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
G/MA/IDB/2/Rev.16	Comité de l'accès aux marchés - Etat des communications destinées à la Base de données intégrée - Note du Secrétariat - Révision	17/03/2003
G/MA/IDB/2/Rev.17	Comité de l'accès aux marchés - Etat des communications destinées à la base de données intégrée - Note du Secrétariat – Révision	14/10/2003
G/MA/TAR/2/Rev.28	Comité de l'accès aux marchés - Communication de la documentation concernant le SH96 - Note du Secrétariat - Révision	05/06/2002
G/MA/TAR/2/Rev.30	Comité de l'accès aux marchés - Communication de la documentation concernant le SH96 - Note du Secrétariat – Révision	14/03/2003
G/MA/TAR/2/Rev.31	Comité de l'accès aux marchés - Communication de la documentation concernant le SH96 - Note du Secrétariat - Révision	14/10/2003
G/RO/W/90 WT/GC/W/479	General Council - Committee on Rules of Origin - Implications of the Harmonized Rules of Origin on Other WTO Agreements - Submission by Brazil	07/10/2002
G/RO/W/90 WT/GC/W/479	General Council - Committee on Rules of Origin - Implications of the Harmonized Rules of Origin on Other WTO Agreements - Submission by Brazil	07/10/2002
G/RO/W/95	Committee on Rules of Origin - Appendix 1, Definition 2 - Harmonized Non-Preferential Rules of Origin - Submission by India	28/11/2002
G/SCM/M/46	Comité des subventions et des mesures compensatoires - Compte rendu de la réunion ordinaire tenue le 8 mai 2003	23/07/2003
G/SCM/N/71/BRA G/SCM/N/95/BRA	Committee on Subsidies and Countervailing Measures - Subsidies - New and Full and Updating Notifications Pursuant to Article XVI:1 of the GATT 1994 and Arti[...]ntervailing Measures – Brazil	30/07/2003
G/SCM/W/513	Committee on Subsidies and Countervailing Measures - Implementation Related Issues Referred to the Committee by Ministers - Tired 80 - Paper from Brazil	10/06/2002
G/SECRET/HS96/36/Corr.4	1996 Changes in the Harmonized System - Submission of Documentation - Schedule III - Brazil - Corrigendum	13/10/2003
G/SG/55	Committee on Safeguards - Definitive Safeguard Measures Imposed by Brazil on Imports of Coconuts (Desiccated Coconut) - Request for Consultations under Arti[...]of the Agreement on Safeguards	30/10/2002
G/SG/55	Comité des sauvegardes - Mesures de sauvegarde définitives imposées par le Brésil à l'importation de noix de coco (noix de coco desséchée) - Demande de cons[...]e l'Accord sur les sauvegardes	30/10/2002
G/SG/N/10/BRA/3/Suppl.1 G/SG/N/11/BRA/2/Suppl.1 G/SG/N/8/BRA/3/Suppl.1	Committee on Safeguards - Notification under Article 12.1(b) of the Agreement on Safeguards on Finding a Serious Injury or Threat Thereof Caused by Increase[...]efeguards - Brazil – Supplement	10/03/2003

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
G/SG/N/10/BRA/3/Suppl.2 G/SG/N/11/BRA/2/Suppl.2 G/SG/N/8/BRA/3/Suppl.2	Committee on Safeguards - Notification under Article 12.1(b) of the Agreement on Safeguards on Finding a Serious Injury or Threat Thereof Caused by Increase[...] Safeguards - Brazil – Supplement	26/05/2003
G/SG/N/6/BRA/1/Suppl.1	Committee on Safeguards - Notification under Article 12.1(a) of the Agreement on Safeguards on Initiation of an Investigation and the Reasons for it - Brazil - Supplement - (Toys)	14/11/2003
G/SPS/24	Comité des mesures sanitaires et phytosanitaires - Questions et préoccupations liées à la mise en oeuvre - Rapport du Président au Comité des négociations commerciales	15/11/2002
G/SPS/24	Comité des mesures sanitaires et phytosanitaires - Questions et préoccupations liées à la mise en oeuvre - Rapport du Président au Comité des négociations commerciales	15/11/2002
G/SPS/GEN/204/Rev.3	Committee on Sanitary and Phytosanitary Measures - Specific Trade Concerns - Note by the Secretariat – Revision	26/03/2003
G/SPS/GEN/330	Comité des mesures sanitaires et phytosanitaires - Afrique du Sud - Restrictions à l'importation de viandes de boeuf et de porc - Communication du Brésil	17/06/2002
G/SPS/GEN/342	Comité des mesures sanitaires et phytosanitaires - Notifications publiées au cours du mois de septembre 2002 - Note du Secrétariat	04/10/2002
G/SPS/GEN/355	Comité des mesures sanitaires et phytosanitaires - Communautés européennes - Restrictions à l'importation de fruits et de jus de fruits - Communication du Brésil	05/11/2002
G/SPS/N/BRA/62/Corr.1	Committee on Sanitary and Phytosanitary Measures - Notification - Brazil - Mycotoxin - Aflatoxin - Corrigendum	19/06/2002
G/SPS/N/BRA/65/Add.1	Committee on Sanitary and Phytosanitary Measures - Notification - Brazil - Fruits, vegetables, cereals – Addendum	11/12/2002
G/SPS/N/SGP/21/Add.1	Committee on Sanitary and Phytosanitary Measures - Notification of Emergency Measures - Singapore - Beef and mutton products - Addendum	04/03/2003
G/SPS/R/29	Committee on Sanitary and Phytosanitary - Summary of the Meeting Held on 2 - 3 April 2003 - Note by the Secretariat	17/06/2003
G/TBT/2/Add.26/Rev.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Implementation and Administration of the Agreement on Technical Barriers to Trade - Communication from Brazil - Revision	28/10/2002
G/TBT/2/Add.26/Rev.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Implementation and Administration of the Agreement on Technical Barriers to Trade - Communication from Brazil – Revision	28/10/2002
G/TBT/2/Add.26/Rev.1/Suppl.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Implementation and Administration of the Agreement on Technical Barriers to Trade - Communication from Brazil – Supplement	18/12/2002

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
G/TBT/2/Add.26/Rev.2	Committee on Technical Barriers to Trade - Implementation and Administration of the Agreement on Technical Barriers to Trade - Communication from Brazil – Revision	26/06/2003
G/TBT/2/Add.26/Rev.2/Suppl.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Implementation and Administration of the Agreement on Technical Barriers to Trade - Communication from Brazil – Supplement	07/07/2003
G/TBT/GEN/N/22	Committee on Technical Barriers to Trade - Notifications Issued during the Month of October 2002 - Note by the Secretariat	26/11/2002
G/TBT/GEN/N/26	Committee on Technical Barriers to Trade - Notifications Issued during the Month of February 2003 - Note by the Secretariat	12/03/2003
G/TBT/GEN/N/28	Committee on Technical Barriers to Trade - Notifications Issued during the Month of April 2003 - Note by the Secretariat	16/05/2003
G/TBT/GEN/N/29	Committee on Technical Barriers to Trade - Notifications Issued during the Month of May 2003 - Note by the Secretariat	18/06/2003
G/TBT/GEN/N/30	Committee on Technical Barriers to Trade - Notifications Issued during the Month of June 2003 - Note by the Secretariat	11/07/2003
G/TBT/GEN/N/33	Committee on Technical Barriers to Trade - Notifications Issued during the Month of September 2003 - Note by the Secretariat	13/10/2003
G/TBT/N/BRA/105/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Pet food – Addendum	07/08/2003
G/TBT/N/BRA/112/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Soup – Addendum	07/10/2003
G/TBT/N/BRA/112/Corr.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Soup – Corrigendum	28/10/2003
G/TBT/N/BRA/113/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Processed tomato concentrates – Addendum	24/10/2003
G/TBT/N/BRA/114/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Mustard and prepared mustard – Addendum	07/10/2003
G/TBT/N/BRA/114/Corr.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Mustard and prepared mustard – Corrigendum	28/10/2003
G/TBT/N/BRA/115/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Chocolate - Addendum	07/10/2003
G/TBT/N/BRA/119/Corr.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - GMO derived food and food ingredients – Corrigendum	24/07/2003

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
G/TBT/N/BRA/120/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Chicken, duck and guinea-fowl – Addendum	07/10/2003
G/TBT/N/BRA/120/Corr.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Chicken, duck and guinea-fowl – Corrigendum	28/10/2003
G/TBT/N/BRA/16/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Recycling tyres – Addendum	27/10/2003
G/TBT/N/BRA/16/Add.1/Corr.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Recycling tyres - Corrigendum	14/11/2003
G/TBT/N/BRA/17/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Sticks made of wood applied to barbecue (meat) and paper clips - Addendum	24/07/2003
G/TBT/N/BRA/34/Corr.2	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Wheat flours, corn flours and corn products - Corrigendum	01/10/2002
G/TBT/N/BRA/36/Corr.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Pre-packaged goods - Corrigendum	23/10/2002
G/TBT/N/BRA/36/Corr.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Pre-packaged goods – Corrigendum	23/10/2002
G/TBT/N/BRA/39/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Pre-packaged wheat flour – Addendum	21/02/2003
G/TBT/N/BRA/39/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Pre-packaged wheat flour – Addendum	21/02/2003
G/TBT/N/BRA/43/Rev.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Power cables with PVC extruded solid isolation – Revision	24/07/2003
G/TBT/N/BRA/44/Corr.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Gas cookers and ovens – Corrigendum	23/10/2002
G/TBT/N/BRA/53/Add.1	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Pre-packaged goods – Addendum	27/10/2003
G/TBT/N/BRA/53/Add.2	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Pre-packaged goods - Addendum	07/10/2003
G/TBT/N/BRA/62	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Restricted radiation radio communications equipment	02/10/2002
G/TBT/N/BRA/64	Committee on Technical Barriers to Trade - Notification - Brazil - Radio-communication systems	28/10/2002

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
G/TBT/W/214	Committee on Technical Barriers to Trade - Third Triennial Review of the TBT Agreement - Notification procedures related to amended regulations previously notified - Submission from Brazil	27/06/2003
G/TBT/W/214	Committee on Technical Barriers to Trade - Third Triennial Review of the TBT Agreement - Notification procedures related to amended regulations previously notified - Submission from Brazil	27/06/2003
G/TBT/W/215	Committee on Technical Barriers to Trade - Third Triennial Review of the TBT Agreement - Submission from Brazil	27/06/2003
G/TBT/W/221	Committee on Technical Barriers to Trade - Overview of Technical Cooperation Activities Regarding Metrology, Standardization and Conformity Assessment (Reception) - Communication from Brazil	01/07/2003
G/TBT/W/232	Committee on Technical Barriers to Trade - Technical Cooperation and Assistance Programme - Management Model - Submission from Brazil	21/10/2003
G/TMB/R/96	Textiles Monitoring Body - Report of the Ninety-Seventh Meeting	27/03/2003
G/VAL/M/27	Comité de l'évaluation en douane - Compte rendu de la réunion du 6 mai 2002	05/06/2002
G/VAL/W/122	Committee on Customs Valuation - Information on Certain Aspects of the European Communities Valuation Policy - Communication from Brazil	12/08/2003
IP/C/W/303/Add.4	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Review of Legislation - Responses from Brazil to questions posed by Canada and Switzerland - Addendum	02/10/2003
IP/C/W/356/Add.1	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - The Relationship between the TRIPS Agreement and the Convention on Biological Diversity - Additional Knowledge - Addendum	01/11/2002
IP/C/W/356/Add.1	Conseil des aspects des droits de propriété intellectuelle qui touchent au commerce - Relation entre l'Accord sur les ADPIC et la Convention sur la diversité culturelle traditionnelle - Addendum	01/11/2002
IP/C/W/385	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Non-Violation and Situation Nullification or Impairment under the TRIPS Agreement - Communication from Peru, Sri Lanka and Venezuela	30/10/2002
IP/C/W/403	Conseil des aspects des droits de propriété intellectuelle qui touchent au commerce - Relation entre l'Accord sur les ADPIC et la Convention sur la diversité culturelle, la Thaïlande et le Venezuela	24/06/2003
IP/N/3/Rev.7	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Notification of Contact Points under Article 69 of the Agreement - Note by the	19/08/2003

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
	Secretariat - Revision	
S/DCS/W/BRA	Trade in Services - Brazil - Draft Converted Schedule of Specific Commitments	24/01/2003
S/ENQ/78/Rev.2	Council for Trade in Services - Contact and Enquiry Points Notified to the Council for Trade in Services - Note by the Secretariat – Revision	18/06/2002
S/ENQ/78/Rev.3	Council for Trade in Services - Contact and Enquiry Points Notified to the Council for Trade in Services - Note by the Secretariat – Revision	18/12/2002
S/ENQ/78/Rev.4	Council for Trade in Services - Contact and Enquiry Points Notified to the Council for Trade in Services - Note by the Secretariat – Revision	18/03/2003
S/ENQ/78/Rev.5	Council for Trade in Services - Contact and Enquiry Points Notified to the Council for Trade in Services - Note by the Secretariat – Revision	02/12/2003
TN/AG/GEN/7	Statement by the Mercosur Countries, Bolivia and Chile - Agriculture – WTO	18/08/2003
TN/C/W/13	Trade Negotiations Committee - The Doha Agenda: Towards Cancún - Communication from Argentina, Bolivia, Botswana, Brazil, Chile, China, Colombia, Cuba, Dom[...].dia, Malaysia, Mexico, Morocco	06/06/2003
TN/DS/W/45	Dispute Settlement Body - Special Session - Contribution of Brazil to the Improvement of the WTO Dispute Settlement Understanding - Communication from Brazil	11/02/2003
TN/DS/W/45	Dispute Settlement Body - Special Session - Contribution of Brazil to the Improvement of the WTO Dispute Settlement Understanding - Communication from Brazil	11/02/2003
TN/DS/W/45/Rev.1	Dispute Settlement Body - Special Session - Contribution of Brazil to the Improvement of the WTO Dispute Settlement Understanding - Communication from Brazil - Revision	04/03/2003
TN/DS/W/45/Rev.1	Dispute Settlement Body - Special Session - Contribution of Brazil to the Improvement of the WTO Dispute Settlement Understanding - Communication from Brazil – Revision	04/03/2003
TN/MA/W/23	Negotiating Group on Market Access - Market Access for Non-Agricultural Products - Communication from MERCOSUR (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay)	15/01/2003
TN/MA/W/23	Negotiating Group on Market Access - Market Access for Non-Agricultural Products - Communication from MERCOSUR (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay)	15/01/2003
TN/MA/W/45	Negotiating Group on Market Access - Market Access for Non-Agricultural Products - Joint Communication from Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Cos[...].y, Peru, Uruguay and	01/09/2003

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
	Venezuela	
TN/RL/5	Negotiating Group on Rules - Report by the Chairman to the Trade Negotiations Committee	28/03/2003
TN/RL/W/104	Negotiating Group on Rules - Agreements on Anti-Dumping Practices and Subsidies and Countervailing Measures Illustrative Common Issues - Paper by Brazil; Ch[...]/tzerland; Thailand and Turkey	06/05/2003
TN/RL/W/113	Negotiating Group on Rules - Proposal on Prohibition of Zeroing - Paper from Brazil; Chile; Columbia; Costa Rica; Hong Kong, China; Israel; Japan; Korea; Me[...]/pore; Switzerland and Thailand	06/06/2003
TN/RL/W/118	Negotiating Group on Rules - Proposal on Price Undertakings - Paper from Brazil; Chile; Colombia; Costa Rica; Hong Kong, China; Japan; Korea; Norway; the Se[...]/atsu; Switzerland and Thailand	12/06/2003
TN/RL/W/119	Negotiating Group on Rules - Proposal on Lesser Duty - Paper from Brazil; Chile; Colombia; Costa Rica; Hong Kong, China; Israel; Japan; Korea; Mexico; Norwa[...]/nd Matsu; Thailand and Turkey	16/06/2003
TN/RL/W/18	Negotiating Group on Rules - Replies to the Questions/Comments from Australia on TN/RL/W/10 - Paper by Brazil; Chile; Colombia; Costa Rica; Hong Kong, China[...]/re; Switzerland; and Thailand	04/10/2002
TN/RL/W/19	Negotiating Group on Rules - Countervailing Measures: Illustrative Major Issues - Paper by Brazil	07/10/2002
TN/RL/W/19	Negotiating Group on Rules - Countervailing Measures: Illustrative Major Issues - Paper by Brazil	07/10/2002
TN/RL/W/28	Negotiating Group on Rules - General Contribution to the Discussion of the Negotiating Group on Rules on Anti-Dumping Measures - Paper from Brazil; Chile; [...]/tzerland; Thailand; and Turkey	15/11/2002
TN/RL/W/28	Groupe de négociation sur les règles - Contribution générale au débat du Groupe de négociation sur les règles au sujet des mesures antidumping - Document pr[...]/la Thaïlande; et la Turquie	15/11/2002
TN/RL/W/28/Rev.1	Negotiating Group on Rules - General Contribution to the Discussion of the Negotiating Group on Rules on Anti-Dumping Measures - Paper from Brazil; Chile; C[...]/hailand; and Turkey - Revision	22/11/2002
TN/RL/W/29	Negotiating Group on Rules - Third Contribution to Discussion of the Negotiating Group on Rules on Anti-Dumping Measures - Paper from Brazil; Chile; Colombi[...]/tzerland; Thailand; and Turkey	15/11/2002
TN/RL/W/29	Groupe de négociation sur les règles - Troisième contribution au débat du Groupe de négociation sur les règles au sujet des mesures antidumping - Document p[...]/u; la Thaïlande et la Turquie	15/11/2002

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pelo Brasil	Data
TN/RL/W/31	Groupe de négociation sur les règles - Réponses aux questions additionnelles sur notre deuxième contribution (TN/RL/W/10) - Document présenté par le Brésil; [...] Kinmen et Matsu; et la Thaïlande	25/11/2002
TN/RL/W/31	Groupe de négociation sur les règles - Réponses aux questions additionnelles sur notre deuxième contribution (TN/RL/W/10) - Document présenté par le Brésil; [...] Kinmen et Matsu; et la Thaïlande	25/11/2002
TN/RL/W/37	Negotiating Group on Rules - Comments from Australia on Brazil's Paper on Countervailing Measures: Illustrative Major Issues (Document TN/RL/W/19) - Submission by Australia	04/12/2002
TN/RL/W/45	Groupe de négociation sur les règles - Réponses aux questions concernant notre première contribution (TN/RL/W/6) - Document du Brésil, du Chili, de la Colom[...], de la Suisse et de la Thaïlande	27/01/2003
TN/RL/W/46	Negotiating Group on Rules - Fourth Contribution to the Discussion of the Negotiating Group on Rules on Anti-Dumping Measures - Paper by Brazil; Chile; Colo[...], Switzerland; Thailand and Turkey	24/01/2003
TN/RL/W/48/Rev.1	Negotiating Group on Rules - Anti-Dumping Actions in the Area of Textiles and Clothing: Developing Members' Experiences and Concerns - Revision	05/02/2003
TN/RL/W/63	Negotiating Group on Rules - Senior Officials' Statement on Anti-Dumping Negotiations	12/02/2003
TN/RL/W/64	Negotiating Group on Rules - Replies to the Questions Made by the Australian Delegation in Document TN/RL/W/37 - Submission by Brazil	13/02/2003
TN/RL/W/76	Negotiating Group on Rules - Proposal on Sunset - Paper from Brazil; Chile; Colombia; Costa Rica; Hong Kong, China; Israel; Japan; Korea; Norway; the Separat[...], Switzerland; Thailand and Turkey	19/03/2003
TN/RL/W/79	Negotiating Group on Rules - Preliminary Comments and Questions by the Arab Republic of Egypt on the Contributions Submitted in the Framework of the Doha Ne[...] - Submission from Egypt	24/03/2003
TN/RL/W/83	Negotiating Group on Rules - Proposal on Reviews - Paper from Brazil; Chile; Costa Rica; Hong Kong, China; Japan; Korea; Norway; Singapore; Switzerland; the[...] Kinmen and Matsu; and Thailand	25/04/2003
TN/RL/W/93	Negotiating Group on Rules - Proposal on Facts Available - Paper from Brazil; Chile; Colombia; Costa Rica; Hong Kong, China; Israel; Japan; Korea; Norway; S[...] Kinmen and Matsu; and Thailand	02/05/2003

ANEXO B

Tabela 1. Proposições indianas para a III Reunião Ministerial da OMC.

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ¹⁹⁹	Data
WT/GC/W/151	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Discussion on Paragraph 9a(iii) of the Geneva Ministerial Declaration - 23-24 November - Communication from India	08/03/1999
WT/GC/W/164/Rev.1	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Agreement on Subsidies and Countervailing Measures - Communication from Cuba, India, Dominica[...] Nicaragua and Thailand - Revision	04/06/1999
WT/GC/W/164/Rev.2	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Agreement on Subsidies and Countervailing Measures - Communication from Cuba, Dominicana, Índia (...) and Thailand - Revision	14/06/1999
WT/GC/W/200	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding the Anti-Dumping Agreement in terms of Paragraph 9(a)(i) - Communication from India	14/06/1999
WT/GC/W/201	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding the Agreement on Subsidies and Countervailing Measures in terms - Communication from India	14/06/1999
WT/GC/W/202	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding the Agreement on Sanitary and Phytosanitary Measures - Communication from India	14/06/1999
WT/GC/W/203	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding the Agreement on Trade-Related Investment Measures - Communication from India	14/06/1999
WT/GC/W/208	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Agreement on TRIPS - Proposals Regarding Extension of Protection of Geographical Indica[...] Indonesia, Nicaragua and Pakistan	17/06/1999
WT/GC/W/223	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding the TBT Agreement in terms of Paragraph 9(a)(i) of the Geneva Minis[...]on - Communication from India	05/07/1999
WT/GC/W/224	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding the GATS Agreement in terms of Paragraph 9(a)(i) of the Geneva Mini[...]on - Communication from India	02/07/1999

¹⁹⁹ Dados obtidos no banco de dados *on line* da Organização Mundial de Comércio. Disponível em: <http://docsonline.wto.org/>

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ¹⁹⁹	Data
WT/GC/W/225	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding the TRIPS Agreement in terms of Paragraph 9(a)(i) of the Geneva Min[...]on - Communication from India	02/07/1999
WT/GC/W/226	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding the Agreement on Textiles and Clothing in terms of Paragraph 9(a)(i)[...]on - Communication from India	02/07/1999
WT/GC/W/227	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding the Implementation of the Agreement on Implementation of Article VI[...]on - Communication from India	05/07/1999
WT/GC/W/326	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Elements of the Ministerial Declaration - Communication from Cuba, Dominican Republic, [...] India, Indonesia, Malaysia and Pakistan	22/09/1999
WT/GC/W/327	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Transfer of Technology Provisions in the WTO Agreements - Communication from Cuba, Egypt[...], India, Pakistan and Malaysia	22/09/1999
WT/GC/W/327/Add.1	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Transfer of Technology Provisions in the WTO Agreements - Communication from Cuba, Eryp[...] India, Pakistan and Malaysia – Addendum	28/09/1999
WT/GC/W/342	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding Food Security in the Context of Paragraph 9(a)(ii) of the Geneva - Communication from India	29/09/1999
WT/GC/W/343	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposal Regarding the Agreement on Agriculture in the Context of Paragraph 9(a)(ii) - Communication from India	29/09/1999
WT/GC/W/346	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposal Regarding the Agreement on Rules of Origin in Terms of Paragraph 9(a)(i) - Communication from India	08/10/1999
WT/GC/W/352	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Transfer of Technology - Communication from India	11/10/1999
WT/GC/W/354	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Implementation Issues to be Addressed Before/At Seattle - Communication from Cuba, Domicana, India,[...]Pakistan, Sri Lanka and Uganda	11/10/1999
WT/GC/W/355	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Implementation Issues to be Addressed in the First Year of Negotiations - Communication[...] India, Pakistan, Sri Lanka and Uganda	11/10/1999
WT/GC/W/363	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding Article XVIII.A and C of the General Agreement on Tariffs and Trade - Communication from India	12/10/1999

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ¹⁹⁹	Data
WT/GC/W/364	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Proposals Regarding the Balance-of-Payments Provisions of the General Agreement on Tariffs - Communication from India	12/10/1999
WT/GC/W/375	General Council - Preparations for the 1999 Ministerial Conference - Principles and Organization for the Future Work Programme of the WTO from India, Trinidad Tobago, (...) Uganda and Venezuela	18/10/1999
WT/L/319	G15 Ministerial Meeting in Preparation for the Third Ministerial Conference of the WTO at Seattle - 17-18 August 1999, Bangalore, India - Chairman's Summary - Communication from India	08/10/1999
WT/MIN(99)/ST/16	Ministerial Conference, Seattle - India - Statement by H.E. Mr. Murasoli Maran, Minister of Commerce and Industry	30/11/1999
WT/TPR/M/52	Trade Policy Review Body - Trade Policy Review - Hong Kong, China - Minutes of Meeting	12/04/1999

Tabela 2. Proposições brasileiras para a IV Reunião Ministerial da OMC.

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ²⁰⁰	Data
G/ADP/AHG/W/92	Committee on Anti-Dumping Practices - Ad Hoc Group on Implementation - Practical Issues and Experience in Applying Article 2.4.2 - Practical Issues and Expe[...] Article 9.5 - Paper by India	01/05/2000
G/ADP/M/16	Comité des pratiques antidumping - Compte rendu de la réunion ordinaire tenue les 4 et 5 mai 2000	20/09/2000
G/AG/NG/W/114	Comité de l'agriculture - Session extraordinaire - Cinquième session extraordinaire du Comité de l'agriculture - 5 - 7 février 2001 - Déclaration de l'Inde	15/02/2001
G/AG/NG/W/37	Comité de l'agriculture - Session extraordinaire - Accès aux marchés - Communication présentée par Cuba, El Salvador, Haïti, le Honduras, l'Inde, le Kenya, [...], Sri Lanka et le Zimbabwe	28/09/2000
G/AG/NG/W/70	Comité de l'agriculture - Session extraordinaire - Quatrième session extraordinaire du Comité de l'agriculture - 15 - 17 Novembre 2000 - Déclarations de l'Inde	18/01/2001
G/AG/NG/W/89	Committee on Agriculture - Special Session - Communication from India	11/12/2000
G/IT/SPEC/Q2/10	Committee of Participants on the Expansion of Trade in Information Technology Products - Submission for the Non-Tariff Measures Work Programme - Communication from India	28/11/2001

²⁰⁰ Dados obtidos no banco de dados *on line* da Organização Mundial de Comércio. Disponível em: <http://docsonline.wto.org/>

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela India ²⁰⁰	Data
G/MA/M/24	Comité de l'accès aux marchés - Compte rendu de la réunion du 27 Juin 2000	20/07/2000
G/RO/M/26	Comité des règles d'origine - Compte rendu de la réunion du 16 novembre 1999	17/01/2000
G/SCM/M/25	Comité des subventions et des mesures compensatoires - Compte rendu de la réunion ordinaire tenue les 9 et 10 mai 2000	22/09/2000
G/SCM/W/456	Committee on Subsidies and Countervailing Measures - Follow-Up Questions and Comments Concerning Proposals on Implementation-Related Issues Referred to the [...]man's Non-Paper of 11 June 200	28/06/2001
G/SCM/W/462	Committee on Subsidies and Countervailing Measures - Implementation-Related Issues Referred to the Committee at the Request of the Chairman of the General C[...]ons - Communication from India	03/09/2001
G/SCM/W/466	Committee on Subsidies and Countervailing Measures - Implementation-Related Issues Referred to the Committee at the Request of the Chairman of the General C[...]ons - Communication from India	24/09/2001
G/SG/M/15	Committee on Safeguards - Minutes of the Regular Meeting held on 8 May 2000	27/09/2000
G/SG/M/16	Committee on Safeguards - Minutes of the Regular Meeting Held on 9 November 2000.	18/01/2001
G/SG/N/9/IND/3	Committee on Safeguards - Information to be Notified to the Committee where a Safeguard Investigation is Terminated with no Safeguard Measure Imposed - India	14/02/2000
IP/C/W/195	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Communication from India	12/07/2000
IP/C/W/196	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Communication from India	12/07/2000
IP/C/W/198 WT/CTE/W/156	Comité du commerce et de l'environnement - Conseil des aspects des droits de propriété intellectuelle qui touchent au commerce - Protection de la biodiversi[...]Inde - Communication de l'Inde	14/07/2000
IP/C/W/204	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Communication from Bulgaria, the Czech Republic, Egypt, Iceland, India, Kenya, Liechtens[...]Lanka, Switzerland and Turkey	18/09/2000
IP/C/W/204/Rev.1	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Communication from Bulgaria, the Czech Republic, Egypt, Iceland, India, Kenya, Liechtens[...]tzerland and Turkey – Revision	02/10/2000
IP/C/W/214	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Communication from India	06/10/2000

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ²⁰⁰	Data
IP/C/W/247	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Proposal from Bulgaria, Cuba, the Czech Republic, Egypt, Iceland, India, Liechtenstein, [...]/tzerland, Turkey and Venezuela	29/03/2001
IP/C/W/247	Conseil des aspects des droits de propriété intellectuelle qui touchent au commerce - Proposition présentée par la Bulgarie, Cuba, l'Egypte, l'Inde, l'Islan[...], la Turquie et le Venezuela	29/03/2001
IP/C/W/247/Rev.1	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Proposal from Bulgaria, Cuba, the Czech Republic, Egypt, Iceland, India, Jamaica, Kenya,[...]key and Venezuela - Revision	17/05/2001
IP/C/W/296	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Submission by the African Group, Barbados, Bolivia, Brazil, Cuba, Dominican Republic, Ec[...] Lanka, Thailand and Venezuela	29/06/2001
IP/C/W/308	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Communication from Bulgaria, Cuba, the Czech Republic, Georgia, Hungary, Iceland, India,[...] Lanka, Switzerland and Turkey	17/09/2001
IP/C/W/308/Rev.1	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Communication from Bangladesh, Bulgaria, Cuba, the Czech Republic, Georgia, Hungary, Ice[...]Switzerland and Turkey - Revision	02/10/2001
S/CSS/W/114	Council for Trade in Services - Special Session - Communication from Cuba, Dominican Republic, Haïti, India, Kenya, Pakistan, Peru, Uganda, Venezuela and Z[...]ssessment of Trade in Services	09/10/2001
S/CSS/W/12	Council for Trade in Services - Special Session - Communication from India - Proposed Liberalisation of Movement of Professionals under General Agreement on[...]nt on Trade in Services (GATS)	24/11/2000
S/CSS/W/12/Corr.1	Council for Trade in Services - Special Session - Communication from India - Proposed Liberalisation of Movement of Professionals under General Agreement on[...] Services (GATS) - Corrigendum	11/12/2000
S/CSS/W/13	Council for Trade in Services - Special Session - Communication from Argentina, Brazil, Cuba, the Dominican Republic, El Salvador, Honduras, India, Indonesi[...]ing Guidelines and Procedures	24/11/2000
S/CSS/W/13/Corr.1	Council for Trade in Services - Special Session - Communication from Argentina, Brazil, Cuba, the Dominican Republic, El Salvador, Honduras, India, Indonesi[...]s and Procedures - Corrigendum	06/02/2001
S/ENQ/78	Council for Trade in Services - Contact and Enquiry Points Notified to the Council for Trade in Services - Note by the Secretariat	23/03/2001
S/ENQ/78	Conseil du commerce des services - Points de contact et d'information notifiés au Conseil du commerce des services - Note du Secrétariat	23/03/2001
S/ENQ/78/Rev.1	Council for Trade in Services - Contact and Enquiry Points Notified to the Council for Trade in Services - Note by the Secretariat - Revision	05/10/2001

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ²⁰⁰	Data
WT/CTE/W/177	Committee on Trade and Environment - The Study of the Effects of Environmental Measures on Market Access - Communication from India	27/10/2000
WT/GC/43	General Council - Situation Regarding Work in the Committee on Regional Trade Agreements - Communication from Australia, India, Japan, Korea, New Zealand[...] Pakistan and Hong Kong, China	29/01/2001
WT/GC/W/442	General Council - Preparations for the Fourth Session of the Ministerial Conference - Proposal for a Framework Agreement on Special and Differential Treatment[...] Tanzania, Uganda and Zimbabwe	19/09/2001
WT/GC/W/443	General Council - Preparations for the Fourth Session of the Ministerial Conference - Proposal for the Establishment of a Working Group for the Study of the[...] Tanzania, Uganda and Zimbabwe	18/09/2001
WT/GC/W/444	General Council - Preparations for the Fourth Session of the Ministerial Conference - Proposal for the Establishment of a Working Group for the Study of the[...] ania, Uganda and Zimbabwe	18/09/2001
WT/GC/W/445	General Council - Preparations for the Fourth Session of the Ministerial Conference - Proposal for the Establishment of a Working Group for the Study of the[...] Tanzania, India, Uganda and Zimbabwe	18/09/2001
WT/GC/W/459	General Council - Preparations for the Fourth Session of the Ministerial Conference - Communication from India	06/11/2001
WT/GC/W/460	General Council - Preparations for the Fourth Session of the Ministerial Conference - Draft Ministerial Declaration dated 27 October 2001 - Drafting Suggest[...] dia - Communication from India	06/11/2001
WT/MIN(01)/W/9	Ministerial Conference - Fourth Session - Doha, 9 - 13 November 2001 - Communication from Bulgaria, Kenya, India and Sri Lanka Regarding Paragraphs 18 and 1[...] ãa, Kenya, India and Sri Lanka	13/11/2001
WT/WGTCP/W/149	Working Group on the Interaction between Trade and Competition Policy - Communication from India	18/09/2000
WT/WGTI/W/105	Working Group on the Relationship between Trade and Investment - Communication from India - FDI Flows and Technology Transfer	26/06/2001
WT/WGTI/W/86	Working Group on the Relationship between Trade and Investment - Communication from India - Statement	22/06/2000

Tabela 3. Proposições brasileiras para a V Reunião Ministerial da OMC.

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ²⁰¹	Data
G/C/W/428 G/TRIMS/W/25	Council for Trade in Goods - Committee on Trade-Related Investment Measures - Communication from Brazil and India	09/10/2002
G/IT/SPEC/Q4/16	Committee of Participants on the Expansion of Trade in Information Technology Products - Survey on EMC/EMI - Replies to the Survey - Communication from India	02/08/2002
G/RO/W/95	Committee on Rules of Origin - Appendix 1, Definition 2 - Harmonized Non-Preferential Rules of Origin - Submission by India	28/11/2002
G/SCM/W/517	Committee on Subsidies and Countervailing Measures - Implementation-related issues referred to the committee by ministers - Review by the SCM Committee of t[...].ommunities to Brazil and India	03/07/2002
G/SCM/W/519	Committee on Subsidies and Countervailing Measures - Implementation-Related Issues Referred to the Committee by Ministers - Review by the SCM Committee of t[...].ommunities to Brazil and India	22/07/2002
G/SG/54	Committee on Safeguards - Transitional Product Specific Safeguard on Imports of Industrial Sewing Machine Needles into India from the People's Republic of C[...].t for Consultations from India	18/09/2002
G/VAL/N/1/IND/3	Committee on Customs Valuation - Notifications under Article 22 of the Agreement on Implementation of Article VII of the General Agreement on Tariffs and Trade 1994 - India	15/07/2002
G/VAL/N/2/IND/1	Committee on Customs Valuation - Information on Implementation and Administration of the Agreement on Customs Valuation - Checklist of Issues - India	15/07/2002
G/VAL/W/101	Committee on Customs Valuation - Paragraph 12 of the Doha Ministerial Declaration: Implementation-Related Issues - Replies to Questions on Tires 57 - 61 by Singapore and United States	08/08/2002
G/VAL/W/102	Committee on Customs Valuation - Implementation of Doha Ministerial Decision Concerning Exchange of Information under the Customs Valuation Agreement	25/09/2002
G/VAL/W/104	Committee on Customs Valuation - Implementation of Doha Ministerial Decision Concerning Exchange of Information under the Customs Valuation Agreement - Question from Mexico on India's Paper	21/10/2002
IP/C/W/326/Add.2/Corr.1	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Review of Legislation - Communication from India - Corrigendum	08/01/2003
IP/C/W/326/Add.2/Corr.1	Conseil des aspects des droits de propriété intellectuelle qui touchent au commerce - Examen des législations - Communication de l'Inde - Corrigendum	08/01/2003

²⁰¹ Dados obtidos no banco de dados *on line* da Organização Mundial de Comércio. Disponível em: <http://docsonline.wto.org/>

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ²⁰¹	Data
IP/C/W/326/Add.3	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Review of Legislation - Responses from India to the Questions Posed by Australia, the European Communities and Switzerland - Addendum	12/11/2002
IP/C/W/353	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Communication from Bulgaria, Cuba, Cyprus, the Czech Republic, the European Communities, Switzerland, Thailand and Turkey	24/06/2002
IP/C/W/355	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Paragraph 6 of the Ministerial Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health	24/06/2002
IP/C/W/356	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - The Relationship between the TRIPS Agreement and the Convention on Biological Diversity - Protection of Traditional Knowledge	24/06/2002
IP/C/W/356/Add.1	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - The Relationship between the TRIPS Agreement and the Convention on Biological Diversity - Additional Knowledge - Addendum	01/11/2002
IP/C/W/377/Add.7	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Technical Cooperation Activities: Information from Members - European Communities and their Member States - Addendum	15/11/2002
IP/C/W/385	Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - Non-Violation and Situation Nullification or Impairment under the TRIPS Agreement - Communication from Peru, Sri Lanka and Venezuela	30/10/2002
IP/C/W/403	Conseil des aspects des droits de propriété intellectuelle qui touchent au commerce - Relation entre l'Accord sur les ADPIC et la Convention sur la diversité biologique, la Thaïlande et le Venezuela	24/06/2003
S/DCS/W/IND	Trade in Services - Communication from India - Draft consolidated Schedule of Specific Commitments	02/04/2003
TN/C/W/13	Trade Negotiations Committee - The Doha Agenda: Towards Cancún - Communication from Argentina, Bolivia, Botswana, Brazil, Chile, China, Colombia, Cuba, India, Malaysia, Mexico, Morocco, etc	06/06/2003
TN/C/W/14	Trade Negotiations Committee - Geographical Indications the Significance of Extension in the TRIPS Agreement and its Benefits for WTO Members - Communication from India, Switzerland, Thailand, Turkey	09/07/2003
TN/C/W/7	Trade Negotiations Committee - Proposal for Inclusion in the Report of the Council for TRIPS to the Trade Negotiations Committee (TNC) - Proposal by Bulgaria, India, Ireland, Thailand and Turkey	29/11/2002

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ²⁰¹	Data
TN/CTD/W/6	Committee on Trade and Development - Special Session - Special and Differential Treatment Provisions - Communication from India	17/06/2002
TN/DS/M/5	Dispute Settlement Body - Special Session - Minutes of Meeting - Held in the Centre William Rappard on 14 October 2002	27/02/2003
TN/DS/W/18	Dispute Settlement Body - Special Session - Negotiations on the Dispute Settlement Understanding - Proposals on DSU by Cuba, Honduras, India, Malaysia, Pakistan, Lanka, Tanzania and Zimbabwe etc	07/10/2002
TN/DS/W/19	Dispute Settlement Body - Special Session - Negotiations on the Dispute Settlement Understanding - Special and Differential Treatment for Developing Countries <i>India, Sri Lanka, Tanzania, Zimbabwe, etc</i>	09/10/2002
TN/DS/W/47	Dispute Settlement Body - Special Session - Dispute Settlement Understanding Proposals: Legal Text - Communication from India on behalf of Cuba, Dominican Republic, Honduras, Jamaica, Malaysia etc	11/02/2003
TN/MA/W/10	Groupe de négociation sur l'accès aux marchés - Accès aux marchés pour les produits non agricoles - Communication de l'Inde	22/10/2002
TN/MA/W/10/Add.1	Groupe de négociation sur l'accès aux marchés - Accès aux marchés pour les produits non agricoles - Deuxième communication de l'Inde – Addendum	08/01/2003
TN/MA/W/10/Add.1	Groupe de négociation sur l'accès aux marchés - Accès aux marchés pour les produits non agricoles - Deuxième communication de l'Inde - Addendum	08/01/2003
TN/MA/W/10/Add.3	Negotiating Group on Market Access - Market Access for Non-Agricultural Products - Communication from India - Addendum	10/04/2003
TN/MA/W/25	Negotiating Group on Market Access - Non-Tariff Barrier Notifications	28/03/2003
TN/MA/W/31	Negotiating Group on Market Access - Market Access for Non-Agricultural Products - Communication from Egypt, India, Indonesia, Kenya, Malaysia, Mauritius, Tanzania, Uganda and Zimbabwe	25/03/2003
TN/RL/5	Negotiating Group on Rules - Report by the Chairman to the Trade Negotiations Committee	28/03/2003
TN/RL/W/114	Negotiating Group on Rules - Discussion Paper on Regional Trading Arrangements - Communication from India	06/06/2003
TN/RL/W/120	Negotiating Group on Rules - Third Submission by India to the Negotiating Group on Rules - (Agreement on Subsidies and Countervailing Measures)	16/06/2003

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ²⁰¹	Data
TN/RL/W/121	Negotiating Group on Rules - Replies to Questions from India (TN/RL/W/106) and Hong Kong, China (TN/RL/W/109) on Australia's General Contribution on Anti-dumping and Like Product (TN/RL/W/91)	16/06/2003
TN/RL/W/26	Negotiating Group on Rules - Second Submission of India - (Anti-Dumping Agreement)	17/10/2002
TN/RL/W/48	Negotiating Group on Rules - Anti-Dumping Actions in the Area of Textiles and Clothing: Developing Members' Experiences and Concerns	03/02/2003
TN/RL/W/68	Negotiating Group on Rules - Intervention by India on the Submission by the United States on Special and Differential Treatment and the Subsidies Agreement	11/03/2003
TN/RL/W/80	Negotiating Group on Rules - Clarifications Sought by India on the Submissions by the United States (TN/RL/W/35) and Canada (TN/RL/W/47)	10/04/2003
TN/RL/W/92	Negotiating Group on Rules - Responses from Canada to Certain Questions Posed by Korea in TN/RL/W/65, Australia in TN/RL/W/62, Egypt in TN/RL/W/79 and India in TN/RL/W/80	01/05/2003
TN/RL/W/99	Negotiating Group on Rules - India's Replies to Questions from the United States on its Submissions (TN/RL/W/4 and TN/RL/W/26)	06/05/2003
TN/S/W/11	Council for Trade in Services - Special Session - Communication from Australia, Canada, Chile, the People's Republic of China, Croatia, Cyprus, Czech Republic, on Maritime Transport Services	03/03/2003
TN/S/W/14	Council for Trade in Services - Special Session - Communication from Argentina, Bolivia, Chile, The People's Republic of China, Colombia, Dominican Republic, on Mode 4 Under GATS Negotiations	03/07/2003
TN/S/W/16	Council for Trade in Services - Special Session - Communication from Barbados, Bolivia, Colombia, Cuba, China, Ecuador, Egypt, Honduras, India, Indonesia, on negotiations on Trade in Services	25/07/2003
TN/TE/W/23	Comité du commerce et de l'environnement - Session extraordinaire - Relation entre les obligations commerciales spécifiques énoncées dans les AEM de l'Inde - Paragraphe 31 i)	20/02/2003
WT/COMTD/N/16	Committee on Trade and Development - Free Trade Agreement between India and Sri Lanka	27/06/2002
WT/DS141/15	European Communities - Anti-Dumping Duties on Imports of Cotton-Type Bed Linen from India - Recourse to Article 21.5 of the DSU by India - Communication from the Chairman of the Panel	22/08/2002
WT/DSB/34	Dispute Settlement Body - Annual Report (2002) - Update	14/07/2003
WT/GC/W/494	General Council - 15 - 16 May 2003 - Implementation Issues Referred to WTO Bodies under The Doha Ministerial Decision on Implementation-Related Issues and Cairns -	05/05/2003

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ²⁰¹	Data
	Communication from India	
WT/GC/W/501	General Council - Comments on the EC Communication (WT/GC/W/491) on the Modalities for the Singapore Issues - Communication from Bangladesh, Cuba, Egypt, India, Venezuela, Zambia and Zimbabwe	08/07/2003
WT/GC/W/502	General Council - Anti-Dumping Actions in the Area of Textiles and Clothing - Proposal for a Specific Short-Term Dispensation in Favour of Developing Members India, China; Thailand and Vietnam	14/07/2003
WT/GC/W/503	General Council - Trade in Textiles and Clothing: Developing Members' Concern about Potential Reduction in Market (Quota) Access in 2004 - Communication from India, Sri Lanka; Thailand and Vietnam	14/07/2003
WT/GC/W/513	General Council - Proposals on Singapore Issues for Inclusion in the Draft Text for Cancún - Communication from Botswana on Behalf of ACP Group of States, India, Sri Lanka, Philippines, etc	23/08/2003
WT/GC/W/514	General Council - Paragraphs 13, 14, 15 & 16, Dealing with Singapore Issues, of the Draft Cancún Ministerial Text Contained in Document JOB(03)/150/Rev.1 - India, Venezuela, Zambia, Zimbabwe, etc	28/08/2003
WT/L/541	Communiqué of Meeting of Ministers and Representatives of Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, China, Cuba, Egypt, India, Mexico, Paraguay, South Africa and Venezuela- Communication from Argentina	21/10/2003
WT/MIN(03)/W/13	Ministerial Conference - Fifth Session - Cancún, 10 - 14 September 2003 - Paragraph 11 of the Draft Ministerial Text (JOB(03)/150) - S&D Treatment Issues - India, Malaysia, Pakistan and Venezuela	11/09/2003
WT/MIN(03)/W/4	Ministerial Conference - Fifth Session - Cancún, 10 - 14 September 2003 - Paragraphs 13, 14, 15 & 16, Dealing with Singapore Issues, of the Draft Cancún Ministerial, India, Venezuela, Zambia, Zimbabwe, etc	04/09/2003
WT/MIN(03)/W/6	Ministerial Conference - Fifth Session - Cancún, 10 - 14 September 2003 - Agriculture - Framework Proposal - Joint Proposal by Argentina, Bolivia, Brazil, India, Central Africa, Thailand and Venezuela	04/09/2003
WT/TPR/114	Trade Policy Review Body - Trade Policy Review Mechanism - India - Arrangements for Review Meeting - Communication from the Chairperson of the Trade Policy Review Body	05/06/2002
WT/TPR/D/79	Trade Policy Review Body - Trade Policy Review Mechanism - India - Communication from the Discussant	12/06/2002
WT/WGTCP/W/215	Working Group on the Interaction between Trade and Competition Policy - Communication from India - Transparency and Procedural Fairness	26/09/2002

Documento	Propostas apresentadas ou apoiadas pela Índia ²⁰¹	Data
WT/WGTCP/W/216	Working Group on the Interaction between Trade and Competition Policy - Communication from India - Non-Discrimination in the Context of Competition Policy: National Treatment	26/09/2002
WT/WGTI/W/148	Working Group on the Relationship between Trade and Investment - Communication from India - Development Provisions	07/10/2002
WT/WGTI/W/149	Working Group on the Relationship between Trade and Investment - Communication from India - Non-Discrimination	07/10/2002
WT/WGTI/W/150	Working Group on the Relationship between Trade and Investment - Communication from India - Views on Modalities for Pre-establishment Commitments Based on Positive List Approach	07/10/2002
WT/WGTI/W/152	Working Group on the Relationship between Trade and Investment - Communication from China, Cuba, India, Kenya, Pakistan and Zimbabwe - Investors' and Governments' Obligations	19/11/2002
WT/WGTTT/3	Working Group on Trade and Transfer of Technology - Provisions Relating to Transfer of Technology in WTO Agreements - Communication from Cuba, Egypt, India, Honduras, Indonesia, Kenya and Zimbabwe	10/10/2002
WT/WGTTT/3/Rev.1	Working Group on Trade and Transfer of Technology - Provisions Relating to Transfer of Technology in WTO Agreements - Communication from Cuba, India, Egypt, Honduras, Pakistan and Zimbabwe - Revision	21/10/2002
WT/WGTTT/W/6	Working Group on Trade and Transfer of Technology - The Working Group on Trade and Transfer of Technology - Communication from Cuba, India, Indonesia, Kenya, etc, about Developing Countries	07/05/2003